

Ana Isabel Correia Teixeira

Cooperação e Conflito(s)

***As companhas* de pesca da costa de Mira
nas primeiras décadas do século XIX (1802-1830)**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto, Setembro de 2011

Trabalho apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para
obtenção do grau de Mestre em História e Património – ramo Construção de Memórias,
sob a orientação de Prof. Doutora Inês Amorim

Resumo

O litoral português e as suas comunidades, instaladas em épocas remotas por força das circunstâncias humanas e económicas, constituem um objecto de estudo dos nossos tempos. A sua paulatina adaptação à fauna primitiva e o incremento e desenvolvimento da actividade estão na base de algumas abordagens e tentativas de interpretação.

O presente estudo pretende aproximar-se da comunidade de Mira, no período de 1802 a 1830, tratando-a como um dos nichos produtores de cultura e activos a nível económico. Prova desta actividade é a dinamização ocupacional e económica possibilitada pelo frequente trabalho desenvolvido pelas companhias – sociedades de pesca.

Tendo em conta que cada sociedade contribui para a evolução do espaço e para o seu crescimento, importa perceber as relações que estabelecem entre si, dentro e fora da companhia, entre conflito e coalescência, e se as oscilações comportamentais e relacionais interferem com a evolução que a sua actividade permite.

Abstract

The Portuguese coastline and its communities settled in ancient times, due to human and economic circumstances, is a matter of interest today. Its gradual adaptation to primitive fauna and the increase and development in activity are the basis of some approaches and attempts of interpretation.

The present study aims to address the community of Mira, between 1802 and 1830, treating it as a cluster of production in culture and assets in the economy. Proof of this activity is the occupational and economical boost made possible by the frequent work developed by the “companhas” - corporate fishing enterprises.

Each corporation contributes to the evolution of space and its growth it is important to understand the relationships they establish with each other inside and outside the “companhas”, and the behavioural fluctuations and relational changes that interfere with the development their business allows.

Agradecimentos

Uma palavra de profundo agradecimento à Professora Doutora Inês Amorim pelo apoio, acompanhamento incansável e motivação. Aos docentes, que durante o primeiro ano acompanharam os vários trabalhos que avistavam já este estudo.

Ao Arquivo da Universidade de Coimbra, um obrigado pela orientação. À Câmara Municipal de Mira, na pessoa da Dr^a Brigitte Capelo, pelo interesse e boa vontade.

Um agradecimento especial aos pescadores da Praia de Mira – João Facão, Aperino Gil, Domingos Damas, João Baptista, Luís Milheirão, Mestre Alcino e restantes – que me permitiram entrar no seu mundo, proporcionando-me uma partilha riquíssima; e ao guarda fiscal, Sr. João Nogueira. A Mira, pelo apoio pessoal e académico. Aos amigos - Inês, Paulo, Olinda - que batalharam na mesma frente. E aos restantes – Andreia, Pedro, Raquel e tantos outros - que mostraram sempre o seu apoio e compreensão.

À Avó, Mãe, Sofia e Diego.

“Vai cair a tarde. O azul desmaia sobre o areal doirado. Mais pó esbranquiçado lá ao fundo para o norte – névoa ou luz que nasce, não sei bem; para o sul o morro transparente que entra pelo mar...Três grandes barcos decorativos estão num grupo, de proa à água, que a toda a hora esmorece.” Raúl Brandão, *Os pescadores*.

Sumário

1. Introdução	9
1.1 Âmbito do trabalho: tema	9
1.2 Questões de partida e problemáticas.....	12
1.3 Fontes (primárias e secundárias) e metodologia	26
1.3.1 O universo documental	28
1.3.2 Método de análise e estruturas do trabalho	39
2. Organização do trabalho - a pesca: um ponto da situação historiográfica.....	41
2.1 Contributos para a História do litoral e da pesca	41
2.2 A comunidade da costa de Mira - contributos locais para a sua história	49
3. A comunidade de Mira.....	58
3.1 O espaço: da terra para a costa.....	58
3.2 O universo ocupacional: da terra ao mar	65
4. As companhias de pesca:	81
4.1 As companhias: unidades de trabalho - organização	81
4.2 Conflitos ou coalescência?.....	103
5. Conclusão final: as questões em aberto	116
6. Fontes e Bibliografia	122
7. Anexos	127

Índice de tabelas

Tabela 1 - Síntese da relação entre hipóteses e localização de indicadores

Tabela 2 - Distribuição do número de moradores por lugares, em 1831, ordenada por ordem decrescente

Tabela 3 - Distribuição das ocupações por ordem decrescente em 1831

Tabela 4 - Distribuição das ocupações de seareiro e pescador por lugares em 1831

Tabela 5 - Localização na fonte, data, tipo de contrato, companhas e sócios

Tabela 6 - Anos de ocorrência de contratos de pesca e companhas referidas

Tabela 7 - Companhas, tipo, número de sócios e locais de pesca

Tabela 8 - Companhia, Procurador, Arrais, proveniência do Arrais

Tabela 9 - Relações de parentesco assinaladas nos contratos notariais

Tabela 10 - Reprodução das cláusulas presentes nas escrituras de sociedade

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Número de moradores em cada lugar do concelho de Mira em 1831

Gráfico 2 - Representação da distribuição das ocupações

Índice de mapas

Mapa 1 – “Mappa da Ria...1813...”

Mapa 2 - Limites e lugares do concelho de Mira

1. Introdução

As minhas memórias de infância, o convívio de uma praia de verão causaram-me a primeira impressão e o desejo de interpretar o quotidiano da pesca. Os pescadores da praia de Mira contam histórias e recordam o passado, sempre risonho, saudoso. A ideia transmitida é a de paz e harmonia, ao ritmo das artes que a todos parecia fazer reunir forças. Sempre que interrogados por uma jovem que os questionava acerca de conflitos, influenciada por leituras historiográficas e sociológicas, havia pausas. A resposta era sempre a de menorizar qualquer perturbação, como sendo assunto de poucos - particularidades, excepções - nunca um traço constante. A questão pairou então. Como aproximar de um tema – conflitos à volta de recursos comuns - quando os protagonistas perderam a memória ou apagavam-na? Seria assim no passado? Esta busca de um tema será um fio condutor, mas que se inicia, como pretexto, nas areias das praias de Mira, em conversas cautelosas, que nos levarão a recuar aos inícios do século XIX. Veremos esse percurso.

1.1 Âmbito do trabalho: o tema

O projecto contempla as questões levantadas em torno da constituição de *companhas* - unidades de organização da actividade piscícola - e a relação que os elementos de diferentes *companhas* estabelecem entre si. As sociedades de pesca ou *companhas*, tantas vezes assim designadas, são fruto desta mesma organização do trabalho e do contributo de cada elemento que habita num organismo vivo e que ocupa uma função na hierarquia das actividades estabelecidas. Ao estudo importa apurar que tipo de relação é estabelecida, se se pode falar de boa convivência no seio da mesma comunidade ou se, pelo contrário, os conflitos se agravam de tal forma que é urgente a intervenção de poderes organizados institucionalmente (local ou central).

Dado que a pesca é uma actividade visível nas regiões do litoral e constitui um meio económico de sobrevivência, quando o mar assim o permite, torna-se importante entender a relação dos homens do litoral com o mar e a sua organização laboral. As atenções voltam-se para a administração da riqueza marítima, conciliando os recursos

marítimos com a quantidade de *companhas* que nele pescam, tendo em conta a franja marítima que cabe à costa de Mira.

Tal como acontece em cada actividade, a repartição do espaço/trabalho é uma tarefa definida pelos procedimentos específicos da actividade e pelos recursos disponíveis. A partilha do mar, quando este é indivisível, de águas fluidas, conduz à imposição de regras, orais, pensamos, pré-estabelecidas entre *companhas* em relação às rotinas e horários de pesca. É importante o entendimento destas mecânicas de trabalho, que só é possível através do estudo profundo das relações de labor e de lazer dos elementos de cada organização, assim como da estrutura organizativa que sustenta a *companha* e o contributo de cada indivíduo.

As questões internas, mesmo questiúnculas, no que concerne à constituição e organização das *companhas*, são outro ponto a ter em conta, visto que se pretende dar a conhecer a relação entre os companheiros/sócios e analisar a possível ausência de harmonia e concordância ao nível pessoal e laboral.

Sabe-se que alargar o campo de abrangência do tema, dando enfoque não só às questões laborais, seria o ideal. Avaliar não só os pressupostos que presidem à construção de uma comunidade na sua dimensão económica – abordando as actividades que a alimentam interna e externamente, mas também os de índole cultural – pelas manifestações religiosas – nomeadamente pelas construções de carácter etnográfico que auxiliam na identidade; e ainda os de natureza político-administrativa – tutelas, organização tributária exigida pelas mesmas, administração territorial e afirmação concelhia. Pensamos que, neste trabalho, será desejável atingir o primeiro e o último aspecto, mas será superficialmente abordado o segundo.

Parte-se do particular para o geral, dos trabalhos desenvolvidos no mar, é certo, mas sabe-se que é fundamental a organização da sociedade e a observação dos restantes membros que os associam, em terra. Assim, procura-se a edificação do conceito de comunidade partindo da ideia de que seria baseada numa permanência sazonal no mar e posterior fixação da actividade na costa de Mira, o espaço que observaremos.

Em relação à cronologia, e evitando uma contextualização e justificação imediata da mesma, a legislação promulgada nos primeiros trinta anos do século XIX cria condições para nos lançarmos na procura do possível impacto na pesca, e de se verificarem algumas mudanças que conduziram ao frequente aparecimento e paulatino crescimento das sociedades de pesca. São precisamente estes anos que pretendemos

abordar pormenorizadamente, pois cremos que um maior número de *companhas* e o seu alargamento conduziria a uma maior partilha de um território comum – territorializar o mar – que, por sua vez, poderia dar lugar a desentendimentos ocasionados por escassas safras, pela pressão dos mercados, pela competição entre *companhas* e outros motivos, alguns deles, eventualmente, de carácter pessoal.

O projecto em causa situa os seus limites temporais na 1ª metade do século XIX que coincide com a fixação de alguns elementos familiares no terreno arenoso e faixa marítima de Mira¹ (Palheiros de Mira). Segundo o **alvará de 3 de Maio 1802**², e já adivinhando um liberalismo económico que se aproxima, é decretada a liberdade de praticar a actividade piscatória no reino, assim como são abolidos alguns dos privilégios concedidos pela política proteccionista de Pombal que se traduzem na libertação das tutelas políticas estatais e das imposições morais da Igreja. O alvará reúne onze artigos que decretam o levantamento dos entraves, desde a captura das espécies à sua comercialização; protegem o mercado nacional da ameaça internacional inibindo a entrada de peixe através da aplicação de uma taxa superior à nacional; isenta algumas espécies (sardinha) do pagamento de impostos; obriga os pescadores a uma matrícula e à pertença a uma *companha*; impõem o uso e comercialização do sal, proibindo-se a importação de sal do estrangeiro.

Já o **decreto de 6 de Novembro de 1830**³, no âmbito de um contexto **liberal, de liberdade individual**, dá continuidade ao processo de eliminação das vinculações, dependências e obrigações, encetado pelo alvará de 1802. O fim das vinculações dos sócios de *companhas* face às confrarias e irmandades, que obrigavam ao pagamento dos mais variados impostos (do foro senhorial e religioso), dízimos e caldeiradas, entre outros, é um dos principais pontos do decreto. São ainda decretadas liberdades de acesso ao mar, isenção de impostos, e, mais tarde, a livre circulação de produtos e livre exercício da actividade económica.

O que resta saber é a realidade correspondente a estas mudanças, especificamente nesta faixa marítima, sendo que ela se integra numa longa costa que vem já de Espinho a Norte e se prolonga até Mira. Sobretudo, em que medida houve ou não aumento de *companhas* e do número dos seus efectivos, de que forma esta

¹Dados cartográficos apontam para o aparecimento de construções na orla marítima da região correspondente à costa de Mira - Anexo A

² Reprodução do alvará - Anexo B

³ Reprodução do decreto - Anexo C

intensidade terá conduzido a comportamentos competitivos pelo maior número de lanços o que pode dar origem a conflitos, mas também a actos de cooperação⁴.

Tendo em conta os objectivos a que o estudo se propõe são elencadas as problemáticas acompanhadas de hipóteses e possíveis respostas inseridas num modelo de pesquisa, análise, cruzamento e confrontação de dados de forma a obter respostas. É um projecto de investigação que visa dar um contributo à história das comunidades marítimas, da actividade piscícola, das organizações económicas e das ocupações.

1.2. Questões de partida e problemáticas

Em concordância com as fontes e bibliografia disponíveis, a apresentar mais à frente, e mediante o que se pretende saber com o estudo em causa, considera-se fundamental reflectir sobre os conceitos de *companha*, comunidade, espaço social, conflito, resolução, pacto.

Partindo de um âmbito geral como introdução à temática, colocam-se as seguintes questões que tentam contextualizar o aparecimento e papel das *companhas* no mundo do trabalho do mar. Que condições se reúnem para a composição de uma *companha*? Como funciona a sua mecânica? Que ritmos de trabalho? Com que elementos? Que funções?

No que diz respeito às problemáticas que importam a este estudo, os conceitos mantêm-se partindo de um âmbito mais particular e abordando a perspectiva igualmente laboral, mas de carácter mais relacional. Como se estabelecem e pautam as relações entre pescadores? Por que meios se estabelecem relações íntimas/próximas entre membros de *companhas*? Existem casos de co-habitabilidade próxima entre membros de diferentes *companhas*? A organização hierárquica da *companha* é estabelecida com base na organização social, baseando-se esta no poder económico de cada elemento? O matrimónio é um factor de união entre elementos da mesma *companha*, é alargado a membros de *companhas* vizinhas ou até a outros membros de diferente actividade e

⁴ Lançamento destas questões em AMORIM, Inês - Relações de trabalho e Gestão Pesqueira nos sécs. XVIII e XIX - a costa de Aveiro. Revista de História Económica e Social. Lisboa: Âncora editora. ISSN 08706077. 2ª Série, nº 2 (2001) pp. 75-120

condição social⁵? De que forma é que as relações pessoais influenciam o desempenho profissional?

Estas incidem nos pontos relativos à composição física e económica das *companhas*, à construção social em volta das mesmas, às relações afectivas e pessoais que atravessam a linha da relação profissional e a relação extra-grupo social, aberta ou limitada.

A/s questão/questões colocada(s) servirão de fio condutor e a perspectiva a defender perante todas as leituras em volta do mesmo tema ou pontos próximos do tema em causa. De um modo particular, as problemáticas centram-se nas relações interna/externa das *companhas*. Que factores estão na origem dos conflitos entre pescadores de *companhas* diferentes e membros pertencentes à mesma? No caso de conflito, como se resolve? Em que instâncias? Como se verifica o processo de tréguas em caso de conflito? As leituras dão a conhecer somente o âmbito laboral e organizacional da *companha*, os pontos geográficos em que se localizam, o tipo de trabalho e as ocupações externas à “empresa” piscícola. O ponto de vista que se pretende com o trabalho em causa recai na dimensão humana, afectiva e pessoal, tratando os pescadores como homens que se relacionam com outros elementos da mesma organização laboral e que a partir desta união criam ou não laços pessoais que podem ou não valorizar, e/ou prejudicar o ambiente laboral e pessoal.

Partindo da hipótese de que nem sempre as relações pessoais e profissionais dos pescadores das *companhas* seriam pacíficas, tendo em conta as exigências laborais em anos de crise no sector das pescas e a partilha do espaço marítimo, a posição actual mediante tal hipótese é a da existência de conflitos de raiz laboral que influenciariam a dimensão social e pessoal. Raquel Soeiro de Brito indica⁶ alguns anos de crise que proporcionaram o agravamento do nível de vida de muitas famílias dependentes do pleno desempenho da actividade. Também Henrique Souto⁷ refere o decréscimo do número de *companhas* que percorriam a zona marítima de Mira, colocando a justificação deste facto na lenta decadência da pesca e da modernização dos meios que auxiliam a

⁵ Referência à dos lavradores. A noção de que os lavradores mantinham uma relação distanciada das comunidades de pescadores que casavam entre si os seus descendentes, não está comprovada nem refutada.

⁶ BRITO, Raquel Soeiro de - Palheiros de Mira. Formação e declínio de um aglomerado de pescadores. 2ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1981. 109 p.

⁷ SOUTO, Henrique - Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa. Estudo geográfico. Lisboa: [s.n], 1998. 269 p.

actividade. Porém, nenhum dos autores consultados orientou a sua pesquisa para o âmbito das relações entre pescadores, colocando a tónica no aspecto afectivo e pessoal. Esta constatação pode alertar-nos para a dificuldade em penetrar no que parece ser a impenetrabilidade das relações. Contudo, o mesmo autor introduz uma questão em torno das companhias na seguinte passagem, que pode indiciar uma dificuldade no estabelecimento das relações: “*A observação do registo de uma companhia durante a safra completa permite-nos verificar que o número de camaradas a participar na pesca variou de um mínimo de 8 pescadores e um máximo de 18 (...). Destes, apenas 4 se mantiveram na companhia durante todo o período, incluindo-se neste pequeno grupo o arrais do mar, o motorista e o armador; os restantes, (...), parecem flutuar em torno da companhia, substituindo-se uns aos outros sem razão aparente.*”⁸

1.2.1 Um modelo de análise

A partir desta reflexão poderemos propor um modelo de análise, partindo dos conceitos apreendidos, respeitantes à temática, delineados e orientado pelas obras consultadas. Apresentam-se as seguintes questões que servirão de base para formular hipóteses, que se acrescentam ou clarificam o já indicado anteriormente:

1. Os conflitos entre *companhas*, existiram ou não? Como se materializaram?
2. Quais as suas causas? Como se manifesta a sua resolução?
3. Quais as principais causas dos conflitos no seio das *companhas*?
4. Como se processa socialmente a relação (conflito/cooperação) entre elementos das *companhas* e entre *companhas* vizinhas, para além da relação laboral?
5. Ocorrem conflitos no interior das *companhas* de forma a comprometer a relação laboral dos elementos?
6. Como se resolvem os conflitos? Há registo dessas resoluções?

As variáveis a considerar são todas as que permitem conhecer a mecânica funcional de uma *companha*. O caminho da investigação obriga ao estudo da composição desde a reunião material ao registo, quer seja oficial ou oficioso da sua formação como unidade económica. Contudo, a problemática central do trabalho não se

⁸ SOUTO, Henrique - *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa*, o.c., p. 155.

É pertinente a questão levantada tendo em conta que o autor afirma que a transferência, saída e entrada de companheiros parece não apresentar motivo. Reportada para a realidade da costa de Mira no período em estudo, a questão pode apresentar diferentes contornos e diversas explicações tendo em conta a problemática em que se inscreve.

fica pelo entendimento geral da estrutura da *companha*, apesar de que esta informação é relevante no estudo. Pretende-se saber que tipo de relação se estabelece entre *companhas* e, em caso de conflito, quais as causas, a resolução e a entidade responsável pela mesma e quais os indicadores que veiculem essa informação. As variáveis introduzem os diversos factores que possam causar conflito aplicados às hipóteses colocadas previamente. Na prática, e resultando das leituras já feitas poderão ser organizadas da seguinte forma (vide pontos 1.3 e 2):

1. Existem várias razões que podem causar um conflito entre pescadores ou/e entre *companhas*: competição em relação às quantidades que arrecadam em cada lanço, devido à pressão dos mercados; disputa pela ocupação do mar visto que a imposição da “regra falada”, que não é submetida a registo, nem sempre seria respeitada; desigual usufruto do mar tendo em conta que o peixe é um recurso em constante mobilidade o que obriga o pescador /*companha* a deslocar-se em busca de águas férteis; problemas pessoais e familiares⁹.

2. Outras razões, ligadas ao ponto anterior, na medida em que apresenta razões/causas que expliquem a conflitualidade em causa, mais de ordem ambiental: maus anos de pesca que estão na origem de meses de subsistência que só são ultrapassáveis graças à complementaridade da pesca com a agricultura; a exigência dos mercados, como foi já referido, e que se sente ainda mais nos anos de má colheita; a má distribuição de rendimentos que podem estar directamente ligados a más colheitas ou à má gestão dos ganhos de cada *companha*;

3. Depois a ideia de que a união, cooperação e coexistência no seio e entre *companhas* poderia variar segundo a ligação pessoal, laboral que se estabelece: união por meio do sacramento do matrimónio, por pertencer a uma confraria, pela vizinhança, pela dependência familiar, etc.;

4. A possibilidade dos conflitos entre membros da mesma *companha* poderem ser provocados pela contestação e luta por melhores rendimentos e por questões pessoais que podem conduzir à mobilidade de um ou mais pescadores de uma *companha* para outra sua vizinha; ou pela organização/hierarquização das *companhas* segundo os pressupostos económico-sociais: o contributo de cada elemento

⁹ Estes são colocados e a sua existência é relevante para o estudo, mas, com as fontes disponíveis, não é possível verificar a sua ocorrência. A dimensão familiar escapa à documentação. Na documentação analisada é possível verificar algumas referências a elementos familiares, mas não apresentam qualquer dado que pudesse inferir a ocorrência ou não de conflitos e se estes são gerados por problemas pessoais ou familiares.

na constituição de uma *companha* ou a sua posição na comunidade influenciam o lugar que ocupam na hierarquização da *companha*; a mesma hierarquização dá lugar a rendimentos desiguais que pode gerar conflitos.

No que diz respeito aos indicadores materiais, documentais, eles reflectem a sua ocorrência (conflitos e modos de resolução). A oralidade não deixa rasto, sobretudo quando recuamos no tempo. Comunidades marcadas pela boca a boca e pela raridade da escrita, o registo poderá ter outra força e significado, quando querem tornar algo público, que sirva como prova¹⁰. É o caso da constituição e organização de uma *companha*, o Registo Notarial pode ser uma ferramenta que veicule o registo oficial da organização laboral, no caso da constituição não ser estabelecida de forma oficiosa. Porém, este ponto tem relevância na contextualização e conhecimento da estrutura e funcionamento da *companha*, assim como no contributo de cada elemento para a formação da unidade de trabalho em causa.

Como indicador de coesão e cruzamento de relações entre as *companhas*, ultrapassando a esfera laboral, os dados veiculados pelo Registo Paroquial permitirão calcular o número de matrimónios celebrados na comunidade e a ligação desta com outras comunidades. Mas ao fazerem parte de outras comunidades, mesmo que administrativas, os seus interesses ou contrariedades (privilégios ou obrigações, entre as quais as fiscais) podem inscrever-se nas actas das vereações.

Mediante o “jogo” de hipóteses, variáveis e indicadores, o seguinte quadro sintetiza e explica a relação, sendo que acerca das fontes falaremos mais à frente (vd. ponto 1.4)

Tabela nº 1 – Síntese da relação entre hipóteses e localização de indicadores

Hipóteses	Variáveis	Indicadores documentais
1.Ocorrência ou não de conflitos entre <i>companhas</i> ?	Competição em relação às quantidades que arrecadam em cada lanço; disputa pela ocupação do mar; desigual usufruto do mar	Actas de Vereação - registo do incidente
2.Principais causas de conflito?	Maus anos de pesca; a exigência dos mercados; má distribuição de rendimentos	Actas de Vereação (registo do incidente);

¹⁰ Sobre a literacia em comunidades de pesca vd. AMORIM, Inês - Homens da terra ou homens do mar - um percurso historiográfico. In *Culturas Marítimas em Portugal*. Coord. Francisco Oneto Nunes. Lisboa: Âncora Editora. 2008. ISBN: 978-972-780-215-9, p. 45

3. União e Coexistência entre <i>companhas</i> e elementos da mesma <i>companha</i> ?	Matrimónio; Pertença a uma confraria	Registo Paroquial (registo de casamentos), arquivo da única Confraria existente na localidade
4. Conflito entre elementos da mesma <i>companha</i> ?	Mobilidade para outras <i>companhas</i> vizinhas; questiúnculas pessoais;	Registo Notarial (Livros de Perdão); Acórdãos (do juiz ordinário)
5. Organização/hierarquização da <i>companha</i> parte de pressupostos económico-sociais?	Rendimento anual de cada elemento; função que ocupa na safra;	Registo Notarial (Livros de Perdão); Acórdãos (do juiz ordinário)
6. Como se resolvem os conflitos? Essa resolução está registada?	Na iminência da não resolução oral entre as partes intervenientes há entidades que assumem a resolução, cada uma da sua	Registo Notarial (Livros de Perdão); Acórdãos (do juiz ordinário)

1.2.2. Comunidade/ *Companha*/ Espaço Social

A discussão dos conceitos é de extrema importância pois exige uma reflexão acerca das questões que este estudo levanta e que auxiliam da percepção das mesmas, assim como lhe dão respostas. Tal como fora acima apresentado, o tema da presente exposição contempla as questões relacionadas com o universo laboral e com a formação de comunidades, em volta da actividade económica e impulsionadas pela continuidade da mesma. Em concreto, o tema apresenta-se em diversos níveis que se complementam. Urge discutir os conceitos “a nu” que esses mesmos níveis sugerem, de forma a relacioná-los e a retirar conclusões que consigam dar resposta às problemáticas.

O primeiro conceito a ter em conta é o de **comunidade**. Poder-se-á recorrer às definições de carácter jurídico, uma “corporação de gente que vive em comum”¹¹, um espaço partilhado por um conjunto de pessoas que exerce uma ou várias actividades que podem ser ou não distintas. A entrada do referido Dicionário define ainda como

¹¹ SILVA, António Moraes da – Comunidade. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Typographia Lacerda, 1813. (vol.1). p. 423
Consultada a 20/5/2011. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>

“igualdade de uso dos direitos na coisa commun a muitos”¹² e ainda “em que muitos conformão” e “o ser commun a vários”.Podemos assim afirmar que uma comunidade reúne, na teoria, um conjunto de pessoas iguais perante a lei, que podem ou não exercer a mesma actividade económica.

A reflexão antropológica, pela mão de Brian O’Neill¹³, poderá permitir outra perspectiva. O conceito de comunidade seria como um todo organizacional que se estrutura com base nas funções que cada elemento desempenha e sob a égide da cooperação mútua. Partilham igualmente uma actividade económica, um credo e relacionam-se por meio de uniões familiares de entreajuda e de carácter endógenos. Mas esta seria uma visão passiva, muitas vezes idealizada.

O’Neill explora, tal como Madureira Pinto tinha introduzido, a dicotomia macro/micro por meio da narração dos dois níveis. O primeiro diz respeito ao universo das estruturas objectivas e subjectiva no seio de uma sociedade no que diz respeito às ideologias; o segundo remete para domínio geográfico/espacial em que se contrapõem duas realidades “*a colectividade rural concreta*”¹⁴ e “*a sociedade global estatal*”. O autor aponta a dificuldade em dissociar as duas realidades mesmo que estas apresentem realidades distantes umas da outra. Se alargamos a esfera macro a dependência processa-se a um nível ainda maior. Tomando o exemplo que o trabalho de Madureira Pinto desenvolve, Penafiel depende do Porto, assim como a freguesia de Fonte Arcada, a um nível do universo micro, depende do concelho de Penafiel. A noção micro - macro, como compartimentos estanques, foi desconstruída porque ultrapassa a visão administrativa, redutora. Tal como afirma O’Neill “*não são dois mundos separados que estão em contacto: já eram antes integrantes do mesmo e único sistema global...*”¹⁵

Na sua análise, O’Neill explora e critica a concepção de comunidade rural entendida como um “meio” fechado, homogéneo, primitivo, tradicional, isolado, pequeno...Assim como demonstra que este isolamento é contrariado e quebrado por

¹² Idem, ibidem. p.424

¹³ O’NEILL, Brian J. - Entre a Sociologia e a Antropologia: Repensando a 'Comunidade' Camponesa (Recensão extensa de livro de Prof. José Madureira Pinto, Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica). Porto: Edições Afrontamento, 1985). *Análise Social*, vol. XXIV, 103-104 (1988 4º, 5º) pp. 1331 – 1355; BRANDÃO, Maria de Fátima; ROWLAND, Robert – História da propriedade e comunidade rural: questão de método. In *O século XIX em Portugal*. Lisboa: Presença/GIS, 1979, pp.173-207

¹⁴ O’NEILL, Brian J. - Entre a Sociologia e a Antropologia: Repensando a 'Comunidade' Camponesa. o.c., p.1335

¹⁵ Idem, Ibidem, p.1338

meio da dependência laboral e da migração pendular. Campo e cidade relacionam-se abandonando a ideia de isolamento. A freguesia, a unidade mais ínfima, não surge como um “anexo suburbano” invalidando, deste modo, a dicotomia micro-macro. O espaço rural dialoga com o espaço urbano por meio de transferências pendulares de carácter humano e económico.

No que diz respeito à homogeneidade e tradicionalismo no seio das comunidades, neste caso rurais, os epítetos colocados são discutíveis. Entende-se por homogeneidade, no seio de um agrupamento comunitário, quando se verifica a ausência da prática de outras actividades económicas no mesmo espaço, que em alguns casos pode definir o estatuto social dos elementos que compõem a colectividade. Essa mesma homogeneidade pode ser analisada por meio das uniões matrimoniais e as tendências e estruturas das mesmas. Isto é, os casamentos celebrados entre elementos da mesma comunidade que partilham a mesma condição social. Esta tendência pode ser igualmente encarada como um factor de isolamento, mas resta também, apurar se é um sintoma de homogeneidade.

Da mesma forma que são colocadas questões em relação à endogamia contrapondo à exogamia, as de isolamento contrapõe-se à de abertura. Porém, o tema é colocado de forma cautelosa nos estudos desenvolvidos. Assim sendo, entende-se que a véu do tradicionalismo e do enclausuramento pode ser ou não ilusório. Sobre este ponto, O'Neill cita Madureira Pinto quando este afirma que a questão da família camponesa é insuficientemente estudada e que as generalizações são perigosas. São questões colocadas em torno das comunidades agrícolas/rurais que podem e devem ser transplantadas para as comunidades marítimas, que é o que se pretende.

Numa perspectiva mais próxima do mar, Francisco Oneto Nunes¹⁶ reforça a ideia de que os estudos que se desenvolvem sobre os “modos de vida ligados ao mar”¹⁷ estão cercados de incerteza e aleatoriedade. Tendo em conta que o que está em causa não é o significado de algumas práticas no seio das mesmas comunidades pois estas estão revestidas das contingências só entendidas quando inseridas num contexto. Prossegue avaliando o contributo de alguns trabalhos para a definição/distinção do conceito de comunidade – agrícola e piscatória, inserindo-a num quadro económico de

¹⁶ NUNES, Francisco Oneto (org) – Culturas Marítimas de Portugal. Lisboa: Âncora, 2008 ISBN 978-972-780-215-9

¹⁷ Idem, Ibidem, p. 9

exploração dos recursos orientado pelas temporalidades/ciclicidades, que dá lugar ao “desfasamento entre os ritmos da actividade produtiva e da obtenção de rendimentos¹⁸”, que dá lugar à incerteza. Associada à incerteza está a necessidade de investimento, mesmo que o retorno seja desfasado e incerto, em caso de risco, desgaste dos meios de produção, e perecibilidade.

A investigação arrasta um leque de temáticas relacionadas com os indivíduos que por força das circunstâncias e com características de carácter geral ou particular – geográficas, ocupacionais, económicas, culturais, se reúnem em torno ou não de um propósito interagindo e criando uma estrutura social, uma cultura distinta e um espaço económico. O referido espaço funciona como um organismo vivo quando dinamizado pelo aspecto social e cultural. Isto é uma comunidade. No caso de uma comunidade marítima, esta aproveita algumas das questões acima debatidas e integra-as segundo as suas próprias especificidades.

Na definição da *Oxford Encyclopedia of Maritime History*, de 2007, a actividade é provavelmente a base da ocupação definitiva das comunidades marítimas dada a extensão de costa e do mar, e dos recursos que proporcionam. Nestas comunidades a prosperidade é consequência da profícua colheita anual e esta proporciona a união e a efectiva ocupação do espaço. O proveito é partilhado segundo os critérios de idade e género, colocando a figura masculina como responsável pela captura dos recursos e as mulheres e crianças incumbidos das tarefas levadas a cabo na orla.¹⁹

A divisão do trabalho e a propriedade das estruturas reforçam a coesão social, proporcionando também a redução dos riscos financeiros e materiais. O contributo comum da comunidade e o empreendimento são determinados pelos ritmos da actividade marítima, que por sua vez é condicionada pelas condições climatéricas e pelo comportamento das marés, pelas forças políticas e pela oscilação económica e comportamento dos mercados.

No sentido literal do termo, ***Companha*** é definido como companhia de, em companhia de, *acompanhado* por (...). A base do termo surge associada a outros, o que justifica as várias entradas sobre o mesmo termo no Dicionário da Língua Portuguesa de *Moraes da Silva*. Este define *companha* de várias formas, dependendo da

¹⁸ Idem, Ibidem, p.10

¹⁹ HATTENDORF, John B. (ed.) – *Travelers and Travelling*, in The Oxford Encyclopedia of Maritime History. Oxford: Oxford University Press, 2007. (vol.2). pp.16-18.

área em que o vocábulo seja empregue. A primeira definição diz respeito à “gente militar e de guerra”²⁰, o segundo termo empregue faz referência ao séquito que *acompanha* o monarca; o seguinte termo é de carácter económico e refere-se à pastorícia entendendo *companha* como conjunto de pastores; o seguinte termo é jurídico e refere-se às pessoas que *acompanham* o juiz “em auxílio de execução”. O termo que se aproxima mais do pretendido é o *Companhia* de Faunos que surge citado um pouco mais à frente fazendo, referência à “*companhia*, a gente de mareação do navio.”, “*companhas* dos peixes, cardumes...”.

De alguma forma, se pode definir *Companha* por um conjunto de pessoas reunidas em torno de uma instituição, de uma pessoa, de um ofício. A sua associação ao peixe, como factor aglutinador, parece sugerir uma ligação; e os pescadores, a tripulação de um barco, uma organização subjacente à actividade piscatória. Institucionalmente, e à medida que as pescas se posicionam sob tutelas do estado, a *companha* torna-se, segundo vários regulamentos, uma unidade de organização da actividade piscatória no seio da qual se estabelecem relações pessoais e laborais, se definem estratégias económicas e relacionais e se desempenham funções definidas *a priori* que determinam a hierarquia laboral e a sua importância na cadeia dos trabalhos marítimos. À formação de *companhas* preside a vontade de associação e a liberdade para o fazer, a motivação económica inerente, no caso da pesca, e os meios/recursos disponíveis para a sua constituição – é esta a síntese veiculada no Dicionário do Trabalho e das Ocupações, no Glossário final²¹.

Entre as definições de comunidade e de *companha*, coloca-se estrategicamente a de espaço social definindo-se, segundo Lévi-Strauss, como a maneira como os “fenómenos sociais se distribuem no mapa e as constantes que desta distribuição resultam”²². Efectivamente, o espaço pode ser encarado em várias vertentes: a relação do espaço com o tempo - o primeiro aproveita os recursos disponíveis e o segundo determina e anima o primeiro. É possível tomar como exemplo, dado no próprio artigo, as deslocações constantes dos pescadores que acompanham as migrações dos recursos. Assim como, os recursos determinam os espaços, os percursos, os hábitos alimentares e

²⁰ SILVA, Antonio Moraes da – *Companha*. o.c., p. 425

²¹ MADUREIRA, Nuno Luís, coord. - História do Trabalho e das Ocupações, Vol. II As pescas. Org. Inês Amorim. Lisboa: Celta Editora, 2001. 261 p. ISBN: 972-774-127-4, p. 232

²² BUSINO, Giovanni – *Comunidade*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984-2001. Vol. 38 – Sociedade e Civilização p.352

as práticas de obtenção dos mesmos recursos. É dada primazia ao plano geográfico e às condições do solo tendo em conta que influenciam os processos tecnológicos, mesmo que os primários, e a definição da economia de grupo. Mas as relações de parentesco e de vizinhança, desenvolvidas em situações sociais deste mesmo espaço em definição, podem evoluir para situações de parentesco que surgem de um emaranhado relacional, o “tecido conectivo”²³, e que gera situações de socorro-mútuo, uma componente societária que consolida as relações.

²³ BUSINO, Giovanni – Comunidade. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984-2001. Vol. 38 – Sociedade e Civilização. p.367

1.2.3. Conflito/ Resolução ou Pacto

O termo **Conflito**, entendido como uma hipótese, apresenta como campos variáveis o grau de ocorrência, o motivo, o meio, os intervenientes, assim como se reveste de uma diferente tipologia dependendo das três últimas variáveis apresentadas – a circunstância temporal, espacial e os envolvidos.

Tendo em contas as diversas interpretações, nomeadamente a da Psicologia, Max Weber entende que se considera uma relação social como um conflito quando “o agir é orientado com base no propósito de afirmar o seu querer contra a resistência de um outro indivíduo²⁴”.

Tomando tal citação e considerando um exemplo adequado ao tema desenvolvido, quando a acção de um grupo ou de um indivíduo se sobrepõe, contraria a vontade de um outro e dá lugar a uma luta que se manifesta através da competição, disputa, choque de interesses e resulta na sobreposição de uns sob outros.

Os conflitos podem ter várias tipologias e incidir sob diversas questões. No presente caso, o conflito é inicialmente económico (laboral) e pode evoluir para o confronto pessoal e colectivo, psicológico e físico. As definições de conflito podem ser várias, consoante o campo em que se inscrevem, mas todas têm um denominador comum – o antagonismo. Na psicologia e na psicanálise, o termo conflito é usado quando se pretende indicar a existência de duas forças incompatíveis. Estes conflitos podem tomar uma dimensão interpessoal quando as pulsões vêm do exterior. Ou o contrário, quando um conflito externo dá lugar a uma interiorização das relações conflituais da realidade exterior ao indivíduo. A materialização destes conflitos pode conduzir à agressividade e esta é encarada como uma ferramenta “indispensável para assegurar a selecção da espécie, a defesa do território, o funcionamento da hierarquia social.”²⁵.

Contrariando a noção comum de conflito, que se relaciona com os estados de destruição e de caos, o confronto de duas forças produtivas toma contornos positivos. A

²⁴ BLUDEN, Andy (ed.) - Encyclopedia of Marxism. Maxists Internet Archive [on line] Consultada a 27/06/2011. Disponível em www.marxists.org

²⁵ BUSINO, Giovanni- Conflito. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984-2001. Vol. 14 - Estado- Guerra. p.394

evolução resulta desse mesmo confronto das duas partes, que se pode alongar e irá eventualmente terminar com a vitória de uma sob a outra – dinâmica social.

A resolução é possível mediante a sua superação e/ou a estipulação de normas. O termo **Resolução/Negócio** é inseparável em relação ao anterior e pretende “reparar” e “cuidar” das lesões causadas pelo confronto. Ou a “arena”, como refere Bourdieu, onde se desenvolvem processos de controvérsia e negociação, porque envolve um conjunto de actores, instituições e movimentos sociais, um espaço político (de relações de poder)²⁶. A negociação busca as bases do entendimento entre pessoas e colectivos envolvidos, e visa obter propriedade, serviços ou direitos da parte destes em relação à questão levantada no conflito.

A noção de pacto, relacionada com as anteriores de Resolução e Negócio, é amplamente abrangente. Num registo desprovido das referidas dimensões, pacto remete para um “acordo consensual e consciente entre individualidades diversas com vista a um fim determinado”²⁷. Pode ser entendido como um acordo entre duas ou mais partes e proposto e/ou imposto pela parte mais forte; como um contrato não formal, mas que reúne as partes com vista a um encontro de intenções.

Detectando a existência de conflitos, é necessário apurar as causas, a resolução e a entidade responsável pela mesma. As variáveis introduzem os diversos factores que podem interferir no funcionamento das sociedades e despoletar a ruptura. O percurso traçado pretende tomar conhecimento da actividade piscatória da costa de Mira no primeiro quartel da primeira metade do século XIX, focando as relações pessoais avaliando quantitativa e qualitativamente os conflitos ocorridos no meio laboral/pessoal. A constante saída e entrada de pescadores em diferentes *companhas* ou mesmo a existência de cartas de perdão²⁸ podem ser indicadores da ruptura laboral e pessoal e/ou da tentativa de reconciliação. A ocorrência de conflitos não é uma realidade fácil de verificar, já procurámos indicadores atrás, colocando as questões.

Tal como foi indicado, os maus anos de pesca dão lugar a meses de subsistência que só são ultrapassáveis graças à complementaridade da primeira actividade com a segunda, a agricultura. Mesmo numa situação de abundância de recursos, a má gestão

²⁶ Vd. BOURDIEU, Pierre – O Poder Simbólico, Lisboa: Difel, 1989, pp. 10 e 15

²⁷ ALBERTONI, Ettone A. - Pacto. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984-2001. Vol. 14 – Estado - Guerra. p. 11

²⁸ Realidade documentalmente verificável para a região piscatória do Furadouro, nos estudos de AMORIM, Inês -Relações de Trabalho e Gestão pesqueira nos séculos XVIII e XIX - A pesca da xávega na praia do Furadouro - Costa de Aveiro. o.c., p.96.

dos ganhos da sociedade e a má distribuição de rendimentos podem estar inteiramente relacionados com os picos de tensão.

A sólida posição hierárquica que cada elemento ocupa - externo ou interno - e a remuneração à luz da mesma pode também ser alvo de contestação e de lutas que reivindicam uma melhoria na distribuição dos rendimentos baseado no valor do trabalho de cada sócio. Não obstante, a hierarquização, se analisada sob os pressupostos sociais no seio da *companha*, é necessária, pois permite a organização do trabalho, a repartição das ocupações por cada elemento, e a coesão social frente a perturbações externas à *companha*.

Quanto à resolução da questão é possível considera-se dois caminhos viáveis: um formal, por meio de uma contratualização escrita, ou decisão judicial, esta em último caso; ou por via menos formal, mas, pela falta de documentação que prove a prática do primeiro ponto, a segunda prática pode ser a mais frequente, por acordo oral.

O convívio de estreitamento da relação pode ser ditado pelos momentos de necessária união e cooperação perante uma fatalidade ou a reunião de esforços em torno de um bem comum. A obra das confrarias como meio de assistência e de socorro-mútuo, sendo elas constituídas por pescadores, é também um indicador da coesão comunitária. Neste sentido, é preciso analisar os mecanismos de inclusão²⁹ e exclusão³⁰ no seio das comunidades de pescadores. Assim como é necessário tomar conhecimento das divergências pessoais tal como os conflitos sociais, isto é, os confrontos com elementos de um grupo social diferente. Conflitos que podem ser proporcionados por questões económicas ou simplesmente por coesão social da parte de um grupo face à presença de outro ao qual reconhece diferenças significativas.

²⁹ Estruturas que integram os membros de um grupo social, as *companhas* e as confrarias actuando de forma distinta, mas são estruturas que integram os pescadores e os distinguem dos lavradores (um grupo social que não se relaciona com o dos primeiros devido à desigualdade de riqueza e às distintas ocupações profissionais);

³⁰ O que integra é igualmente um factor de exclusão, para outros: não pertença ao grupo social, não desempenho de uma actividade, não pertença a uma confraria.

1.3 Fontes primárias e secundárias e metodologia

Conseguir atingir os objectivos delineados exige a obtenção de indicadores através da estrutura documental já apontada e às problemáticas levantadas.

Se a primeira hipótese diz respeito à existência ou não de conflitos entre *companhas*, como estes se materializam e que formas tomam. As Actas de Vereação, dos fundos camarários e os registos notariais, do Fundo Notarial de Mira, são possíveis fontes válidas para a verificação da hipótese. A primeira fonte contém o registo dos assuntos debatidos em sessão de câmara, do qual poderiam constar os desacatos entre *companhas* da mesma costa ou de *companhas* deslocadas, afinal os assuntos “económicos” do quotidiano. O facto de serem *companhas* que estão sob a alçada de outra administração podia chamar à atenção do poder local. A segunda fonte contém um vasto rol de registos de diferentes naturezas. O registo notarial permite tornar uma situação pública e legal, um argumento escrito em caso de litígio, mesmo que oneroso. A prática deste último registo, a sua intensidade, pode depender da gravidade do conflito, dos intervenientes e transformar-se, por si só, num indicador. Menos expectativas se acalentam relativamente aos rendimentos obtidos, informação que só se apura para períodos bem tardios, como acontece com Inquérito Industrial de 1890³¹.

A questão das tutelas é verificável através da pesquisa no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, após se traçar, previamente, um breve roteiro das várias famílias, casas e instituições que ao longo dos séculos estiveram na posse das terras, dos rendimentos e da população de Mira. A última instituição a tutelar este espaço foi a Casa das Rainhas e a pesquisa no fundo que lhe diz respeito, auxiliada com as leituras sobre o tema. Aliada a esta fonte existe uma outra no “Arquivo Histórico” da Câmara de Mira e que remete para a existência de alvarás e concessões régias, sinais da articulação entre poder central e local e dos interesses em guardar memória para fins judiciais, para prova de privilégios, fossem eles quais fossem.

A discussão de conceitos e termos foi resgatada de um universo documental alargado previamente analisado, discutido, cruzado e comentado. Trata-se de um conjunto de documentos, alguns editados e outros originais, uns de carácter geral e outros de edição local e regional. Provenientes de diferentes arquivos e bibliotecas e

³¹ Inquérito Industrial de 1890. As pescas. Lisboa: Imp. Nacional, 1890. (5 vols.). Fonte meramente citável e consultada

oferecendo diversas perspectivas do tema proposto a estudo. Tal como será apresentado na abordagem ao estado da arte relativamente à organização de trabalho na pesca (vd. ponto 2), as obras bibliográficas consultadas e de referência ao longo da exposição apresentam diversas proveniências e na sua redacção são indicadas diferentes motivações.

1.3.1 O universo documental

A consulta do universo documental não editado obrigou à deslocação e empreendimento de recursos com a finalidade de obter o acesso às mesmas para proceder, posteriormente, à sua análise e progressiva formulação de hipóteses e conclusões. Tenha-se sempre em consideração o seu propósito base quando foram concebidas e por isso é de avaliar a proveniência, a entidade produtora da informação, o motivo da produção da referida fonte, o destinatário da informação e as implicações da sua aplicação/o seu impacto (o intuito do seu aparecimento, contextualização e obra criada).

Tendo em conta a natureza dos documentos em análise, traçou-se um roteiro de pesquisa aos arquivos associados, por questões burocráticas ou geográficas, à região em estudo. No Arquivo Nacional/Torre do Tombo, o Arquivo da Universidade de Coimbra e o Arquivo Municipal de Mira foi possível encontrar pistas que permitam dar resposta às problemáticas definidas. Nos próximos pontos serão enumeradas, contextualizadas e analisadas as fontes e a sua proveniência, de forma a traçar um percurso explicativo que passa pela época de produção, motivação e entidade/s produtora/s de informação.

O universo documental em estudo está dividido por três arquivos que se encontram em diferentes níveis. Num primeiro nível, que revela a administração central, temos o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IAN/TT), onde se aferiu a percepção abrangente das tutelas políticas e de exigência económica tributária.

Num segundo nível o Arquivo Distrital, neste caso o da Universidade de Coimbra. Por natureza, os arquivos distritais - que acolhem informação dos concelhos abrangidos e que se dividem em dois vastos compartimentos de diferente origem - o fundo paroquial e o fundo notarial, são espaços de organização e preservação. O arquivo distrital, inserido num sistema organizado e informatizado, permitiu o acesso a alguns documentos por meio digital, assim como a sua reprodução mediante um valor previamente estipulado.

No Fundo Paroquial foi possível tomar contacto com um estilo de registo que apela ao estudo dos ciclos demográficos e que permite avaliar, a longo termo, os ritmos de crescimento da população. Falamos dos legados escritos de Baptismo, Matrimónio e Óbito elaborados, continuamente registados pela Igreja que, mais tarde, o distrito chama

a si e incorpora nos seus arquivos. Num outro compartimento encontra-se o Registo Notarial, onde foi consultado o fundo notarial. Neste seleccionaram-se, após leitura fólho a fólho, dos contratos de sociedade piscatória no período cronológico previamente estabelecido e fundamentado (1802-1830). Este fundo reúne as escrituras públicas diversificadas que incluem vendas, empréstimos de bens, estabelecimento de contratos e acordos e formação de sociedades económicas e mesmo as de carácter interventivo no âmbito social, que é o caso das confrarias (muitos outros, naturalmente).

Um terceiro nível diz respeito aos arquivos municipais. No caso específico de Mira, não está subjacente uma organização arquivística³² e é de difícil acesso ao investigador. As condições em que se encontram e a falta de recursos para a sua abertura³³ e estudo, colocam-nos à margem de investigadores “legais”, à mercê dos horários irregulares, mas, no caso presente, de alguma boa vontade. O Arquivo Municipal recolhe informação das mais diversas áreas a que um concelho, vila ou cidade dizem respeito, desde segurança pública, aos assuntos relacionados com a cobrança de coimas, vendas e aforamentos de património fundiário, actas de reunião de câmara, leis gerais editadas, correspondência recebida e/ou expedida com mais diversos assuntos, etc..

³² O Recenseamento dos Arquivos Locais relativo às Câmaras Municipais e Misericórdias, vol. 7 – Distrito de Coimbra, Arquivo da Câmara Municipal de Mira - dá conta da existência de um depósito documental que recebeu um tratamento arquivístico que permite a identificação das espécies, organizando-se por secções e séries. Identificaram-se quatro fundos constituídos por séries definidos por secções, datas extremas, número e tipo de itens. Fundo da Câmara Municipal de Mira, Fundo da Junta da Paróquia de Mira, Fundo da Junta da Paróquia de Mira, Fundo do Julgado de Paz de Mira, Fundo da Administração do Concelho de Mira.

³³ Em termos de tempo dedicado à pesquisa e extracção de informação, o arquivo municipal exigiu um maior esforço dada a falta de organização dos fundos e a quantidade de pastas, livros e documentos amontoados encarados como potenciais fontes de informação. Os documentos estão “arrumados” em pastas que se perfilam nas prateleiras da cave de um edifício que alberga os sectores camarários da cultura e educação. Numa escala de conservação, cerca de 75% das pastas encontram-se em razoável estado de conservação tendo em conta que apresentam uma deterioração parcial dos materiais originais dos documentos (pequenas manchas de tinta, amarelecimento do suporte em papel); 25% encontra-se em mau estado de conservação, i.e., deterioração dos materiais originais dos documentos (sujidade, amarelecimento, oxidação da tinta, mau manuseamento).

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IAN/TT)

No Arquivo Nacional/Torre do Tombo a pesquisa concentrou-se na procura de fundos que correspondessem à tutela do espaço em estudo, com vista a tomar conhecimento da malha política e do tipo de obrigações económicas no ambiente micro em relação ao macro, no sentido literal dos termos. Sabe-se que o espaço da costa de Mira fora tutelado por várias entidades ao longo dos séculos. No período a que este estudo diz respeito Mira estava sob a alçada da Casa das Rainhas, instituição que apresenta uma origem e organização muito próprias³⁴. O seu legado arquivístico encontra-se no AN/TT.

O fundo da Casa das Rainhas engloba várias secções, sendo elas: Tribunal do Despacho da Fazenda, Secretaria dos Negócios, Justiça e Mercês, Secretaria da Fazenda e Estado da Casa das Rainhas, Casa dos Contos, Tesouraria. Da terceira secção referida, composta por subsecções, séries e unidades de instalação, fazem partes alguns dos documentos que podem conter informação que dê resposta à questão da posse e organização das tutelas territoriais. A secção engloba um vasto leque de informação relativa a uma extensa dimensão de território, de Guimarães ao Estado da Índia. A subsecção relativa ao Almojarifado de Aveiro, relativo à Vila de Mira, contém séries relativas à cobrança, arrecadação de impostos, anotações da conta corrente do rendimento do pescado, anotações da despesa e receita da arrecadação do imposto que recai sob o pescado. Na mesma secção perfilam-se um leque de séries que contêm registos de decretos, ordens, alvarás, cartas; registos de ordens recebidas, de ofícios expedidos, de termos de posse, de despachos: registos de arrematações e contratos, de empenhamentos; títulos e inventários; e registos diversos.

A documentação recolhida divide-se em três grupos: o primeiro, da subsecção relativa ao Almojarifado de Aveiro e referente à arrecadação de impostos, diz respeito ao registo semestral da recolha do imposto (cobrança) e o acerto entre a despesa e a receita proveniente da actividade económica em causa; o segundo, extraído da Real Fazenda da Casa das Rainhas, remete para o registo das contas da administração do

³⁴ MARQUES, Maria Alegria - As terras de Mira. Perspectiva histórica. Mira: Câmara Municipal de Mira, 1993. 184 p. ISBN: 972-8117-02-7

fazendeiro da vila de Mira que englobam o pagamento de contribuições que recaem sob a habitação e os géneros e acertos no pagamento o administrador responsável pela recolha dos dividendos; o terceiro e último documento, retirado da secção correspondente ao Conselho da Fazenda e Estado remete para a existência de um requerimento que dá conta da situação dos pescadores da costa do mar de Mira em relação à Segunda Invasão Francesa gerando um processo de várias páginas com diversos pareceres.

Tal documentação permitiu tomar conhecimento da dimensão do poder territorial e administrativo da Casa das Rainhas, do qual Mira é parte integrante. O fundo da Casa das Rainhas exhibe um extenso número de contratos de habitação e pagamentos por ocupação de um espaço e/ou o cultivo de uma parcela de terra. Assim como reúne informações que permitiriam avaliar a carga fiscal que recaia na captura e venda de peixe dentro dos limites dão espaço, na arrecadação /cobrança do mesmo imposto (dízima do pescado). Da mesma forma, a instituição tinha acesso ao total dos rendimentos das cobranças – do peixe fresco e seco, foros, rações e laudémios – efectuadas na vila. Trata-se efectivamente de uma tutela económica, mas primeiramente de uma “ocupação” de carácter político-administrativo.

Um dos títulos consultado foi a *Despeza feita na cobrança da dizima do pescado fresco, na costa do mar de Mira em os primeiros seis mezes, deste corrente anno de 1820*. Neste documento, além dos dados que o contextualizam – data e local, os intervenientes e o assunto tratado – assinala as despesas em géneros que a actividade gera, os valores rendidos e os pagamentos ao recebedor. Revela ainda o período correspondente às safras, o local de cobrança do imposto. Trata-se de documentos inseridos num modelo de registo praticado na costa pelas figuras locais representantes do poder fiscal e territorial da Casa das Rainhas, como forma de controlar os lucros da exploração e de aplicar o sistema fiscal ao qual a exploração piscícola e agrícola não escapavam.

O segundo documento, recolhido no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, intitulado “*Contas tomadas ao Administrador Manoel da Cruz, fazendeiro da Villa de Mira dos Foros, e Rações e mais direitos pertencentes ao anno de 1806(..)*”, dá conta do registo de contas tomadas por um fazendeiro que administrava e cobrava os foros, rações e outros direitos no espaço de Mira. Permite tomar conhecimento da produção agrícola, da quantidade de espaços que eram considerados “fumejas” (correspondendo a

fumo de fogueiras, de fogos) e respectivo pagamento de foros, a diversidade de pagamentos em géneros. A divisão do documento permite perceber como se operava o processo de cobrança de foro, rações e outros direitos e que figuras representantes do poder senhorial actuavam localmente e quais as suas funções.

O terceiro e último documento remete para um processo da alçada do Conselho da Fazenda e do estado iniciado por um pedido da parte dos contratadores da dízima do pescado fresco e seco pago à Casa das Rainhas. As referidas entidades dão conta de um quadro negro no contexto das Invasões Francesas, para o desempenho da actividade que prejudicou a continuidade do seu exercício, pois obriga ao recrutamento de companheiros e lavradores para a defesa do país e impedia a livre circulação de mercadorias indispensáveis ao conserto dos aparelhos da pesca. A incerteza do exercício da actividade e a instabilidade apresentada era motivo de súplica à redução da renda combinada.³⁵.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

O Arquivo da Universidade de Coimbra reúne documentação relativa aos concelhos integrantes do distrito de Coimbra. O Arquivo alberga um leque de fundos/coleções relativos à administração central/descentralizada, local, associações, capitanias, coleções, Confrarias, Irmandades e Misericórdias, Diocesanos, Eclesiásticos, Empresas, Escolas, Liceus e Universidades, Hospitais, Judiciais, Monástico-Conventuais, Notariais, Paroquial, Pessoais e Familiares, Registo Civil. Outrora, a documentação produzida pelo concelho de Mira, depositada nos arquivos concelhios, migrou para os arquivos distritais tutelados pela Universidade de Coimbra

No conjunto de fundos mencionados destacam-se dois, um deles sobejamente citado nos estudos de Raquel Soeiro de Brito³⁶ quando enceta um estudo sobre a comunidade no qual aponta as oscilações demográficas na região em estudo como forma de provar cronologicamente a “fundação” da comunidade de Palheiros de Mira – o Paroquial. O outro contém uma diversidade de entradas e registos relativos aos actos

³⁵ Este documento foi transcrito no Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios depositado no Arquivo Municipal de Mira.

³⁶ BRITO, Raquel Soeiro de - Palheiros de Mira. Formação e declínio de um aglomerado de pescadores. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1981.

públicos sobre os quais os intervenientes evocam a necessidade de registar - o Notarial. Tendo em conta a natureza destas últimas, procurámos, deliberadamente, entre as datas indicadas, todos os contratos que referissem sociedades de pesca, perdões, eventualmente, registos de compra e venda, empréstimos, vencimento de juros, cobrança de empréstimos, registo de perdão gratuito, doações, contratos de sociedade, entre outros.

Trata-se de um fundo vasto contendo um leque diverso de documentos, modelos de registo e dados/informações. Os documentos - alvo são as escrituras de sociedade piscatória, e permitem tomar conhecimento da estrutura interna das *companhas* (sociedades), o desempenho da sua actividade, a relação, pouco denunciada, dos intervenientes, as suas funções, contributos, proibições e privilégios. Tratando-se de um documento lavrado em notário e preenchendo o modelo fixo que não permite retirar mais do que a informação veiculada no documento, resta a análise e formulação de hipóteses pela comparação de escrituras e constatação da presença de dados relevantes como resposta às hipóteses. As expectativas em torno destas fontes são grandes, esperando-se indícios das causas dos conflitos, e da possibilidade de vir a cruzar informações acerca dos maus anos de pesca, dos mercados e a má distribuição de rendimentos. Por outro lado, a reconstituição de várias companhias poderá levar-nos a perceber se existiria mobilidade de pescadores, de um para outro contrato, possibilidade a apurar sempre que se cruzarem nomes de elementos de *companha* para *companha*.

A expectativa de encontrar ainda os registos de perdão [gratuito] entre os intervenientes no desacato neste fundo notarial não se confirmou, nem eventuais escrituras de partilha de rendimentos ou de pedidos de empréstimo. É certo que pela análise dos contratos de sociedade do Fundo Notarial do AUC, é possível ler-se as diversas penalizações decretadas pela direcção da *companha* e reservadas aos infractores.

Num período entre 1812-1824 encontram-se doze registos notariais, num total de cinco livros analisados³⁷. A natureza dos registos diverge entre duas a três modalidades – *Escritura de sociedade*, *Escritura de Obrigação mútua de sociedade* e *Escritura de Ratificação de sociedade*. Dentro das mesmas modalidades é possível distinguir a

³⁷ Livro 4 – 23/Julho/1812; 9/Agosto/1813; 20/Agosto/1813; 25/Agosto/1813

Livro 5 – 9/Fevereiro/1818

Livro 7 – 11/Janeiro/1822; 14/Janeiro/1822; 4/Outubro/1822; 25/Outubro/1822; 15/Julho/1823

Livro 8 – 23/Novembro/1824;

Livro 9 – 30/Dezembro/1824.

presença ou não de cláusulas normativas, o que dá lugar à subcategorização das modalidades apresentadas.

Todos os contratos apresentam os intervenientes envolvidos quer na formação da sociedade como no desempenho do seu trabalho – Procurador, Escrivão, Tabelião, Sócios, Arrais e Testemunhas; só algumas identificam os graus de parentesco entre os sócios indicados, assim como a naturalidade, o estado civil, respectivamente. Pela extensa análise dos contratos em estudo, foi possível verificar que o maior número de dados provém das *Escrituras de sociedade* e das *Escrituras de Obrigação mútua*. Nas *Escrituras de ratificação*, por norma, são apenas listados os nomes dos novos elementos e é feita a menção das cláusulas anteriormente estipuladas num documento que o antecede e que é identificado como a escritura de sociedade (é uma ratificação do já acordado, mas pode significar que algo exigiu essa ratificação que poderia ser, afinal, contrariada).

Como acontece com a documentação burocrática que respeita certos padrões, os contratos não permitem “ler”, aparentemente, muito mais do que aquilo que registam. Constituem um campo alargado de interrogações em torno do papel pessoal e profissional de cada elemento, da relação interpessoal, do contributo abrangente da actividade, dos lucros e despesas da mesma. Cabe a quem os lê a sua interpretação, interrogação e a formulação de hipóteses que permitam colocar-se o mais perto possível das práticas efectivas.

Inicialmente a baliza cronológica apontada recaía em 1835 como ano limite, porque se procurava perceber o impacto da legislação de 1830, já enunciada. Contudo o livro 9 continha a última escritura analisada, de 1824, e a exploração dos 3 livros seguintes, que prolongavam por 10 anos não se revelou proveitosa. Estevazio de escrituras de sociedade ³⁸coloca várias questões em torno da ausência do registo, às quais, de momento, não sabemos responder.

³⁸ Verificou-se da mesma forma, do Livro 1 ao Livro 4, onde aparece a primeira escritura datada de 1812, a ausência de escrituras.

Arquivo Municipal de Mira (AMM)

No Arquivo Municipal de Mira, o repositório arquivístico local oferece uma grande variedade tendo em conta que não está organizado pelos critérios cronológicos ou de assunto. Os documentos que integram o chamado “Arquivo Histórico” estão dispostos em pastas perfiladas em várias estantes. O arquivo encontra-se arrumado, mas não organizado. A ordem das pastas e dos documentos não obedece a algum critério.

Após uma segunda selecção, entre mais de cem pastas, já num universo de vinte e sete pastas com documentos, datados entre 1796 a 1835, relativos a vários assuntos da administração e gestão local no campo económico, fiscal, político e social, a análise reduziu o campo de investigação para três pastas com três documentos, depois de se abrir, pasta a pasta, num processo de seriação da informação.

Entre os documentos seleccionados pelo critério da datação e do assunto, afiguraram-se pertinentes, num primeiro momento, os seguintes livros, divididos em categorias diferenciadas:

- **Registo de Leis, Alvarás, Decretos e Diplomas Régios**,³⁹ que compila deliberações reais de natureza política, económica e fiscal, entre outros, de grande interesse para a administração e reivindicação de privilégios e isenções da parte do poder central à população de Mira. No que nos diz respeito, assinala-se o conjunto de documentos de extrema importância pois remetem para a actividade económica de três das várias *companhas* que trabalharam na região da costa de Mira e sob as quais recaíram alguns privilégios concedidos e ratificados pelo poder real. É composto por documentos de diferente natureza, desde contratos de sociedade piscatória, tal como o registo notarial já referido, como cartas de súplica para a isenção de um ou outro imposto e a concessão de privilégios. É uma fonte necessária para a devida contextualização política e económica no período tratado no presente estudo.

- **Registo de Leis e Ordens da Câmara, Actas de Vereação, Actas da Câmara, Registo de Câmaras, Vereações**, de teor político, social e económico. Apresenta o registo de assuntos debatidos nas sessões camarárias, faz referência a

³⁹ Anexo D - Descrição do conteúdo do Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios - 1790 a 1813 - do Arquivo Municipal de Mira

assuntos propostos pelos munícipes e apresenta resoluções. Assim como contém listas de nomeação de individualidades para a governação do concelho, a aplicação de coimas, os autos de juramento, a confirmação de cartas de súplicas; Sentenças de capítulos de correição, termos de arrematação, concessão de privilégios reais, termos de juramento; -

- **Registo de Ordens das Câmaras** - registo de petições, certidões, provisões, registo de ordens, registo do regulamento das ordenanças, petições de baixa de soldados, registo de ordens da Intendência Geral da Polícia, registo de patentes.

- **Décima de juros municipais, Administração – Contribuição e Impostos, Impostos Locais, Administração – Finanças Locais**, contém registos de cobrança de impostos e fornecem dados sobre os sectores para os quais é cobrada a carga fiscal – Contribuições extraordinárias da Defesa, lançamento de empregos, lojas, ordenados, confrarias; cavalgaduras, impostos sob a habitação, lançamento da contribuição lançada aos juros, lançamento do novo imposto, juros particulares. A sequência de dados é rica porque permite tomar conhecimento das localidades do concelho de Mira, desde as ruas principais aos lugares, os habitantes contribuintes de cada espaço, o imposto que cabe a cada um e o seu valor, em número e por extenso. A carga fiscal pode incidir nas propriedades habitacionais indicando o lugar do concelho, o número da habitação, o contribuinte, o tipo de cobrança e o valor, em número e por extenso; na propriedade de cavalgaduras, na cobrança da dízima sob as habitações e os maneios.

- **Correições (Sentenças dos capítulos), Termos de Correições, Contraordenações (Registo de ordens de Correição)**, contém documentação relativa ao registo de ordens, de petições e certidões, cartas de ofício, registo de decretos, registo de editais, de certidões de idade. Da mesma categoria de documentação fazem parte as Sentenças dos Capítulos (Correições), constituídas por um conjunto de perguntas relativas ao funcionamento interno e externo do concelho.

- **Registo de Fogos e Moradores**. Trata-se de uma fonte produzida com fins militares e que reúne um conjunto de dados importantes para o conhecimento da distribuição populacional acompanhada da actividade profissional, dentro do concelho. Trata-se de dois livros, ambos relativos ao ano de 1831; internamente a divisão é feita em companhias e esquadras, num primeiro nível, e em freguesias, num segundo nível. A

disposição da contagem militar por freguesias auxilia a rápida percepção da ocupação humana e diversidade laboral, em moradores, micro - espaço do concelho. A forma como os lugares são citados pelas Ordenanças segue uma lógica de aproximação e distanciamento do cordão de dunas que cerca a costa e próximo da sede de concelho. Passa pelas localidades de fronteira com o concelho de Cantanhede e termina nas localidades mais próximas da costa, junto ao referido cordão de dunas e floresta. Trata-se de uma fonte produzida, essencialmente, para o recrutamento militar e por isso masculino, a não ser quando se trata de viúvas.

Permite-nos uma aproximação, num só corte cronológico, da dimensão demográfica do espaço da costa de Mira no ano de 1831, apresentando dados que dizem respeito à filiação, idade, estado civil, profissão e localização habitacional. A presente fonte vem dar resposta às problemáticas relacionadas com a geografia socioprofissional da população marítima que habita o espaço em causa, assim como apresenta o universo masculino em termos de força de trabalho permitindo perceber a média de idade dos elementos elencados. Dados como a filiação e o estado civil são importantes para o cruzamento das ligações e entendimento quanto ao estreitamento dos laços afectivos em comunidades de práticas endógenas, como fora já referido. A exploração da fonte leva-nos a confirmar a dualidade profissional, assim como a distribuição populacional tendencialmente estratégica.

Deste universo documental seleccionado, a datação pré-estipulada e o assunto sobejamente referido levou-nos a seleccionar apenas duas fontes: **O Livro de Fogos e Moradores de 1831**, em dois volumes, já citado, usando-o no sentido de reconstituir um retrato da distribuição de profissões pelo espaço concelhio de Mira, como se verá.

O Livro de Leis, Decretos e Alvarás recolhe vários documentos relativos ao desempenho da actividade relatando passos da relação entre o poder local e o real com os pescadores a partir da constante conquista de privilégios e mercês. O presente Livro dá conta de uma série de situações que colocam a actividade em risco e da atitude condescendente de alguns monarcas que garantem o contínuo pagamento da dízima e outros mais impostos “decretando” algum auxílio às constantes causas apresentadas pelos pescadores.

O mesmo livro dá conta da existência de um número específico de impostos de cobrança geral e particular que pautam a relação entre pescadores e senhores. Não reporta exclusivamente para a costa de Mira, mas aborda um pouco de outros espaços

próximos ou distantes do espaço em estudo e que estão relacionados com a mobilidade que caracteriza a modalidade da ocupação – pesca de arrasto junto à costa.

1.3.2. Método de Análise e Estrutura do trabalho

Os métodos de análise dividem-se em duas grandes partes que se apresentam complementares: o modelo seleccionado para o tratamento da informação e as ferramentas de que o estudo dispõe para dar forma aos dados recolhidos e tratados. A documentação recolhida e tratada apresenta traços heterogéneos no que diz respeito ao produtor da informação, às circunstâncias em que é produzida, o objectivo que preside à sua produção, o modelo de redacção em que se inscreve e os assuntos que pretendem tratar.

As entidades produtoras de informação foram acima identificadas, assim como a documentação produzida relevante para a discussão das problemáticas. Os conteúdos divergem tendo em conta o alcance do poder que é conferido a cada instituição mencionada. Os objectivos afiguram-se diferentes, mas a sua essência não se altera dentro do alcance de cada lei ou prerrogativa emanada do poder real e reproduzida/veiculada pelo poder local.

O percurso metodológico que seguimos é constituído pelas seguintes fases: percepção e entendimento dos conceitos, formulação de hipóteses, apresentação das variáveis, enumeração de indicadores que possam dar resposta às hipóteses e construção de grelhas de informação constituídas por campos, em número e em assunto, ditados pela fonte em análise. Quando enumeradas, serão avaliadas as potencialidades e limitações de cada fonte recolhida de forma a reconhecer as falhas e a poder colmata-las por meio do cruzamento de informação entre fontes de diferente proveniência e alcance.

A pesquisa foi depurada a cada passo baseada em critérios cronológicos, de assunto, de informação pertinente e correlação e possível cruzamento com outros dados de outros documentos do mesmo ou de outro/s arquivo/s.. Seja como for, urge avaliar o contributo das fontes encontradas e analisadas quando se trata de dar resposta às problemáticas. Num plano inicial delineado, alguns documentos/livros que tomavam parte da lista de possíveis passos a dar não se verificaram como possíveis fontes fornecedoras de dados. Alguns documentos não contém informação alguma sobre o tema em estudo, outras não existem tal como foram concebidos anteriormente. A análise detalhada e a possibilidade de cruzamento de informação permitem que algumas fontes possam fornecer dados relevantes para o entendimento de outras questões relacionadas com o tema, sempre que cruzada a informação.

Em relação às ferramentas, a recolha será organizada em grelhas de informação tornando prática a sua posterior consulta; em fichas de leitura organizadas segundo os critérios já referidos; em gráficos quando se tratar de registos numéricos proporcionando uma fácil abordagem; entrevistas de forma a colmatar as “falhas” e omissões das fontes.

Feita esta apresentação conceptual e documental, doravante o estudo dividir-se-á em três partes distintas: a primeira dá conta da produção historiográfica que tem tratado as questões do trabalho, quer numa abordagem nacional, quer usando monografias que toquem a realidade de Mira. Se entendemos dar relevo a esta questão foi porque nos era importante entrar num tema que nos apresentava dificuldades de penetração. A avaliação entre as monografias locais, muitas vezes fruto de interpretações apaixonadas e a historiografia temática, ajudar-nos-ia a sublinhar as questões mais importantes.

Na segunda procura-se definir a comunidade de Mira no sentido de se perceber o espaço, a ocupação e as actividades, procurando avaliar o peso do mar relativamente às ocupações em terra, a distribuição geográfica e funcional.

Na terceira, neste processo crescente, a análise das comunidades como se organizam as *companhas* de pesca, quantas são, que dinâmicas, que relações internas e externas, procurando dar respostas às problemáticas avançadas, entre conflito e cooperação.

2. Organização de trabalho – a pesca: um ponto da situação historiográfica

Em análise estão as obras gerais e particulares que compõem o estado actual da arte no que concerne a visão alargada do tema: questões relacionadas com a formação da comunidade, aspectos sociais e culturais que presidem a esta organização, aspectos económicos a partir dos quais ela se expande, e as características geomorfológicas inerentes à região da costa marítima em causa. Numa perspectiva mais específica, pretende-se traçar alguns aspectos da malha económica do espaço em causa focando o contributo das sociedades de pesca para o desenvolvimento económico da região dentro e fora das barreiras territoriais. Pensa-se que este foi um percurso essencial, para avaliar o que já se escreveu, ou não, sobre o assunto, quer acerca da pesca em geral, quer acerca da pesca no litoral e mar de Mira.

2.1 Contributos para a História do litoral e da pesca

Tendo em conta a temática, as leituras realizadas apresentam diferentes tipologias de obras e uma grande variedade de áreas de estudo que ajudam a completar e a contextualizar o quadro geográfico, económico e cultural que aqui se apresenta.

Parte-se, inicialmente, de um leque de obras de carácter geral que aborda aspectos gerais no âmbito da geografia, da história local, das ocupações, da aproximação do litoral, dos recursos económicos, da forma de apropriação e exploração da terra, da questão do género em termos laborais.

De salientar os trabalhos de Orlando Ribeiro e Henrique Souto que aprofundam a questão da morfologia da costa marítima, os limites do litoral e os recursos voláteis a que esses limites confinam ou/e proporcionam. Com dados da observação e da análise das comunidades, também Nicole Devy-Vareta, nos seus estudos sobre o ordenamento florestal nas regiões do litoral, dá a conhecer a realidade dos solos e a densidade demográfica das regiões costeiras explicando a correlação das duas variáveis referidas. A vertente humana da ocupação, tendo em conta a progressiva aproximação, conquista e ocupação a par de uma mudança na forma de olhar o mar e as suas valências, é dada

pelos trabalhos de Francisco Oneto Nunes, Inês Amorim, Carlos Diogo Moreira e Henrique Souto.

A questão dos recursos, do ponto de vista de quem os tutela, antes e depois do processo de desamortização, da sua disponibilidade, da sua mobilidade é visada nos estudos de Inês Amorim. Enquanto a morfologia dos espaços da costa, os condicionalismos a que esta subjeta a actividade económica, assim como a natureza dos solos que dita a tipologia do pescado e obriga à adaptação dos aparelhos desde os meios de transporte e aos meios de captura da espécie, é um tema abordado por Baldaque da Silva (naturalmente para os finais do século XIX mas porque não existe uma outra História das Pescas em Portugal desde então) e Inês Amorim. Os referidos autores discutem também a abundância ou falta dos recursos marítimos, a partilha dos espaços comuns e a questão da destabilização e regulação dos ecossistemas, este último ponto é especialmente abordado por Inês Amorim.

A actividade económica em causa é entendida como um meio de sobrevivência e inscreve-se numa dinâmica de complementaridade das práticas do sector primário, mesmo que, segundo alguns estudos, não lhe seja reconhecido um papel relevante quando considerada no meio de outras actividades económicas de outros sectores (agricultura, comércio).

Considerando a exploração dos recursos do litoral, a actividade coloca a ênfase nas capacidades de adaptação do homem e nas condições em que se movimenta, tendo em conta a fugacidade dos recursos e a diversificada natureza dos mesmos, dependendo do habitat (meio litoral/meio fluvial). A exploração envolve processos e técnicas que divergem de espaço para espaço na mesma linha de costa, segundo os estudos de Baldaque da Silva e Henrique Souto. Assim como a ocupação desses mesmos meios de exploração dos recursos marítimos e dos espaços junto às regiões litorâneas, é abordada por alguns autores sob a forma de monografia⁴⁰, como é o caso de Raquel Soeiro de Brito, Maria Alegria Marques, Fernanda Cravidão Delgado, e por outros, sob a forma de estudos complementares a outros estudos sobre a mesma temática, como é o caso de Carlos Diogo Moreira, Francisco Oneto Nunes (como coordenador e autor) e Henrique Souto.

O ponto de vista da Antropologia e da Sociologia, a questão da ocupação e a formação de um aglomerado em que está presente a ideia de comunidade. A

⁴⁰ Produto da micro história, história local, das pessoas, das regiões, da comunidade

perspectiva antropológica aborda estas comunidades sob diferentes pontos de vista que não apenas os económicos. Os indivíduos são encarados como geradores de culturas, de diferentes modelos de ocupação que não apenas impulsionados pelas necessidades económicas.

Com respeito às ocupações, é possível estabelecer dois tipos de ocupação intrinsecamente ligados, associados à ocupação económica em causa – pesca, como motor de movimentações da aproximação do litoral, segundo o estudo de Inês Amorim. Num primeiro momento, a ocupação parcial, mas que pode ser sazonal, mas que tende para o aproveitamento contínuo da orla marítima e dos recursos disponíveis, sendo eles móveis (peixe) ou/e fixos (exploração agrícola e pecuária). A última ocupação é já materializada pela construção de um espaço habitacional que confere à apropriação um carácter fixo e permite o desenvolvimento das áreas do litoral.

As diferentes actividades económicas desempenham um papel estruturador na comunidade, pois atribuem tarefas sob o critério da idade, experiência, género. À organização social pressupõe-se uma organização laboral, temática na qual se insere os trabalhos de Inês Amorim e de Carlos Diogo Moreira, não olvidando o contributo literário de Raúl Brandão ainda para a viragem dos séculos XIX para XX. A divisão organizada de tarefas é uma das características das comunidades de cunho marítimo. Uma outra é o envolvimento de elementos de todas as idades nas práticas da actividade piscatória, como se de uma herança laboral se tratasse. Porém, no caso do género e, segundo os contributos de Inês Amorim, a divisão espartilhada do trabalho “*não colhe unanimidade*”⁴¹. Segundo a autora, a mulher surge integrada num sistema de produção evolutivo no qual se inclui/exclui segundo as necessidades e ritmos da actividade⁴². A mesma organização laboral está patente no estudo já citado de Inês Amorim, que visa o contributo, a propriedade dos meios de produção, que confere uma hierarquização. A experiência⁴³ é igualmente uma forma de hierarquização e consequente organização laboral, tema tratado por Carlos Diogo Moreira. A questão das ocupações e designativos no âmbito da actividade económica está patente na obra coordenada e organizada por Nuno Luís Madureira e Inês Amorim, respectivamente.

⁴¹ AMORIM, Inês - Mulher no sector das pescas na viragem do século XIX: formas de participação na organização do trabalho. Arquipélago História. Revista da Universidade dos Açores. Ponta Delgada. ISSN 0871-7664. 2ª série, vols. 9-10 (2005-2006): 661-683 p.337

⁴² Ritmos ditados pela sazonalidade da actividade,

⁴³ Vd. Arrais. In MADUREIRA, Nuno Luís, coord. - História do Trabalho e das Ocupações, Vol. II As pescas.Org. Inês Amorim. Lisboa: Celta Editora, 2001. 261 p. ISBN: 972-774-127-4

Tendo em conta o que fora apontado, as comunidades marítimas, tal como muitas outras, podem ser encaradas como meios de produção de cultura. Esta mesma produção é apontada pelas monografias locais de forma a evidenciar o particularismo de cada comunidade, distanciando-a das outras, apesar de partilhar semelhanças estruturais. Semelhanças essas que se reflectem na estrutura social, no desempenho de uma actividade, na profissão de um credo, nas representações comuns.

A obra orientada por Francisco Oneto Nunes⁴⁴ permite-nos um entendimento geral acerca das comunidades marítimas, questionando a geomorfologia do espaço que estas ocupam, indagando a verdadeira origem do pescador baseada na ocupação laboral/económica que desempenham. Inês Amorim questiona se estamos perante homens da terra ou homens do mar, a verdadeira natureza do homem que vive e gere a oferta dos ecossistemas marítimo que o rodeiam. Outros, na referida obra, tratam o mar como património e percorrem os conceitos de identidade aliada ao património do mar, propondo uma nova narrativa/recriação de feição marítima durante o período do Estado Novo (Álvaro Garrido); numa outra vertente, a da organização do trabalho e da decadência inscritas na história da arte da xávega, abordadas pelo coordenador da obra em causa. Num outro registo de índole etnográfica surge o estudo de Carlos Robalo que compara algumas localidades com semelhanças no que diz respeito às populações e modos de vida. Paulo Mendes, no último artigo da mesma obra, apresenta uma visão que reúne três ocupações de dois sectores – primário e terciário – particularizados num contexto da costa alentejana e propondo uma análise em termos cronológicos e etnográficos. A reunião de estudos da área da Antropologia e História oferecem uma mais-valia para a investigação e lança algumas das problemáticas subjacentes ao estudo das culturas marítimas – representações, evoluções, traços que as definem.

Mesmo fora do período cronológico que nos anima, mas porque sugestivo do ponto de vista das problemáticas, Inês Amorim, no artigo intitulado “A organização pesqueira portuguesa no quadro das relações fronteiriças com a Espanha – a procura de um espaço económico na segunda metade do século XIX”, interroga-se acerca da real propriedade do mar e dos recursos por ele disponibilizados, tendo em conta a “jurisdição nacional e o direito individual de acesso aos recursos”. Acrescenta que a questão em torno da propriedade das águas surge numa época que impulsionou os

⁴⁴ NUNES, Francisco Oneto (org) – Culturas Marítimas de Portugal. Lisboa: Âncora, 2008 ISBN 978-972-780-215-9

debates liberais. A questão levantou uma outra, a da desamortização do mar, que permitiu a criação de oportunidades de acesso aos recursos através da libertação dos individuais e das sociedades da tutela das instituições senhoriais retirando-lhes a gestão do trabalho e dos recursos. A libertação dos pescadores da tutela privada foi decretada a 6 de Novembro de 1830. O decreto aboliu privilégios senhoriais e obrigações provenientes desses mesmos privilégios e permitiu a entrada da iniciativa individual e associativa. A lei autorizava ainda o exercício da actividade em qualquer armação e o posterior tratamento ao pescado. Um outro artigo do mesmo decreto declara que é permitido, a todos os portugueses e domiciliados no país, a formação de sociedades de pesca e o ingresso nas mesmas.

Todo este processo terá repercussões no seguinte passo - a institucionalização do sector das pescas, tendo em conta que ficou já colocada a questão da definição e integração socioprofissional, pelo estabelecimento de tutelas e pelo ordenamento da costa. Procedeu-se igualmente a um levantamento detalhado dos indivíduos empregados na actividade, as embarcações, os proprietários, o arrais, locais de desempenho da actividade (rios e portos), a admissão no seio das *companhas* e a isenção do recrutamento militar⁴⁵. A autora afirma ainda que a demarcação do espaço que cada *companha* ocupa, que pode ser um foco potenciador de conflitos, e as concessões dos mesmos são variáveis dependendo dos meios de produção envolvidos (artes e embarcações), as especificidades morfológicas (costa e fundos) e o conhecimento apreendido colocado em prática (as técnicas). O empreendedorismo verificado na segunda metade do século XIX vai delimitar os entraves do acesso dos pescadores aos meios de produção, proporcionando a disponibilidade de capital e a capacidade de exigir concessões tanto em contexto de aquacultura como nas práticas marítimas costeiras e de largo. O artigo em causa alongar-se-á até à questão da demarcação do espaço das águas nacionais face ao desempenho, empreendedorismo e organização dos serviços de pesca no país vizinho e a luta nacional contra o sistema de forma a garantir o alargamento das zonas de pesca.

Num outro artigo, que visa compreender as relações pessoais no seio da organização laboral que a actividade exige, a autora propõe-se a traçar um quadro

⁴⁵ AMORIM, Inês – A organização pesqueira portuguesa no quadro das relações fronteiriças com a Espanha – a procura de um espaço económico na segunda metade do século XIX. Asociacion Española de Historia Economica. Actas do VII Congresso organizado pela Asociacion Española de Historia Economica, 2005

geomorfológico, jurídico, administrativo da linha costeira a par das inovações tecnológicas conquistadas pelos magros recursos financeiros dos pescadores e a sua capacidade de adaptação. Inicialmente são abordadas a questão do controlo dos ecossistemas tratando-se de uma tarefa impossível tendo em conta que as espécies não estão num ambiente controlado. A sazonalidade e incerteza proporciona o alargamento do âmbito espacial da actividade, assim como o universo de espécies – fala-se de espécies pelágicas costeiras “ (próximas da superfície ou a meio fundo: sardinha, carapaus, biqueirões, etc)”, das espécies demersais “(do fundo do mar: pescada, linguados, crustáceos)” e das espécies oceânicas “(os migradores: atum, peixe-espada)”. Neste primeiro grupo, os movimentos das espécies obrigam a um desempenho mais próximo da costa. A diversidade das espécies está relacionada com a fisionomia dos fundos que, por sua vez, condiciona os apetrechos e/ou obriga à adaptação destes⁴⁶.

Num outro grupo, no qual Portugal se inscreve, a actividade pratica-se no mar alto, longe da costa. Esta modalidade obriga ao recrutamento e a longas estadias da parte dos pescadores. Tal como fora referido, a actividade é incerta devido à migração das espécies revestindo a sua captura de um carácter sazonal. Esta realidade conduz à rentabilização económica do tempo disponível e ao desempenho de outras actividades. O pescador reveste-se de uma outra “pele” de forma a complementar o fruto da pesca com outros recursos de manutenção e colheita contínuas.

Perante tais considerações, a autora enumera os progressos nos usos e práticas da actividade tendo em conta a capacidade de adaptação dos modelos estrangeiros e dos apetrechos em relação às condições geomorfológicas dos solos marítimos. Considera também que, e este ponto interessa particularmente ao estudo, o esgotamento dos recursos é um ponto de partida para se entender as relações entre os pescadores tendo em conta que a precariedade da actividade pode conduzir a conflitos de índole social, a nível interno, e económica, a nível externo – o que diz respeito aos mercados e à rentabilização da actividade.

No século XIX assistiu-se a uma reflexão acerca dos recursos, dos limites de exploração dos mesmos e da legitimidade da sua apropriação.⁴⁷ As anteriores tutelas e direitos senhoriais que recaíam sob os recursos marítimos. Cabia ao rei o arbítrio de

⁴⁷ Relações de trabalho e Gestão Pesqueira nos sécs. XVIII e XIX - a costa de Aveiro. Revista de História Económica e Social. Lisboa: Âncora editora. ISSN 08706077. 2ª Série, nº 2 (2001) pp. 75-120. p. 80

pequenas contendas entre senhorios e pescadores acerca das rendas do pescado, assim como lhe competia deliberar acerca da exploração dos recursos.

Esta malha fiscal organizada em camadas interligadas que permite o contacto, por intermediários, entre o trabalhador e o senhor dos senhores termina com o já referido decreto de 1830.

Permitindo-nos um paralelo para o objecto a que este estudo se propõe, é possível afirmar que o artigo em causa abre algumas perspectivas em relação às práticas - ou à ausência delas - características destas comunidades e à possibilidade da existência de documentação que dê resposta a algumas das problemáticas aqui colocadas.

Numa segunda parte, respeitando a divisão do artigo, são colocados alguns parâmetros de análise da localidade, tais como o contexto tecnológico no que diz respeito à definição do espaço em estudo tendo a conta o perfil geomorfológico e a adaptação das técnicas; o quadro espacial indicando os limites e pertenças da localidade em causa; os procedimentos tecnológicos abordando a questão da efectiva adaptação das técnicas, apetrechos aos condicionalismos dos fundos e da costa; os recursos humanos abordando os núcleos comunitários itinerantes, tendo em conta que a actividade obriga à mobilidade e justifica a baixa densidade demográfica junto à costa; e as infra - estruturas económico - técnicas incidindo na questão dos recursos provenientes das actividades relacionadas (extração do solo – sal), e a comercialização do bacalhau, entre outras questões.

Por fim e auxiliando uma das problemáticas que a este estudo preside - as relações inter-pessoais no seio das sociedades e/ou entre sociedades e por que meios podem estas passar por períodos de tensão e conflito, será pertinente, por razões de comparabilidade temática e até metodologia, apresentar algumas ideias-chaves de um estudo da mesma autora acerca da costa mais a norte de Mira – a do Furadouro, na costa de Aveiro. Com base na documentação compulsada, cruzando documentação produzida em notário e outra documentação punitiva que visava a remissão do incumprimento dos contratos (documentação normativa), entre outros documentos procurou avaliar as dinâmicas de conflito em torno da exploração dos recursos. A autora intitula a III e última parte do artigo “Entre conflito e a cooperação” e na mesma enumera as motivações dos pescadores em formar uma sociedade, e os elementos reunidos para que tal fosse possível, desde o “diálogo” entre o capital e o trabalho, à reunião de cláusulas que estipulavam a participação dos contributos e a divisão dos ganhos, colocando os

produtores os companheiros, como elementos integrantes de um todo organizado, a *companha*. Através da produção notarial permite perceber os ritmos da actividade, os ciclos de desaparecimento e sobrevivência das *companhas*.

Os conflitos são um outro capítulo da história das sociedades que se tecem à medida que os laços pessoais e humanos se estreitam nos mais variados contextos, desde o âmbito familiar ao laboral. Inês Amorim acredita, mediante a documentação compulsada⁴⁸, que estes conflitos, no que diz respeito aos que ocorrem no âmbito laboral, são espontâneos umas vezes, a avaliar pelos relatos das partes envolvidas. A par destes conflitos surgem alguns pressupostos normativos flexíveis mediante as mudanças operadas no campo de trabalho ou em conformidade com as exigências no seio da organização da sociedade de pesca, sinais de agravamento nas relações, em que a *companha* e a praia são a arena de negociações de poderes.

Ainda na questão dos conflitos, que constam de uma análise final da referida autora, sabe-se que os períodos de carestia quer pelos maus anos de colheita, quer pelo desequilíbrio entre os elementos da sociedade e os ganhos substanciais, quer pela incompatibilidade entre elementos, ditavam mobilidade de umas *companhas* para outras. Veremos se este estudo de caso, que levanta questões pertinentes, permitirá estabelecer um estudo comparativo para outros espaços da costa.

⁴⁸ Referência às “cartas de perdão” ou “perdões” elaboradas na simbólica ida ao notário, Relações de trabalho e Gestão Pesqueira nos sécs. XVIII e XIX - a costa de Aveiro. Revista de História Económica e Social. Lisboa: Âncora editora. ISSN 08706077. 2ª Série, nº 2 (2001) pp. 75-120. p.102

2.2 A comunidade da costa de Mira – contributos locais para a sua história

As leituras que abordam as questões sob o ponto de vista geral, são fundamentais para contextualizar o estudo em causa, revesti-lo das coordenadas temporais e espaciais, traçar o quadro que permita o entendimento geral auxiliado pelas referidas coordenadas, fundamentar teorias e auxiliar novas constatações mediante o cruzamento da informação dispersa sobre a temática. Assim sendo, numa segunda fase da revisão literária, é imperativo recorrer à produção de obras locais, por vezes, da autoria de escritores locais interessados pela História da região, e/ou evidenciando e exaltando características únicas da região em causa. No caso da região visada - a de Mira - verificam-se as duas situações. Existe uma considerável produção de monografias e trabalhos de carácter científico, entre lentes da Universidade de Coimbra, professores da região, pequenos historiadores locais, ou mesmo profissionais de outras áreas do saber, e tantos potenciais autores das monografias sobre a terra, as gentes e os costumes de Mira. Tão diferentes, umas debruçam-se em acontecimentos circunstanciados numa época previamente indicada, outras tentam traçar o panorama geral procedendo ao levantamento do perfil geográfico, económico-social e cultural (manifestações religiosas, nomeadamente).

As leituras repartem-se e veiculam a informação por várias áreas, circunstanciando e contextualizando o estudo sob várias perspectivas. Raquel Soeiro de Brito escreve em 1960 uma corografia incontornável, que reflecte sobre a construção e desenvolvimento da comunidade de Palheiros de Mira (actual Praia de Mira) desde meados do século XIX. Num primeiro plano, a autora descreve as circunstâncias geográficas de Portugal e a vasta costa de que dispõe; inscreve Palheiros de Mira numa nesga desta costa e enumera os espaços que se tornaram lugarejos e “banhos de mar”⁴⁹ ao longo da mesma. Descreve a constituição das habitações e as divisões, tão diferentes de outros lugares, como a Costa de Santo André, Olhão e da Culatra, entre outras da região de Aveiro à Nazaré. Traça os ritmos de ocupação e assinala os grupos e interesses dos ocupantes; analisa os registos paroquiais colocando uma datação para a

⁴⁹ BRITO, Raquel Soeiro de – Palheiros de Mira. Formação e declínio de um aglomerado de pescadores. Lisboa: Centro de estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1981. p.23

fixação populacional; os lugares que fornecem a população para a comunidade em formação. Num outro capítulo, traça o perfil da população directamente relacionado com as condições morfológicas e os recursos; refere-se à comunidade constituída por “pescadores-agricultores⁵⁰” dando conta das construções tão características considerando “a maior originalidade deste aglomerado⁵¹”.

Nos três capítulos que se seguem, denominados de “A população”, “A pesca e os Pescadores” e “Vida Rural” – no primeiro capítulo elabora uma contagem populacional com uma descrição das profissões e referência aos trajes típicos da região mediante as tarefas que desempenham. A autora explica que a política de incremento florestal empregou os homens e mulheres da povoação e garantiu a sobrevivência das famílias. A emigração para a pesca do bacalhau é o caminho que muitos chefes de família tomaram e a comunidade da costa de Mira não foi excepção. No mesmo capítulo é ainda referida a dureza dos invernos e a dieta alimentar típica, muito básica e dependente do desempenho das actividades económicas e das alterações climáticas (bons anos agrícolas e bons meses de pesca).

No seguinte capítulo (“A pesca e os pescadores”) é referido o processo de povoamento da região, citados os anos áureos da actividade traçando uma tendência cíclica nos rendimentos da mesma, tal incerteza que conduz à imigração ou mesmo emigração. Num segundo momento, do mesmo capítulo, descrevem-se os trabalhos da faina e como se organizam as *companhas*, no que diz respeito ao material de que dispõem, aos elementos que as compõem, as características das embarcações e materiais. A autora reserva um papel complementar, mas essencial às mulheres na empreitada que descreve pormenorizadamente, socorrendo-se de muitos outros estudos sobre a temática que destacam o trabalho feminino nestas comunidades. No último capítulo citado aborda-se a questão da ruralidade, aqui entendida em várias partes: nomenclatura dos terrenos trabalhados a par da prática piscatória, sua localização, disposição e superfície parcelada; as culturas agrícolas e seus ritmos⁵²; formas de socorro mútuo no âmbito da agricultura e da pecuária.

⁵⁰BRITO, Raquel Soeiro de – Palheiros de Mira. Formação e declínio de um aglomerado de pescadores. o.c., p.44

⁵¹ Idem, p. 44

⁵²Idem, pág.82 “A produtividade da terra varia com o grau de humidificação e humidade..”, uma “..depende da quantidade de matéria orgânica já incorporada nas areias (..) variando (..) com o tempo de aproveitamento das terras..”, outra..”depende essencialmente da profundidade do nível aquífero..”

Temas como a indústria e o comércio são igualmente abordados na referida corografia. Em relação ao comércio, é elaborado um levantamento das instâncias comerciais, assim como é referida a proveniência dos materiais; as feiras e os produtos vendáveis, o seu papel social e o desenvolvimento que proporciona à região. Quanto à indústria, o seu incremento é pouco visível e incide principalmente no sector da construção. Esta questão será abordado no último capítulo onde a autora se questiona acerca das condições de salubridade e da fragilidade das infra-estruturas do aglomerado, com base num Inquérito movido pelos Serviços de Urbanização. A partir dos dados do Inquérito e da observação *in loco*, é levantada a problemática da conservação material e preservação da essência da comunidade vs atracção do turismo e desenvolvimento do lugarejo como espaço balnear.

O primeiro estudo com o carácter de um ensaio é o de Manuel Alves e apresenta-se como um trabalho monográfico incipiente. O título assim o indica⁵³. Neste, o autor dá a conhecer o espaço sob o ponto de vista geográfico ao indicar as coordenadas em que Mira está inserida; dá conta também da diversidade da fauna e flora, dos recursos. Assinala o acidente geográfico que é a ria e o aproveitamento dos seus braços, já estreitados, evitando o assoreamento das terras, de forma a dar vida às populações do baixo Vouga, e dá conta da existência de uma diversidade de ecossistemas que ocupam as dunas, lagos e o mar. A região da Gândara, à qual Mira pertence, e mesmo Mira sofreram várias ocupações. Sob o ponto de vista da tutela do poder, Manuel Alves destaca o poderio do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o seu esforço com o intuito de valorizar os terrenos arenosos. Em relação à economia da região, o autor refere as actividades económicas e as principais ocupações da população, assim como também aborda as técnicas e meios de inovação. O último capítulo aborda as manifestações religiosas como vestígios da cultura da região e das suas comunidades.

Também Maria Alegria Marques, num estudo que invoca as raízes de Mira, traça o quadro geográfico, paisagístico e ambiental da região em que está inserida. A descrição da autora combina os dados sobre a paisagem dominante com as características do território (disposição, produtividade, principais culturas, práticas, técnicas). Analisa igualmente a vegetação e produtividade dos solos da orla marítima. A autora recorre à narração das várias ocupações da região para explicar o escasso povoamento e o afastamento da linha da costa. Para concluir, chama a atenção para a

⁵³ ALVES; Manuel – Subsídios para a história de Mira. Coimbra: Ed. Paróquia de Mira, 1990

capacidade de adaptação a um meio aparentemente pouco produtivo e hostil. Realça igualmente o interesse dos monarcas e senhores por Mira ao longo de séculos e a tenacidade das suas gentes em preservar a instituição concelhia no período conturbado dos finais do século XIX.

Na obra “Praia de Mira. Visão Histórica e Etnográfica”, do ano de 1983, Cúcio Frada recorre à cartografia para auxiliar à noção de espaço físico, geográfico, primeiro ponto que aborda. A localização tece-se numa perspectiva macro – micro. Aponta a localização costeira desde os acidentes geográficos que deram origem aos lagos, aos vales e às montanhas, ao revestimento vegetal e mineral apresentando as condições requeridas à fixação de população efectiva. Referencia alguns dados que apontam outros aspectos da fisionomia (da flora) – vegetação (dunas e floresta) e recursos hídricos (barras, lagoas e canais) de outros tempos que evoluíram por força das alterações climáticas e da progressiva ocupação. Elabora uma breve abordagem sobre a origem da povoação, focando os vestígios materiais que a mesma foi legando - os palheiros e o engenho da arte piscatória, esta última de índole material e imaterial.

Nesta extensa monografia o autor esboça a história da localidade não olvidando os pormenores específicos que a tornam distinta em relação a outras localidades e enumera-os numa linha temporal, devidamente contextualizados. As actividades económicas são citadas e à cabeça destas destaca-se a pesca, os seus tipos (de rio e de mar) mediante os aparelhos usados, assim como as espécies. Por fim, descreve uma ida ao mar, tal como Raul Brandão faz na sua obra⁵⁴. Ainda no mesmo capítulo, aborda a questão da comercialização do pescado e da distribuição de tarefas tendo como critério o género, o préstimo laboral e a função desempenhada em toda a dinâmica laboral requerida numa ida ao mar.

Cúcio Frada elabora uma exposição concertada onde combina o passado, não muito distante, com o presente destacando a notória evolução patente na construção de infra-estruturas, desenvolvimento de sectores como a indústria e o comércio, enumerando até o tipo de comércio predominante no lugarejo. No seio deste estão sempre presentes as raízes, a incipiente formação de uma comunidade que se estende ao longo da costa, fruto da actividade itinerante, mas que se fixa em vários pontos do litoral dando origem a povoados simples e rústicos.

⁵⁴ BRANDÃO, Raul – Os pescadores. Lisboa: Alliaud e Bertrand, 1923.

Nas paragens, na costa de Mira e noutras, percorridas por Raul Brandão, é descrita uma ida ao mar. Da mesma forma, Cúcio Frada descreve uma situação semelhante.

O referido estudo não acrescenta muito ao que fora escrito por outros autores previamente citados. O seu contributo fica-se pela profunda apresentação das tradições, costumes, os “dizeres” de uma comunidade que preserva traços singulares.

João Reigota é o autor da obra “Uma caminhada na história”⁵⁵ na qual se propõe a abordar algumas questões da história de Mira, desde a evolução da costa no que diz respeito aos aspectos morfológicos e geológicos, aos vestígios de uma existência pré-histórica na zona mediante os achados arqueológicos a que dá primazia na sua análise e com os quais fundamenta o que interpreta, as sucessivas ocupações e tutelas até ao fim do poder senhorial. Apresenta como mais-valia para este estudo, uma recolha sobre a toponímia do concelho, porém apoia-se na sabedoria popular para fundamentar os dados que compõem esta aproximação etimológica.

Manuel Miranda é o autor de uma obra denominada “Mira no século XX”⁵⁶. Tal com sugere o título trata-se de uma monografia que condensa a história do concelho de Mira no que diz respeito ao passado e à edificação das estruturas modernas do presente. No que ao estudo importa, a referida obra não tem qualquer importância pois remete para factos muito recentes e vastamente estudados por outros autores.

Mário Cupido, um outro autor local da obra intitulada “Em busca de identidades. Aspectos etnográficos-históricos de Mira”, aborda a questão da identidade presente nos aspectos etnográficos: as práticas, nomeadamente as políticas e económicas, os costumes sociais, o do matrimónio à cabeça de todos, e outras manifestações pessoais/familiares que integravam as práticas comunitárias que o autor salienta. Na mesma obra, intitulando-se de “Manifestações de associativismo”, está presente o ponto “A Pesca”. No referido, o autor faz referência, sem notas introdutórias, à variedade de aparelhos de pesca, mediante a especificidade dos solos e as espécies. Distingue os aparelhos de verga e os de linha consoante os meios/ambientes em que são usados. Aponta as modalidades da pesca mediante a hora, o local e os instrumentos usados, destacando a pesca nocturna (a do candeio, pelo instrumento usado) e distinguindo o diferente uso das redes, a sua forma e meio. Faz igualmente referência aos barcos e à sua constituição – bateira, robaleira - tendo em conta o tipo de pesca. Refere ainda as

⁵⁵ REIGOTA, João Maria – Uma caminhada na história. Mira: Câmara Municipal, 1992. 277 p.

⁵⁶ MIRANDA, Manuel – Mira no século XX. Mira: Câmara Municipal, 2005. 317 p.

artes, intituladas de xávega, as quais englobam “os aparelhos de redes envolventes de arrastar para terra”⁵⁷.

Por fim, e com maior relevância para o presente estudo, o autor aborda a questão do espírito associativo dos elementos de uma comunidade. Coloca as *companhas* de pesca no centro das manifestações do dito “espírito associativo” visível. As referidas “contribuições individuais” (meios de produção) permitem a construção de um grupo laboral que compensará, com os seus frutos, as mesmas contribuições. Partindo desta realidade vivida na região em estudo, o autor elabora uma curta análise sobre a produtividade, factor directamente relacionável com a divisão de rendimentos e o nível de vida das comunidades piscatórias, embora para o século XX. Essas associações económicas podem se ter verificado igualmente dentro do mesmo sector económico, na exploração animal e agrícola, contando que a iniciativa individual não singraria.

Ligeiramente diferentes dos grémios agrícolas, como defende, seriam as *companhas*, no que diz respeito à contribuição inicial para a formação de uma sociedade. Os contributos financeiros provinham de outras individualidades que não integravam a sociedade. No entanto, o autor refere que este tipo de sociedades só é possível quando “os associados têm idêntica condição económica, patrimonial e, até, social”⁵⁸. Entende por associados os membros da sociedade e não os seus representantes que “injectam” fundos na mesma garantindo a sua formação e funcionamento de modo a recuperar o capital investido. Por sua vez, os rendimentos e atribuição de benefícios a cada sócio eram calculados mediante os frutos da actividade, a prestação física e o contributo das funções de cada membro. As *companhas* eram constituídas por elementos provenientes das localidades pertencentes ao concelho de Mira – Seixo, Portomar. O seu nome, defende, provinha do nome do arrais, inicialmente, e, mais tarde, pelos nomes dos donos. É de comum acordo o nome da primeira *companha* conhecida da costa de Mira, a do Cação. Invoca fontes, nomeadamente o Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas Régios do Arquivo Histórico da Câmara de Mira, que ratifica esta mesma informação, o que prova que consultou fontes primárias.

Seguidamente, o autor enceta uma descrição sobre o volume de trabalhos, a grande empresa que é a actividade e a união de esforços que exige em torno de um bem

⁵⁷ CUPIDO, Mário - Em busca de identidades. Aspectos etnográficos-históricos de Mira. Mira: Centro de estudos do mar, 2006. p.272

⁵⁸ CUPIDO; Mário – o.c., p.274

comum. Acrescenta que “a *companha* era uma realidade social⁵⁹” alargando a noção de *companha* e incluindo a dimensão social e cultural numa realidade que se sabe económica/comercial. Descreve a ida ao mar como um espectáculo para as gentes que permanecem nas areias da praia; um quadro vivo e real tal como Raul Brandão descrevera na sua obra⁶⁰. Num último ponto, dentro do tema “manifestações de associativismo”, o autor faz referência aos portos de pesca auxiliado pelos estudos de Baldaque da Silva, quem cita; o número de pescadores, dados que apresenta relativos aos anos de 1885/1886⁶¹. Segundo Mário Cupido, a actividade era exercida na Costa Nova, Costa do Arião, Costa de Mira, Tocha; na Costinha⁶², um porto de pesca a alguns quilómetros do Mondego, em Quiaios e em Buarcos. Faz referência aos lagos e lagoas de Mira, e do Bom Sucesso.

São apresentados valores que dizem respeito ao número de *companhas*, número de barcos, números de pessoas envolvidas, valor do pescado para cada espaço de pesca, seja marítima seja lagunar. É importante ressaltar que esta obra usa, abundantemente os escritos de Baldaque da Silva, o que lhe permitiu esta mesma análise, situando-se, por isso, nos finais do século XIX.

De importante carácter político e económico, o estudo e comunicação escrita de Margarida Sobral Neto sobre as “Práticas do poder concelhio”,⁶³ será colmatado por um outro intitulado “Mira, vila da Casa das Rainhas na Época moderna (séculos XVII-XVIII)” da autoria de Maria Paula Marçal Lourenço. Ambos apresentados em Jornadas realizadas no concelho de Mira/ publicados em periódicos locais e com interesse para os locais e para os investigadores que se versam sobre as questões da estrutura administrativa do poder local enquanto património de instituições, como a Casa das Rainhas.

O primeiro artigo remete para uma época mais próxima do estudo em causa e incide, em grande parte, numa questão tão cara para o concelho que é a desamortização dos baldios. A questão foi inicialmente abordada num artigo da mesma autora que se intitula “A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do século XIX”. É possível afirmar que o artigo em análise foca um determinado assunto

⁵⁹Idem, Ibidem, p.276.

⁶⁰BRANDÃO, Raul – o.c.

⁶¹ Dados que pouco podem importar ao presente estudo visto que extravasam as linhas temporais definidas, mas que revelam potencialidades para investigações futuras.

⁶² Gráfico de dados – Anexo F

⁶³ NETO, Margarida Sobral – Práticas do poder concelhio [artigo sem referência bibliográfica.

Apresentado no encontro cultural organizado pela câmara de Mira/publicado no Jornal “Mirando”]

relacionado com a questão do conflito pela posse da terra e a afirmação da tutela estatal sob os territórios que se queriam do domínio público para exploração comum/concelhia. Os conflitos territoriais entre Mira e Santa Cruz de Coimbra relacionam-se com a manutenção de direitos que advém da tutela crúzia secular e que interferem com a gestão *independente* dos recursos comunitários para os quais a autora remete. A apropriação dos espaços incultos, até então não ocupados, ou ocupados sem o controlo do senhorio de rendas. A usurpação dos terrenos incultos, como era vista pela população, deu origem a motins que faziam notar bem a noção de preservação do espaço de exploração comunitário de recursos agrícolas, tendo em conta que contribuía para o equilíbrio económico da população, por se tratar de pinhais, matas, areias.

O outro artigo citado diz respeito a uma fase específica da ocupação e tutela senhorial, a da Casa das Rainhas que se estendeu dos anos 60 do século XVI ultrapassando o ano de 1833, que marca, de modo geral, o final de qualquer espécie de imposição/ocupação tributária e senhorial. Num último ponto, o caso de Mira é citado e integrado na história da instituição em causa⁶⁴.

No que a este estudo importa, Mira foi integrado nos domínios da instituição por motivo da morte do último donatário que não deixou descendentes, e a pedido da Rainha⁶⁵. A autora refere ainda alguns dados sobre a tutela efectiva da instituição e aborda a questão da tributação como forma efectiva do poder – jugadas de pão, vinhos, rendas e saboarias, pescado, almoxarifado, pastagens, tenças de Alfândega de Lisboa, Casa de Bragança, Casa das Carnes. Estas mesmas rendas, juntamente com as de Aveiro, contribuíram, segundo a autora, para a manutenção da “câmara e Estado da Rainha⁶⁶”, não sem desentendimentos em torno da arrecadação dos impostos sob o pescado, em alguns espaços da presente réstia de costa, devido a conflitos no seio da

⁶⁴ A presente análise é dividida em três diferentes fases complementares: a primeira elabora uma resumida descrição da geografia patrimonial da Casa Das Rainhas; a segunda aborda as principais etapas da sua constituição, colocando a sua consolidação durante a vigência do governo filipino; a terceira e última prende-se com os momentos de afirmação do poder da instituição, quer a nível de governação quer em termos da gestão económica.

⁶⁵ D. João IV doa algumas terras como património a D. Luísa de Gusmão expresso num documento de 1642. Mira não fazia parte desta doação, mas é exigida pela Rainha num documento dirigido ao corregedor de Coimbra, dois anos mais tarde. Devido a causas avessas entre a Coroa e o Duque de Aveiro, a apropriação tardou. Formalmente, Mira integra os domínios da instituição em 1643.

⁶⁶ LOURENÇO, Maria Paula Marçal - *Mira, a vila da casa das Rainhas na época moderna (séculos XVII-XVIII)*. [artigo sem referência bibliográfica. Apresentado no encontro cultural organizado pela Câmara M. de Mira/publicado no Jornal “Mirando”]

administração régia ou/e a recusa do pagamento da dízima do pescado da parte dos pescadores.

3. A comunidade de Mira

Que quadro se poderá, então definir, baseada nesta bibliografia e nas fontes primárias reunidas. Terra ou mar? Em traços simples e elucidativos, uma comunidade é constituída por um conjunto de elementos que se unem em torno de um propósito económico gerando laços entre si e tornando-se criadores de cultura, tendo os vectores de espaço e tempo sempre presentes. É com esta noção que podemos definir uma comunidade de feição marítima que apresenta especificidades diferentes em relação às comunidades agrícolas sobejamente abordadas nas constatações anteriores

O presente ponto estruturar-se-á em três diferentes pilares, de forma a enquadrar a comunidade sob o ponto de vista geográfico, económico e político. As especificidades geográficas definem o espaço, as suas características em termos de recursos: se podem ser pontos atractivos/repelentes para a fixação de várias gerações e sua multiplicação ao longo dos séculos; as tutelas territoriais e políticas definem o tipo de vinculação dos homens à terra que os grandes proprietários e senhores guardam e exploram; a abrangência do poder político recai na dimensão económica pela exploração dos dois sectores mais importantes – o primeiro e o segundo, agricultura na qual se pode integrar a pesca, e o comércio como prática rentável da venda de excedentes ou de produtos já destinados à comercialização.

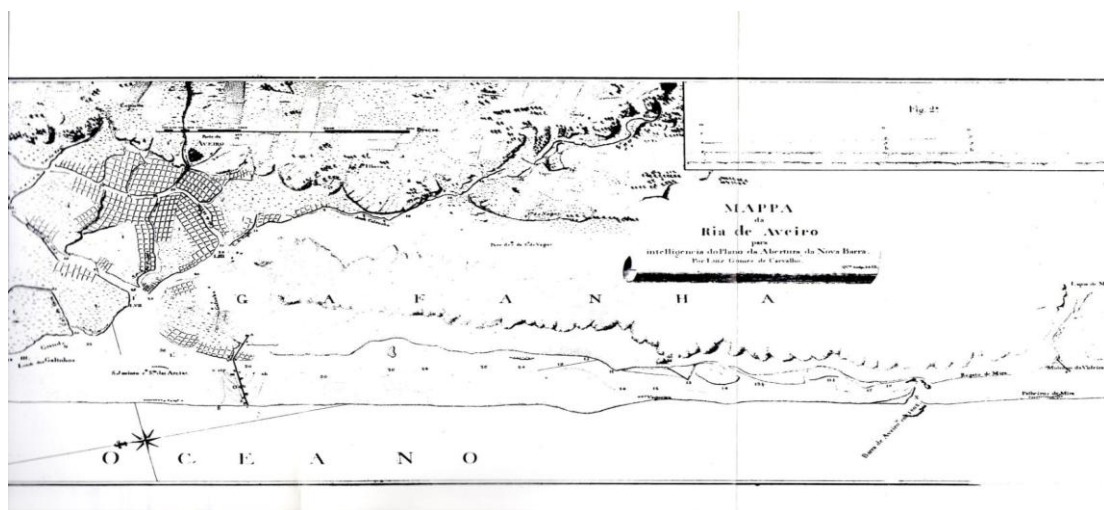
3.1 O espaço: da terra para a costa

Mira é localizada, hoje, pelos seguintes vectores: situada na Beira Litoral, na região da Gândara e a alguns quilómetros de Aveiro, sendo apresentada como o exemplo de uma comunidade com raízes agrícolas, mas de forte instinto marítimo. Trata-se de uma complexa estrutura económica reunindo duas valências da fauna e flora: a lagoa da Barrinha, um dos braços provenientes da ria de Aveiro, e a vastidão de mar. Anterior ao desempenho da actividade piscatória e à descoberta e fixação em localidades que integram a Costa de Mira, os habitantes da vila tinham como principal actividade a agricultura. Os recursos da flora nesta localidade são vastíssimos tendo em

conta que uma parte da região é constituída por florestas e matas, algumas ainda se mantêm, e não esquecendo as lagoas de água doce que circundam o concelho: a Barrinha de Mira que surge como uma “construção” que alberga a vegetação natural e as espécies de peixe de água doce e o Lago do Mar, a sul da Praia de Mira que reúne uma variedade de peixe e de espécies migratórias e aquáticas⁶⁷. Os dois espaços mencionados contribuem para um equilíbrio ecológico e para a preservação dos ecossistemas sem os danificar nem interferir em demasia. A lagoa permite um auxílio ao ecossistema litoral de forma a dar abrigo às espécies que aqui desovam e serve de refúgio a muitas das aves migratórias.

Sabe-se, pelos estudos atrás indicados, de Fernanda Cravidão⁶⁸ e Raquel Soeiro de Brito⁶⁹, que o aproveitamento da proximidade com o mar foi um processo gradual que resultou de um fluxo migratório e de uma ocupação lenta colmatada pela construção de palheiros “toscos” como residência temporária, em regime sazonal, durante os meses

em que se sabia da existência de muito peixe no mar, dado que os pescadores tinham conhecimento do ritmo de crescimento dos recursos. Daí que intitulássemos este ponto “da terra para a costa”.



Mapa 1 – “Mapa da Ria...1813”⁷⁰

⁶⁷ ALVES, Manuel – *Subsídio para a história de Mira. Ensaio*. Coimbra: Ed. Paróquia de Mira, 1990. p. 11.

⁶⁸ CRAVIDÃO, Fernanda - *A população e o povoamento da Gândara: génese e evolução*. Coimbra: Comissão e Coordenação da Região Centro, 1992. 556 p. ISBN: 972-569-024-9

⁶⁹ BRITO, Raquel Soeiro de - *Palheiros de Mira. Formação e declínio de um aglomerado de pescadores*.

O.C.
⁷⁰ “Mapa da Ria...1813”



Mapa 2 – Limites e lugares do concelho de Mira⁷¹

No que concerne à actividade agrícola, verifica-se o domínio da policultura aliada à criação de gado bovino, essencialmente. Os terrenos próximos dos areais são de baixa produtividade, como fora já referido com base no estudo de Margarida Sobral Neto. A pecuária é fundamental na força de trabalho, no fornecimento de adubo para as culturas, no aluguer às *companhas* da sardinha das praias da Costa de Mira e na produção de leite, este último é significativo, mas não em larga escala. Ao trabalho animal junta-se a força do homem, invocados nos estudos para os finais do século XIX.

Numa perspectiva geral, predomina a unidade territorial tão difundida no Norte, o minifúndio, mas em maiores proporções respeitando a configuração da extensão de território. Estendem-se em reduzidas planícies truncadas pelas propriedades alheias. As explorações agrícolas são de tipo familiar e particular e destinam-se aos mercados locais e para sustento próprio, quando a agricultura é a única fonte de rendimento. O sistema de cultivo é tradicional e verifica-se as culturas de milho, feijão, batata nos terrenos com abundância de água⁷², e de cereais de segunda categoria nos campos de sequeiro. A

⁷¹ Mapa extraído da página [on line] – <http://portal.rotadosmoinhos.net/mod/resource/view.php?id=9>

⁷² “Hé esta terra abundante de milho, trigo, sevadas e vinhos, de que os moradores della de sustentam e vendem e a mayor abundância que colhem hé milho, feijão e vinho alem dos mais legumes que cada hum doz lavradores quer semear para o suztento de suas cazas..”, p.169. Vd. MARQUES, Maria Alegria Fernandes – o.c.

divisão excessiva das terras, a fraca rentabilidade das culturas e os instrumentos artesanais proporcionam anos de colheitas pouco favoráveis ao empreendimento. Neste ponto, o desempenho do pescador-agricultor é fundamental pois é ele que permite uma outra forma de fertilizar os campos e diversificar a fonte de rendimento das famílias.

A comunidade de pescadores da Costa de Mira tem como habitantes originais os pescadores provenientes das localidades da região em busca de um bom espaço para a pesca e correndo atrás dos recursos que escasseavam em outras paragens. Com as boas condições da localidade e a permanência de cerca de oito meses do ano, a população, sempre variável dependendo dos que acorrem à actividade nesta localidade, estabeleceu-se gradualmente e estima-se que no ano 1875 se registre a fixação definitiva. No entanto, sabe-se da construção de palheiros e da permanência de população desde o ano de 1813.

No século que importa abordar, Mira era um espaço tutelado pela Casa das Rainhas, uma estrutura senhorial, tutela que arrecada a porção de impostos que lhe diz respeito resultante das explorações tanto no mar como em terra, das associações económicas e das ocupações para habitação e/ou para a exploração agrícola directa. Ora esta imagem colhida da bibliografia que se elencou não pode ignorar um conjunto de factores que poderão explicar, hipoteticamente, esta realidade tão invocada, hoje ainda, a de agricultores/pescadores.

No que diz respeito à ocupação da pesca, é simples considerar que o pescador desemprega-se e emprega-se, dependendo da época do ano, optando pelas propostas alternativas à pesca, a agricultura e a recolha de plantas nas lagoas. A quantidade de pescado no mar e a sua fase de maturação condicionam a actividade do pescador e levam-no a procurar outras bases de sustento familiar e comunitário durante os restantes quatro meses do ano (Janeiro a Abril). A actividade é exercida durante oito meses, porque aqui pesca-se sardinha, e permite uma recolha de aprovisionamento que pouco preenche a lacuna deixada pela paragem da actividade. Os meses em que a agricultura é a tarefa predominante coincidem com as épocas de plantio. As condições climatéricas e os ciclos de crescimento da espécie contribuem igualmente para uma vacância da actividade, mesmo durante os meses determinados para a pesca. O mar e a presença de peixe comandam a vontade dos mareantes. Dentro ou fora da sua localidade, os pescadores procuram uma faixa de litoral que lhes proporcione uma boa recolha e boas

marés de navegabilidade. A imigração desta classe é muito frequente tendo em conta que são indeterminados os dias e meses que proporcionam bons lanços. Assiste-se à procura por uma franja de mar que compense os dias perdidos, assim como à mobilidade humana ocasionada pela mobilidade de recursos. É frequente assistir-se a uma subida para Norte ou para Sul, quando não é suficiente a procura de peixe nas águas da região, descrito para o século XIX, é certo, mas que não terá variações ambientais significativas à escala macro⁷³

Segundo Henrique Souto as estações da Primavera e Outono são muito inconstantes nas temperaturas e estados climatéricos⁷⁴ que apresentam. Acrescenta ainda que a situação climática e geográfica de Portugal apresenta-se muito diversa e exemplifica analisando a costa marítima orientado pelas coordenadas cardeais. No ponto geográfico que importa a este estudo, as variações de clima no Verão e no Inverno influenciam o estado do mar: é constante verificar-se o regime de nortada e o mar encontra-se calmo; em contraposição com a dificuldade de circulação, muito comum nos meses de Inverno e de transição de época. Henrique Souto cita⁷⁵ o igualmente geógrafo Orlando Ribeiro quando este coloca em evidência a dupla faceta da posição geográfica de Portugal, facto que proporciona uma colheita de espécies diversificadas. Por fim, H. Souto chama a atenção para a reduzida extensão da “plataforma” disponível e o maior empobrecimento das suas águas, no que diz respeito aos recursos, factos que obrigam a um maior afastamento da costa. É essencial conhecer a posição continental de Portugal de modo a ter conhecimento da sua localização a fim de avaliar de que forma esta condiciona os recursos, as técnicas e a organização da entrada no mar.

A pesca esgota ou afasta os recursos e pode ser arriscada e fatal se o tempo não for favorável⁷⁶, enquanto que a actividade agrícola regista uma manutenção anual pois é diversificada e acompanha diferentes ritmos de crescimento. Mas, tal como a pesca, é

⁷³ SILVA, A. A. Baldaque da - Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. p. 116. Referindo-se à ausência de barcos na Ria de Aveiro e a sua imigração sazonal.

⁷⁴ SOUTO, Henrique - Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa. Estudo geográfico. Lisboa: [s.n], 1998. 269 p. p. 17, 18.

⁷⁵ Idem, ibidem, p.19

⁷⁶ Segundo Margarida Sobral Neto, *Condições climatéricas adversas vinham agravar a prática de uma actividade que, em si, já não era favorável*. Vd. NETO, Margarida Sobral - O ordenamento de recursos nas áreas litorâneas e fluviais: a problemática do regime de propriedade, in *O Litoral em Perspectiva Histórica (Sécs. XVI-XVIII): actas*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro Leonardo Coimbra, 2002. 307 p. ISBN 972-8444-06-0

necessário fazer paragens que respeitem o “descanso da terra”. A terra precisa de uma manutenção diária, mas ainda assim é de exploração permanente e particular, sujeita a inovações e técnicas, ou até mesmo formas tradicionais de fertilização recorrendo à recolha de moliço, plantas e limos que crescem nas margens dos lagos, e de crustáceos. As boas colheitas dependem em grande parte da manutenção e do clima favorável à germinação. Comparativamente, a pesca, tal como a agricultura, precisa da força braçal dos homens, de uma capacidade de inovação dos aparelhos que apetrecham o barco e os materiais com que trabalha. Esses são adaptados às condições do solo do mar (arenoso ou rochoso) e às especificidades das espécies comuns nas águas da região em causa. A agricultura apresenta igualmente um carácter muito específico, contando que o terreno de cultivo próximo de locais marítimos apresenta uma cor castanha clara e uma textura arenosa em mistura com a terra comum mais escurecida, consistente e “barrenta”. Margarida Sobral Neto refere as propriedades desta terra como sendo menos produtiva⁷⁷ e mais sujeita a desgaste por acção da proximidade arenosa. Como fora referido, as técnicas de cultivo servem os intentos dos agricultores de forma a tornar a terra mais produtiva para que se traduza numa alternativa rentável. Mediante tais técnicas experienciadas em comunidades de olhos postos no mar, depreende-se que a agricultura é também uma actividade viável de carácter suplementar, alternando assim o conceito e ocupação do pescador/ marinheiro.

Efectivamente, como foi referido, este espaço conheceu diversas ocupações ao longo dos séculos. Assim como a sua ocupação inicial foi lenta e paulatina. Com o auxílio da Cartografia é possível colocar uma barreira discutível, ou não, na ocupação efectiva do espaço da costa. Perante os dados recolhidos, dos contributos cartográficos e das narrativas locais, foi possível apurar que em meados do século XIX, na primeira metade – 1813, existiam já alguns pontos cartografados no espaço mais tarde denominado de Palheiros de Mira. Uma espécie de representação de palheiros juntos, perfilados na horizontal voltados para o extenso mar. O contacto com a orla marítima e a exploração dos espaços costeiros é inicialmente sazonal passando, mais tarde, a ser permanente com o desenvolvimento de formas de exploração – actividades complementares.

⁷⁷ NETO, Margarida Sobral – A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do séc. XIX, in Revista Portuguesa de História. Tomo XIX. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1981. p. 23.

A aproximação da costa fez-se pela domesticação dos espaços estéreis, iniciando um processo de florestação, para o qual toda a comunidade contribuiu, e que permitiu criar condições de habitabilidade do espaço visto que travou o avanço das dunas⁷⁸.

Mas já antes, a ocupação efectiva filtra-se pela acção das tutelas territoriais, que condicionam ou não a ocupação dos espaços inóspitos, mesmo que estes sejam fonte de rendimento tanto para quem se compromete com o aforamento como para quem afora o espaço. No caso do espaço de Mira, as tutelas da Casa das Rainhas no período estudado, materializam-se pelo aforamento dos espaços de habitação e dos produtos do cultivo e pelo imposto que recai sob o produto da actividade piscatória⁷⁹. Partindo da análise dos documentos desta mesma cobrança é possível avaliar a produção agrícola pela análise dos pagamentos em géneros, entre eles galinhas, vinho, trigo, ou pela cobrança sob a habitação denominada por “*foros de fumejas*”⁸⁰. Ora, o que este documento invocava era a baixa de cobrança porque nem todos os foros de fumajas estavam ocupados. Sabe-se até que, para o ano de 1806, a cobrança da administração de um dos fazendeiros dava conta da mobilidade habitacional entre o concelho de Mira e o de Cantanhede sendo que um dos fogos não era taxado porque “*sem se refletir que as que as não habitão são izentas do dito foro, e como muitos delles nellas não assistem, cumvivendo em a villa de Cantanhede, e auzentes e outros a_____com seus Pais, e Parentes, fazendo hum só lume..*”⁸¹. Ou seja, confirma-se esta ocupação oscilante, embora sem apontar, verdadeiramente as causas, a que não estaria alheio o receio pelos franceses, dada a época em causa.

A imagem que a bibliografia e a documentação nos dá é que a aproximação dos recursos litorais se fizeram com alguma dureza, mas com expectativas, como fugas aos

⁷⁸ Processo iniciado em inícios do século XX, e relatado na obra Pinhais e Dunas de Mira de Alberto Rei. Vd. REI, Manuel Alberto – Pinhais e Dunas de Mira, Figueira da Foz: [s.n.], 1924.

⁷⁹ AN/TT, Casa das Rainhas, 1820, Liv.3, Maço 21, cx. 83, Fls.6 a 9 - “*Despeza feita na cobrança da dizima do pescado fresco, na costa do mar de Mira, em os primeiros seis mezes deste corrente anno de 1820*”

⁸⁰ AN/TT, Casa das Rainhas, 1805, Liv.8, Maço 19, cx.82, Fls. 32v. a 38v. -“*Contas tomadas ao Administrador Manoel da Cruz Fazendeiro da Villa de Mira dos Foros, e Raçoens e mais direitos da mesma _____pertencentes ao anno de 1805 e a Real Fazenda das Senhoras Rainhas deste Reino..*”, que remete para a cobrança do dízimo do pescado.

AN/TT, Casa das Rainhas, 1805, Liv.8, Maço 19,cx.82, Fls.32v. a 38v. -“*Contas tomadas da administração de Manoel da Cruz Fazendeiro da Villa de Mira dos Foros e Raçoens e mais direitos da _____pertencentes do anno de 1805 e a Real Fazenda das Senhoras Rainhas deste Reino depois de tomadas neste Livro desde folhas dez a _____verso, e declaraçoens que o mesmo Rendeiro fes dos frutos que existião nos selleiros e dos que se estavam devendo como se vê deste mesmo livro de folhas doze ate folhas treze verso*” que remete para o aforamento e pagamento de impostos em géneros;

⁸¹ AN/TT, Fundo Casa das Rainhas,U.I/N.T.,419,Cx.268, Fl. 37

impostos nos areais (veja-se litígio dos crúzios) que se consolidou no século XIX. Para o período que nos interessa sabemos que, nem que sazonalmente, já estavam mais perto da beira-mar.

3.2. O universo ocupacional: da terra ao mar

A construção de pequenas habitações para a arrecadação de materiais da actividade e para a permanência durante o período que diz respeito ao exercício da actividade caracterizou a primeira aproximação semi-permanente e ainda com contornos sazonais. À agricultura juntou-se a exploração da rica flora proporcionada pela diversidade de “construções naturais” - lagos, lagoas e mar, já o sabemos.

O que a bibliografia tem referido é que esta proximidade à costa abriu caminho à dualidade de ocupações, pelo exercício de actividades complementares e pelo aproveitamento máximo dos recursos, dando origem à figura modal do pescador-agricultor. Tipificado como uma categoria, como forma de escapar à sazonalidade da pesca e garantir uma economia de subsistência baseada em duas actividades de baixa rentabilidade, mas complementares. Quando as circunstâncias o obrigam a estar no mar, caberia às mulheres cuidar do amanho da terra e auxiliar (em terra) os homens das *companhas*⁸². O homem dedica-se igualmente, mas não em tão longa duração, à agricultura, cruzando experiências do mar com as da terra. Pode ser entendido como um *pescador da terra*, acepção que encaixa no seu perfil tomando a pesca como profissão fixa e a agricultura como transitória, ou inversamente, o agricultor que dedica algumas horas do seu tempo na pesca a curta distância no mar ou no rio, dependendo da circunstância espacial onde se encontra e do tipo de pescado que pretende. Para além desta proximidade entre o pescador, que nas horas vagas ou de impossibilidade de recorrer ao mar, apanha moliço como fertilizante para as suas terras ou para a venda, e cultiva para aparelhar o barco com mantimentos durante as lides da *companha* que integra, e do agricultor que procura no mar e no rio forma de vencer as dificuldades impostas às duas actividades.

⁸² Porém, e tal como afirma Inês Amorim: -“a mulher(...)é um agente participante num modo de produção..” Vd. AMORIM, Inês - Mulher no sector das pescas na viragem do século XIX: formas de participação na organização do trabalho. Revista "ARQUIPÉLAGO. História". ISSN 0871-7664. 2ª série, vols. 9-10 (2005-2006): 661-683

Existe igualmente uma conciliação de ocupações que faz do marinheiro um agricultor e do agricultor um pescador, funciona como que uma simbiose entre as duas actividades que permite um melhoramento significativo das condições de vida das comunidades de pescadores da costa, porém ambas as actividades estão sujeitas a intempéries, pragas, escassez de recursos e de meios. A definição do conceito acima referido é extensa⁸³: um homem que habite perto do mar e que estabeleça ligação com a terra, alguém que exerça as duas actividades em diferentes épocas ou até as concilie. O pescador que apanha moliço ou sargaço para o aplicar no cultivo das terras e pesca⁸⁴ nas águas do rio⁸⁵ está incluído nesta definição, assim como o agricultor que se dedica à pesca quando lhe é conveniente, não dependendo inteiramente dos rendimentos que do peixe advêm. Aglutinam-se duas palavras que preenchem requisitos diferentes no exercício da sua actividade e nas quais existe um desnível significativo entre as condições de vida do pescador⁸⁶ e a riqueza do lavrador. Estima-se que o investimento leve uma parte dos rendimentos obtidos nos lanços. Em alguns pontos da costa portuguesa, os lavradores auxiliam no puxar as redes, quando a *companha* não se faz servir dos animais para essa tarefa.

Atendendo às considerações acima tecidas, acerca da dualidade de actividades desempenhadas por um só homem, é necessário ter em conta que estas comunidades costeiras são fruto de uma constante imigração proveniente do mundo rural. De localidades onde a agricultura está enraizada e a população é predominante constituída por agricultores, lavradores, homens que comercializam o fruto da terra nas feiras locais⁸⁷. Outra designação muito comum é a *de pescador do rio*, associado às variações: *marmoteiro, lampreeiro, avieiro, sertilheiro, metedor, dador de redes, dados do barco*,

⁸³ MADUREIRA, Nuno Luís, coord. - História do Trabalho e das Ocupações, Vol. II As pescas. Org. Inês Amorim. Lisboa: Celta Editora, 2001. 261 p. ISBN: 972-774-127-4, p. 54

⁸⁴ O rio é também fonte de recursos, como o sável e o salmão.

⁸⁵ Segundo Baldaque da Silva, *as condições de pesca d'estas lagôas são muito importantes, tanto pela sua disposição hydrographica, como pelas especies de peixes a que as suas aguas podem servir de meio.*

⁸⁶ Segundo Margarida Sobral Neto, *quanto à pesca (...), levam-nos a pensar que era uma actividade pouco rentável* – vd. NETO, Margarida Sobral – A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do séc. XIX, in Revista Portuguesa de História. Tomo XIX. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1981.

⁸⁷ Referência às feiras de gado realizadas nas localidades de Mira, Portomar, Seixo em regime anual e mensal. NETO, Margarida Sobral – A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do séc. XIX, in Revista Portuguesa de História. Tomo XIX. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1981. Pág.26

*chinchero do rio, companheiro, moço*⁸⁸. Várias designações voltadas para uma ocupação definida pela componente espacial. A profissão é desempenhada nos dias e meses de vacância da pesca, na Primavera e no Inverno, nos lagos, cursos fluviais, em alternativa à pesca no mar. A pesca nos rios servia-se de instrumentos diversos, a pé ou de barco, com ou sem anzol, pescava-se à linha, ou, mais rusticamente, pescava-se à mão.

Colocadas estas definições, interrogamo-nos acerca das nossas próprias investigações empíricas, em medida nos permitem avaliar afinal que comunidade é esta, como se media quantitativamente, por onde se difunde, qual o seu significado. Focamo-nos, assim, nos registos das Ordenanças de 1831, já descritos anteriormente, o único registo existente no arquivo municipal de Mira que cobre o período, que nos permitirá⁸⁹ estabelecer um diagnóstico socioprofissional de Mira. O registo é masculino, essencialmente, e por isso teremos estas limitações em termos de representatividade⁹⁰

A fonte contabiliza 1035 registos de moradores, distribuídos por 21 lugares, como se pode ver na tabela seguinte organizada por ordem decrescente de valores não respeitando a sequência original de locais elencados pelo Registo de Fogos e Moradores. De qualquer forma poder-se-á indicar a ordem de levantamento dos dados:

iniciou-se pelo lugar do Arial como se observa no gráfico 1...

⁸⁸MADUREIRA, Nuno Luís, coord. - História do Trabalho e das Ocupações, Vol. II: As pescas. Org. Inês Amorim. Lisboa: Celta Editora, 2001. 261 p. ISBN: 972-774-127-4, p. 59

⁸⁹ Depositado no Arquivo Municipal de Mira, Registo de Fogos e Moradores, 1831 (2 volumes)

⁹⁰ “O carácter estritamente militar destes censos determina que esta fonte seja acentuadamente masculina. A mulher só nos aparece como esposa do cabeça de casal ou quando, na qualidade de viúva, se assume como cabeça de casal. Só neste último caso nos é indicada a sua ocupação, e, mesmo assim, nem sempre isso acontece. Por esta razão, o trabalho feminino é praticamente ignorado. Outras limitações da fonte poderão ser enumeradas, tais como a omissão da ocupação de alguns homens, a falta de rigor no registo das idades e a ocultação dos bens que cada um possuía” vd. BAPTISTA, João Augusto; LIMA, Maria Adelaide - As Ordenações como Fonte para a construção de classificações ocupacionais – estudo de casos: - A mão-de-obra (não qualificada na Freguesia de S. Mamede de Valongo) - A transmissão profissional entre gerações (na freguesia de S. Salvador de Bouças de Matosinhos), pp.259 a 269. In Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho. Estudos 32. IEPF/Estudos, 2002. ISBN 972-732-751-6

Tabela nº2 - Distribuição do número de moradores por lugar, em 1831, ordenada por ordem decrescente.

Lugares	Nº de moradores	%
<u>Portomar</u>	183	17,68
<u>Cabesso</u>	143	13,82
<u>Seixo</u>	119	10,50
<u>Preza</u>	111	10,72
<u>Carromeu</u>	78	7,54
<u>Ermida</u>	76	7,34
<u>Ramalheiro</u>	54	5,22
<u>Corujeira</u>	45	4,35
<u>Leitões</u>	43	4,15
<u>Arial</u>	35	3,38
<u>Corticeiro</u>	33	3,19
<u>Lentisqueira</u>	33	3,19
<u>Arneiro</u>	20	1,93
<u>Cavadas</u>	12	1,16
<u>Ferreiros</u>	12	1,16
<u>Rossa</u>	8	0,77
<u>Cabesso R.</u>	7	0,68
<u>M. de S. Tomé</u>	7	0,68
<u>M. de Areia</u>	6	0,58

<u>Carap/Carapelhos</u>	5	0,49
<u>Colmial</u>	5	0,49

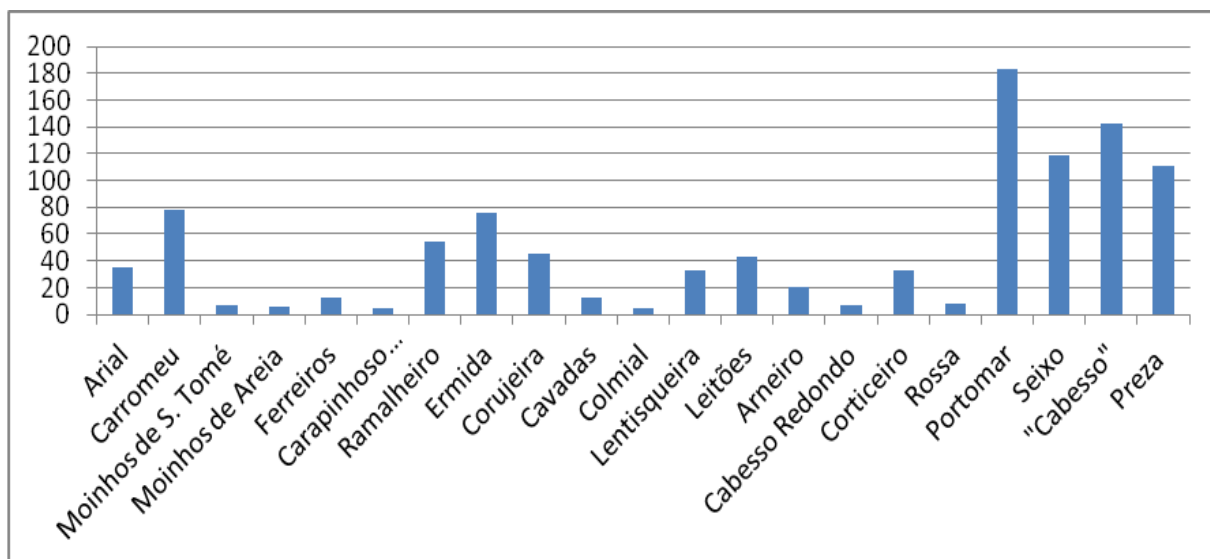
Fonte: Anexo I – Distribuição da População por Lugares, segundo o Registo de Fogos e Moradores, 1831”

Por esta apreciação diríamos que os lugares de Portomar, Cabesso, Seixo e Preza – por ordem decrescente – apresentam um maior número de indivíduos do sexo masculino em idade de recrutamento. Verifica-se desde já que os lugares indicados por Soeiro Brito – eram ocupados e apresentam valores abaixo dos reproduzidos na anterior tabela para os lugares com um maior número de indivíduos. De salientar também os lugares como Moinhos de Areia, Rossa, Ferreiros e Cabesso Redondo que ainda não eram citados na enumeração feita pelo pároco de Mira, na Memória Paroquial de 1758, mas surgem, na fonte de 1831, como lugares habitados. Assim como os lugares Ponte do Sobrado, Atalho e Cabesso de Portomar não constam da tabela acima representada, mas são indicados, na fonte de 1758, como lugares muito habitados⁹¹. Ainda na mesma fonte, Memória Paroquial, os lugares da Preza, Seixo e Carromeu dividem-se em dois, pelos designativos – de Sima e – de Baixo. Por ordem decrescente de dimensão populacional elencam-se os lugares de Portomar, Cabesso de Portomar, Preza de Cima, Ermida, Corujeira e Seixo de Baixo⁹² com valores acima dos 25 indivíduos por lugar. Sublinhe-se um aspecto que procurámos provar, a da densa ocupação populacional nos espaços que se aproximam da costa, assim como a formação de pequenos novos núcleos entre 1758 e 1831.

⁹¹ Na Memória Paroquial os lugares de Portomar, Cabesso de Portomar, Preza de Sima e Ermida são os mais habitados.

⁹² Anexo I - Distribuição da População por Lugares, segundo do Registo de Fogos e Moradores, 1831

Gráfico 1- Número de moradores do concelho de Mira em 1831



O gráfico corresponde exactamente ao percurso e orientação seguido pela fonte, Registo de Fogos e Moradores 1831. Desde logo Carrameu surge isolada porque para trás ficou um lugar insignificante e só depois se salientam 3 entre os 40 e 80 moradores, novo vazio para finalmente se destacarem 4 lugares, todos acima dos 100 moradores e Portomar com 180. Efectivamente, os lugares de Portomar, Seixo, Cabesso e Preza situam-se junto ao cordão de dunas estéreis, de que faz referência a Memória Paroquial⁹³. Enquanto que outros pequenos núcleos registam igualmente valores semelhantes e se localizam as povoações de Ramalheiro, Ermida, Corujeira e Cavadas e num outro núcleo próximo as povoações da Lentisqueira, Leitões, Arneiro e Corticeiro. Estas últimas muito próximas do segundo núcleo referido e fronteiriças com Cantanhede a este e a Figueira da Foz a sul.

De salientar também o percurso traçado do interior para a costa que teremos de ter presente quando, à frente se avaliar os números das profissões distribuídas por localidades.

A relação entre a distribuição dos moradores e a distribuição profissional pode sugerir indicadores de ~~uma geografia socioprofissional~~, entre o litoral e o mais interior. Veja-se a tabela seguinte que representa a distribuição dos 1035 moradores:

⁹³ “Pella parte do poente e norte hé toda cercada de áreas que, com a continuação dos ventos e cheas, a vam alagando por lhe faltar os resguardos que, antigamente, tinha de matos e arvores de que estava povoado tudo o que hoje são areas, desde a dita lagoa athe o mar..”p.172. Vd. MARQUES, Maria Alegria Fernandes – As terras de Mira. Perspectiva Histórica. Mira: Ed. Câmara Municipal de Mira, 1993. p.184. ISBN 972-8117-02-7.

Tabela nº 3 – Distribuição das ocupações por lugares, por ordem decrescente, em 1831.

Ocupação	Nº	%
<u>Seareiro</u>	406	39,23
<u>Pescador</u>	387	37,39
<u>Trabalhador</u>	93	8,99
<u>Lavrador</u>	70	6,76
<u>Jornaleiro</u>	45	4,35
<u>Paneleiro</u>	13	1,26
<u>Carpinteiro</u>	9	0,87
<u>Moleiro</u>	2	0,19
<u>Ferreiro</u>	2	0,19
<u>Alfaiate</u>	1	0,10
<u>Escritor</u>	1	0,10
<u>Escrivão da Casa da Mira</u>	1	0,10
<u>Ajudante da ordena</u>	1	0,10
<u>Albardeiro</u>	1	0,10
<u>Sugião</u>	1	0,10
<u>Sarrador</u>	1	0,10
<u>Barbeiro</u>	1	0,10

As Ordenanças registam um total de 17 tipo de ocupações espalhadas pelos 21 lugares integrados no termo da vila de Mira. Trata-se de um universo de 1035 indivíduos a desempenhar uma profissão - coloca-se a questão da mão-de-obra qualificada e não-qualificada tendo em conta a formação e a mobilidade profissional que se pode aqui verificar. A fonte não se encontra organizada por fogos, o que nos daria uma melhor imagem da constituição dos núcleos familiares, mas permite-nos a análise que apresentamos.

Seareiros e pescadores encabeçam, numa clara representação do campo e do mar. Bem afastados destes números estão os “trabalhadores”, sinal de indiferenciação; e novamente, os distintos lavradores, sinal de terem algo de terra, novamente os jornaleiros, também estes indiferenciados. Estes quatro tipos somam mais de 95% do total.

O gráfico circular evidencia estas relações. Das profissões representadas, quatro estão ligadas aos trabalhos agrícolas – Seareiro, Trabalhador, Lavrador e Jornaleiro; uma outra - a de Pescador - que se relaciona com a exploração dos recursos marítimos, ainda que não indique se esta mesma exploração se estende aos recursos fluviais levados a cabo pela mesma categoria profissional. Estas são consideradas profissões bem diferenciadas do resto do universo ocupacional aqui representado. Podemos inferir alguma mobilidade no desempenho das referidas sendo que todas elas exigem o domínio das mesmas técnicas, do saber fazer. Excepto na ocupação ligada à exploração marítima, pois aqui trata-se de um saber construído da experiência adquirida no seio das sociedades de pesca⁹⁴.

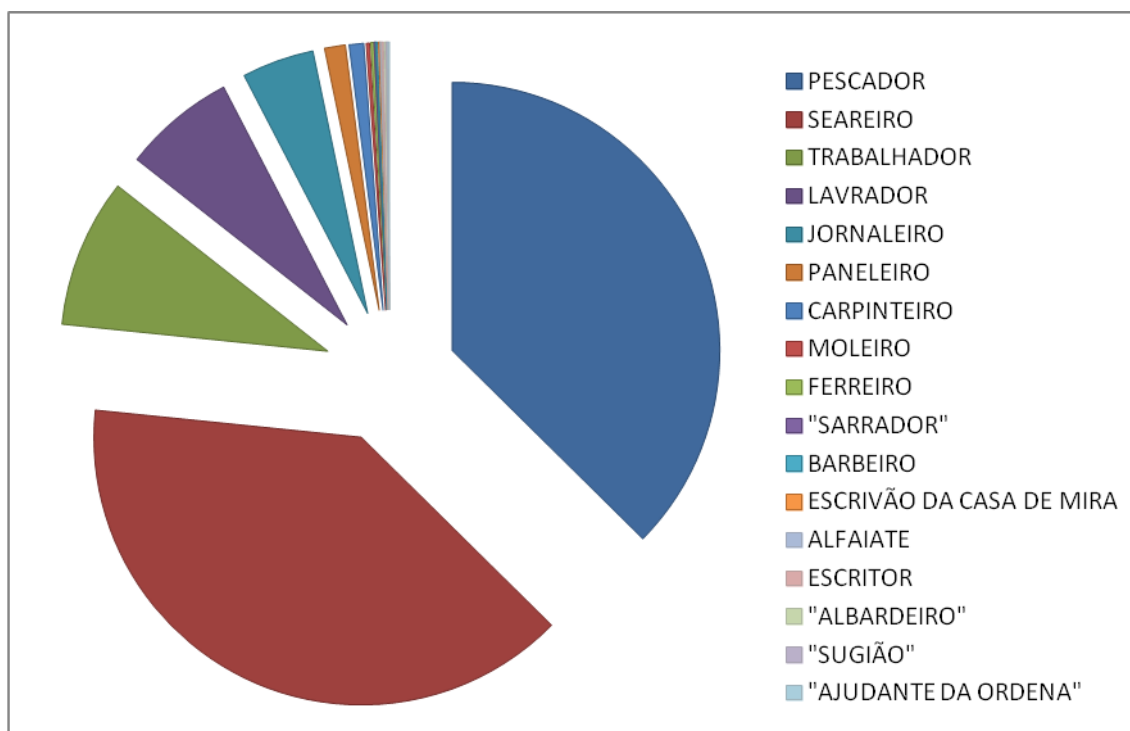
Nas restantes profissões subentendem-se duas situações distintas: trata-se de ocupações não diferenciadas e que apresentam valores residuais quando comparadas com as acima referidas, as mesmas exigem um nível de formação prática ou superior dependendo da exigência ocupacional. Profissões como Carpinteiro, Moleiro, Serreiro, Serrador, Barbeiro, Paneleiro, Alfaiate e Albardeiro que operam os ofícios mecânicos e manuais apresentam-se com baixos valores e surgem como mão-de-obra definida e portanto, qualificada⁹⁵. As profissões relacionadas com o desempenho de ofícios como

⁹⁴ As escrituras de sociedade piscatória apresentam uma cláusula específica para estes casos. Os menores são inseridos nas sociedades e trabalham adquirindo experiência. Este será um assunto abordado mais à frente.

⁹⁵ Questão levantada e veiculada vd. BAPTISTA, João Augusto; LIMA, Maria Adelaide -As Ordenanças como Fonte para a construção de classificações ocupacionais – estudo de casos: - A mão-de-obra (não qualificada na Freguesia de S. Mamede de Valongo) - A transmissão profissional entre gerações (na freguesia de S. Salvador de Bouças de Matosinhos), pp.259 a 269. In *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*. Estudos 32. IEPF/Estudos, 2002. ISBN: 972-732-751-6. p.340.

escrivão ou cirurgião (ou escritor) Ajudante da Ordena são unitárias e residuais. Estamos, assim, num universo de ocupações ligadas inteiramente à força braçal.

Gráfico 2- Representação da distribuição das ocupações



Fonte: Tabela Distribuição das ocupações por lugares, por ordem decrescente, em 1831

Se organizarmos a informação por uso de recursos diríamos que seareiro⁹⁶ e lavrador significam um trabalho definido, no campo, podendo mesmo possuir terras, mesmo que arrendadas ou emprazadas; pescador com a exploração do mar ou rio, enquanto trabalhador e jornaleiro- expressões indiferenciadas, a todo o momento poderem desenvolver outras actividades, embora se possa imaginar que preferencialmente no campo. As profissões mencionadas são facilmente contextualizadas no espaço em estudo tendo em conta os recursos a explorar, como também é o caso da profissão de moleiro associado à edificação de moinhos para o

⁹⁶ SILVA, Antonio Moraes - Dicionario da lingua portugueza. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. vols. I e II [on line]. Consulta a 20/5/2011. Disponível em www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2 p. 674. Seareiro refere-se ao *lavrador que faz searas; lavrador pobre que tem poucas, e pequenas herdades; ou que lavra huma folha alheia por sua conta.*

aproveitamento dos cursos fluviais das valas e lagoas que correm nos vários lugares da dita vila⁹⁷.

Esta primeira imagem não desmente o expectável, mas não nos permite, ainda, perceber a distribuição por lugares, aspecto que a tabela seguinte procura traduzir.

Tabela nº 4 - Distribuição das ocupações de seareiro e pescador por lugares em 1831

Lugar [pela ordem do circuito]	Nº Seareiro	% do total de seareiros	Nº Pescador	% do total de pescadores
<u>Arial</u>	13	3,20	14	3,61
<u>Carromeu</u>	50	12,3	3	0,77
<u>Moinhos de S. Tomé</u>	4	0,99	1	0,25
<u>Moinhos de Areia</u>	5	1,23	---	0
<u>Ferreiros</u>	11	2,71	---	0
<u>Carapelhos/Carpinhoso</u>	3	0,74	---	0
<u>Ramalheiro</u>	36	8,87	---	0
<u>Ermida</u>	45	11,08	---	0
<u>Corujeira</u>	24	5,91	---	0

⁹⁷ Tal como refere a Memória Paroquial de 1758, “..Há, meio quarto de legoa diztante desta villa para a parte do mar, a celebre lagoa de Mira,..”; “Entrão nella dous rios, hum que corre de nascente (...), se junta com outro que vem (...) e juntos tomão o nome de Veia, que conservão athe chegar a dita lagoa aonde se sepultão...”; “E outro, que tãobem corre da parte do nascente, tendo os seus principios em a freguezia dos Covoens (...) que vem escorrendo por varios citios deza freguezia athe o lugar de Portomar, fazendo moer varios moynhos e dahy se mete na dita lagoa de Mira pella parte do Norte asim como o faz o outro rio que nella se sepultou pella parte Sul e a ambos eztes rios há muitos moynhos que moem com as suas agoas em abundaçia, farinhas para muytas freguezias e termos..” p.171.Vd. MARQUES, Maria Alegria Fernandes – As terras de Mira. Perspectiva Histórica. Mira: Ed. Câmara Municipal de Mira, 1993.p. 184. ISBN 972-8117-02-7

<u>Cavadas</u>	5	1,23	---	0
<u>Colmial</u>	3	0,74	---	0
<u>Lentisqueira</u>	24	5,91	---	0
<u>Leitões</u>	24	5,91	---	0
<u>Arneiro</u>	17	4,19	---	0
<u>Cabesso Redondo</u>	4	0,99	---	0
<u>Corticeiro</u>	21	5,17	---	0
<u>Rossa</u>	4	0,99	---	0
<u>Portomar</u>	15	3,69	151	39,01
<u>Seixo</u>	7	1,72	97	25,06
<u>Cabesso</u>	41	10,10	74	19,12
<u>Preza</u>	50	12,32	37	9,56

Nos vinte e um espaços recolhidos, a ocupação é praticada entre 4 a 50 indivíduos ⁹⁸dependendo do lugar. Num total de 406 indivíduos, estes dados permitem colocar os devidos distanciamentos geográficos entre as duas ocupações citadas – agricultura e pesca – tendo em conta ao espaço que ambas ocupam e onde podem ser exercidas. A localidade de Carromeu é a que reúne um maior número de seareiros a par de Portomar que abrange um grande universo de indivíduos que se ocupam da pesca. Geograficamente, Portomar localiza-se mais próximo da linha da costa e Ramalheiro mais distante, ladeado pelas povoações da Lentisqueira, Leitões, Colmeal e Carromeu. ⁹⁹

⁹⁸ Anexo I - Distribuição de pescadores por lugares, segundo o Registo de Fogos e Moradores, 1831

⁹⁹ Anexo A. Mapa 2 – Mapa dos lugares citados, do concelho de Mira, segundo o Registo de Fogos e Moradores de 1831

Efectivamente, parece ser possível afirmar que as povoações que reúnem o maior número de pescadores são as que se localizam o mais próximo possível da costa¹⁰⁰, enquanto que as que se encontram no interior já fronteiriças com outras vilas revelam um maior número de profissionais ligados ao ofício da terra

Próxima da definição de *seareiro* encontra-se a de lavrador. Tendo em consideração o que fora escrito sobre os lavradores nas comunidades de feição marítima, entende-se que o que distancia os lavradores dos *seareiros* é a aquisição dos meios de produção. O lavrador¹⁰¹, detentor de algumas propriedades exploradas, possui cabeças de gado muito úteis na empresa pesqueira. Ambos, *seareiro* e lavrador, dedicam-se igualmente à exploração da terra, mas os frutos podem ter diferente e desigual distribuição. A categoria de *seareiro* prende-se com a forma de retribuição/remuneração como produto do trabalho. Enquanto que a de lavrador não se deve considerar uma categoria, mas apenas uma ocupação como forma de rentabilizar os recursos a explorar enquanto outras actividades sazonais decorrem na costa do mar e nos terrenos das lagoas. A ocupação de lavrador é exercida em 14 das 21 povoações referenciadas, com maior incidência nos lugares do Cabeço com 17 indivíduos, Seixo com 9, 7 da Ermida, e 5 do Ramalheiro. As referidas povoações localizam-se no interior, portanto afastadas da costa. Exceptuando a do Cabeço que se encontra junto à de Portomar, o lugarejo que reúne um maior número de pescadores.

Num total de 70 indivíduos registados como lavradores com menor incidência em algumas povoações do interior, mostrando que estas apresentam contrastes na constituição socioeconómica ou os indivíduos elencados desempenham duas actividades e movimentam-se segundo os ritmos exigidos pela dualidade profissional – no caso de se tratar de pescadores/agricultores a constante mobilidade para a costa pode ser um indicador desta mesma dualidade. Sabe-se, através da Memória Paroquial de 1758, que as várias lagoas localizadas dentro do termo e que comunicam com outros termos fronteiriços são espaços de exploração por parte dos lavradores que utilizam as ervas

¹⁰⁰ Entende-se que cada vez mais a teoria da toponímia poder ser indicador próximo de que a povoação Portomar ter sido “um porto de mar” se acentua com os dados da densidade populacional que aqui apresentamos. No entanto, a povoação encontra-se num ponto próximo à linha da costa e reúne o maior número de pescadores.

¹⁰¹ SILVA, Antonio Moraes - Dicionario da lingua portugueza. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. vols. I e II [on line] Consulta a 20/5/2011. Disponível em www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2. pp.209-210. Lavrador refere-se ao *que lavra e cultiva as terras, e não usa de mester ou ofício mecânico*.

que crescem para fertilizar as terras que cultivam.¹⁰² A posse dos apetrechos necessários à exploração piscícola pode dar lugar a outras explorações suscitadas por uma flora rica, típica da região, e pela procura de outros rendimentos para complementar o quadro de sustentabilidade que é possível encontrar nestas comunidades.

No que diz respeito à distribuição ocupacional pelos vinte e um lugares pertencentes a Mira é possível afirmar que o lugar de Portomar apresenta a maior fatia de indivíduos que se ocupam da pesca com 151 pescadores de profissão, como se viu atrás. Este dado permite-nos colocar algumas questões sobre a original fisionomia dos lugares do concelho de Mira. Um grande número de pescadores habitava em Portomar¹⁰³ e, partindo da raiz do vocábulo, presume-se que tenha sido uma entrada para o mar aproveitada pelos que praticavam a actividade e daí a fixação da população no espaço que lhe diz respeito. Recentes explorações reforçam a teoria do assoreamento da linha da costa e posterior “domesticação” da flora através da fertilização das areias e da plantação de sementeiras – pinheiro bravo e eucalipto.

A tabela acima permite verificar que somente em sete lugares dos vinte e um elencados é exercida a profissão de pescador. Nos restantes espaços predomina a actividade agrícola com a ocupação de seareiro à cabeça das restantes.

Resta definir a ocupação de *trabalhador*, que reúne um total de 93 indivíduos e é praticada nomeadamente nas povoações da Ermida, Carromeu, Corujeira e Corticeiro, entre 20 a 9 indivíduos que se deixam registar como trabalhadores. Nas restantes povoações em que é possível encontrar-se o exercício da mesma profissão – Areal, Moinhos de S.Tomé, Moinhos de Areia, Carapelhos, Ramalheiro, Cavadas, Colmeal, Lentisqueira, Leitões, Cabeço, Arneiro, Rossa. Geograficamente, os espaços citados apresentam uniformidade, exceptuando os três primeiros citados, na medida em que se localizam na fronteira com o concelho de Cantanhede e apresentam uma base económica sustentada pelo contributo agrícola. Pela referida produção presume-se que a categoria de trabalhador reserva-se aos indivíduos que praticam a agricultura, porém

¹⁰² “*Cria esta lagoa (a de Mira) muito lodo e ervas a que chamão murrassa ou molisso, de que se utilizão os lavradores, tirando-o e apanhando-o engenhosamente para a cultura das suas terras e com elles semear as suas novidades..*”. p.172.Vd. MARQUES, Maria Alegria Fernandes – As terras de Mira. Perspectiva Histórica. Mira: Ed. Câmara Municipal de Mira, 1993.p.184. ISBN: 972-8117-02-7

¹⁰³ Anexo I - Distribuição da população por lugar e Profissão, segundo o Registo de Fogos e Moradores, 1831

permanece a questão em relação ao regime em que praticam a actividade - como assalariados, jornaleiros ou por conta própria.

Quatro das profissões/ocupações referidas são registadas aparte, isto é, por erro de registo ¹⁰⁴ ou pela dualidade do exercício de duas ocupações a profissão de *seareiro*, *lavrador*, *trabalhador* e *jornaleiro* estão registadas com a de *pescador*.

A primeira mencionada, a de seareiro-pescador, é praticada, em dualidade ou não, em povoações próximas de Portomar, do Cabeço, do Seixo e da Presa. Próximas de correntes de ribeiros e da possível abertura marítima. As restantes são praticadas em povoações próximas do mar ou com entrada directa para a costa. A dualidade do exercício das ocupações mencionadas é uma realidade já discutida. A presente fonte confirma a presença de um número significativo de indivíduos fixados no litoral, que pode ter decorrido da deslocação de população das povoações do interior do concelho para as zonas de prática pesqueira ou abre a hipótese da prática de vários tipos de pesca, como fora já abordado, nos ribeiros e rios que atravessam a espaço administrativo correspondente a Mira. Pode ainda ser o crescimento interno, fruto dos movimentos de fixação já assinalados na Memória Paroquial, em 1758. Comparação meramente pontual tendo em conta as fontes apresentam especificidades que as distinguem.

Assim como dá conta da existência de pequenos proprietários que exploram e cultivam o espaço que possuem, e de outros que se dedicam à mesma ocupação, mas em terreno de outrem. Outro aspecto importante é a dispersão dos lavradores distribuídos pelas povoações que reúnem um considerável número de pescadores como é o caso da povoação do Cabeço e da Presa, escapando à regra no lugar de Portomar. Podemos assim considerar que a distribuição de lavradores pelo espaço é uniforme e destes dados não é possível extrair qualquer conclusão acerca do seu contacto profissional e pessoal.

O cruzamento da presente fonte de carácter militar com a de carácter religioso, Memórias Paroquiais, e ainda a de cunho civil lavrada num registo diferente, os contratos do fundo notarial, de todos os mencionados permite-nos concluir que em dois diferentes patamares, que:

- na Memória Paroquial de 1758 estão referidos vinte lugares e um total de 679 “vizinhos”. Alguns pontos mencionados nesta fonte não voltam a ser citados na fonte de 1831. Os lugares de Cabesso de Portomar , Seixo de Baixo , Seixo de Sima , Ponte do

¹⁰⁴ Alguns dos registos têm a correcção de uma profissão para outra.

Sobrado , Preza de Sima, Preza de Baixo, Carromeu de Sima, C de Baixo , Arieiro e Mira são unicamente citados na Memória. Assim como Carapelhos , Cabesso Redondo, Rossa, Moinhos de Areia, Arial e Ferreiros surgem elencados pelas Ordenanças. Em ambas, as fontes, os lugares com o maior número de moradores são os de Portomar, Cabesso, Seixo e Preza. Mira, tal como na distribuição de pescadores pelos lugares citados nos contratos de sociedade, destaca-se pelo maior número de “vizinhos”, seguida de Portomar, Cabesso de Portomar e Preza. Contudo o percurso dos lugares que as duas fontes seguem é notoriamente diferente, assim como o critério de contagem populacional.

Raquel Soeiro de Brito ¹⁰⁵aponta dados sobre o crescimento da localidade de Palheiros de Mira, que não é citada por todas as fontes elencadas e analisadas porque a sua formação é tardia à cronologia estipulada. Contudo, será possível relacionar estes dados de fontes recuadas com a criação do lugar tomando como indicador os elevados valores que as localidades registam em termos de densidade populacional e relacionando-os com o aparecimento de outras povoações mais próximas da costa? A relação entre a concentração populacional/profissional nas referidas localidades que se situam na linha do cordão dunar/florestal ainda por explorar/dominar, pode encontrar alguma coerência na ocupação dos espaços estéreis relatada por Raquel Soeiro de Brito. Contudo, a cartografia prova que o espaço da costa era conhecido, colocando o início da aproximação/exploração no ano de 1813¹⁰⁶. O numeramento de 1831 não o entende um lugar de fixação permanente, podendo apenas considerar-se um espaço de ocupação temporária.

¹⁰⁵ A autora apresenta dados para a segunda metade do século XIX e sustenta a sua investigação nos Registos Paroquiais e outras fontes de carácter “fiscal”.

¹⁰⁶ Curiosamente quando se regista um grande crescimento de sociedades piscatórias na costa de Mira. Aspecto a explorar mais à frente. Anexo A – 1 Extracto do Mapa “Mappa da Ria...1813..”

4. As *Companhas* de pesca

O presente ponto ocupar-se-á das questões relacionadas com a orgânica e o funcionamento das sociedades de pesca sob os pontos de vista humano, social, económico e até político. Esta última dimensão abordará o peso das leis e decretos na história da evolução e do crescimento das *companhas* nos primeiros decénios do século XIX na costa de Mira.

As *companhas*, como exemplos de unidades de trabalho e comunhão económica, são um traço primário da organização ocupacional e económica, da hierarquia laboral e dos laços pessoais que crescem externa e internamente. Mas existe uma outra vertente, a da sua dinâmica, das relações que poderão ser de alguma convivialidade, mas também conflitualidade, perspectiva que será observada tendo em conta que os recursos são móveis a sazonais e as circunstâncias de prática da actividade são inconstantes. Veremos...

4.1 As *companhas*: unidades de trabalho - organização

Num universo que se revela alargado em termos de ocupações profissionais que coabitam e se relacionam no mesmo espaço geográfico, – entre profissões de vertente marítima a outras típicas da ruralidade (vide ponto 3), Mira apresenta uma panóplia de actividades que são complementares à pesca. O livro intitulado *Registo de Fogos e Moradores* – as Ordenanças, de 1831, proporciona uma visão conjunta das actividades desempenhadas na costa do mar de Mira, assim como permite perceber a divisão populacional das profissões por freguesias do concelho - ou seja uma geografia socioprofissional e quantitativa (vide ponto anterior).

Assim sendo, é possível afirmar que a comunidade em causa não estava limitada a uma só profissão e que, apesar de apresentar uma significativa parcela de indivíduos que fazem da pesca a sua principal profissão¹⁰⁷, existiam outras ocupações com igual

¹⁰⁷ No Registo de Fogos e Moradores, de 1831, num universo de 1035 indivíduos elencados, 387 são pescadores.

peso, harmoniosamente distribuídas pelos diferentes lugares.¹⁰⁸ Dentro da categoria de pescador existiriam subcategorias, eventualmente, dadas as características do espaço definido, quer da ria quer do mar. Doravante iremos, fundamentalmente, lidar com estes últimos...

Nos contratos de sociedade piscatória, documentação analisada no ponto 1.4 do presente estudo, os termos em que se realizam permitem-nos aproximar de um leque de questões: a estrutura da organização de trabalho tendo em conta a hierarquização do trabalho, a divisão social do mesmo, a questão da contratualidade na qual consta a propriedade e os meios de produção e a remuneração do trabalho desenvolvido.

Como se poderá verificar, tais contratos surgem em registo de notário como uma forma amigável de contratualização. Nos seus títulos surgem pequenas variantes, mas que, afinal, podem ser bem significativas.

Tabela nº 5 - Localização na fonte, data, tipo de contrato, companhias e sócios

Livro	Fólios	Ano	Mês	Dia	Tipo de escritura	Nome da <i>companha</i>	Nº de sócios
4	16 a 22	1812	Julho	23	Escritura de sociedade	(dos) Novos	86
4	51 ¹⁰⁹ a 58	1813	Agosto	9	Escritura de ratificação da sociedade	(dos) Novos	(86+)171
4	62 a 70 v. ¹¹⁰	1813	Agosto	20	Escritura de ratificação da	(dos) Ratos	105
4	70 v. a 79 ¹¹¹	1813	Agosto	25	Escritura de ratificação da sociedade	(dos) Cações	162
5	75 a 77	1818	Fevereiro	9	Escritura de obrigação mútua de sociedade	(dos) Ratos	(105+) 15
7	4 a 10	1822	Janeiro	11	Escritura de sociedade	(dos) Velhos	65
7	10 v. a 16 v.	1822	Janeiro	14	Escritura de sociedade	(dos) Novos(Velhos)	67

¹⁰⁸ Vd. Anexo I sobre Distribuição da população por profissão, segundo o Registo de Fogos e Moradores, 1831

¹⁰⁹ Traslado do documento no AMM, Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios, fls.99 v. a 110v. Composto por todas as partes referidas no documento original. [9/Agosto/1813]

¹¹⁰ Encontra-se no AMM um traslado deste documento relativo à companhia dos Ratos – uma ratificação da anterior escritura de sociedade/súplica de isenção ao recrutamento militar - AMM/Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios, Fls.40 [20/Agosto/1813]

¹¹¹ A mesma escritura consta do Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios do AMM[fl.21v.], datada de 25/Agosto/1813 e com a confirmação do vigário de Mira em relação à profissão e localidade dos companheiros da sociedade. Nos fólios que se seguem, os pescadores da referida companhia pedem ao “*Juizo da Conservatoria dos direitos reais da pescaria dos dízimos do pescado fresco do Sereníssimo Estado e Real Casa de Bragança*” a conservação e ratificação de todos os privilégios (incluindo os relativos à isenção do recrutamento militar.

7	28 v. a 30 v.	1822	Outubro	4	Escritura de obrigação de sociedade	(dos)Ratos	(105+15+) 15
7	31 a 32 v.	1822	Outubro	25	Escritura de obrigação de sociedade	(dos) Velhos	(65+) 13
7	54 v. a 60 v.	1823	Julho	15	Escritura de sociedade	(velha dos) Cações	81
8	58 v. a 60 v.	1824	Novembr	23	Escritura de obrigação de sociedade	(dos) Novos Velhos	(67+) 9
9	5v. a 7	1824	Dezembro	30	Escritura de obrigação de sociedade	(dos) Novos Velhos	(67+9+) 3

Com base nesta tabela, verifica-se que no período de 1812 a 1824 existiram cerca de 5 a 6 *companhas* a trabalhar na costa de Mira. O primeiro olhar recai sob as datas.¹¹²

Tabela nº 6 - Anos de ocorrência de contratos de pesca e companhias referidas

Anos	Nomes das companhias
1812	Companha dos Novos (mas sabe-se que havia a dos Cações)
1813	Novos, Ratos e Cações
1818	Ratos
1822	Velhos, Novos (saídos dos Velhos), Ratos, Velhos
1823	Cações
1824	Novos, Novos

Numa primeira leitura, à escritura de sociedade – dos Novos, seguem-se três novos contratos no ano seguinte (1813), Novos, Ratos e Cações. Esta última não é uma criação, porque num documento anterior, de 1791¹¹³ dá conta da sua existência (*Caçoens*). Além de que para o período cronológico estipulado, a companhia regista já

¹¹² Anexo L

¹¹³ O documento em causa trata-se de uma Carta de Privilégio concedida à companhia dos *Caçoens* que pesca na costa do mar de Mira, datado de 1791, AMM, Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas Régios, Fls. 2 a 8.

uma escritura de ratificação de sociedade, o que nos leva a concluir que a escritura de sociedade é anterior a 1812 e, por isso, anterior também à escritura de sociedade da companhia dos Novos (datada de 1812). O que parece claro é que existiam, com todas as possibilidades, 4 companhias: a dos Cações, dos Ratos, dos Velhos e dos Novos, tendo esta saído da dos Velhos, embora desde quando não saibamos.

Os contratos apresentam-se designados de diferentes formas consoante o intuito do seu registo:

- os que se alongam por se tratar de um documento com dados novos e relevantes para a constituição da sociedade – Escritura de sociedade,

- outros que apenas elencam os novos elementos ingressantes e fazem referência a um documento anterior onde estão registadas as cláusulas¹¹⁴ – Escritura de obrigação (mútua) de sociedade

- e outros que confirmam e renovam os “votos” de determinada sociedade existindo já um antigo registo – Escritura de ratificação da sociedade.

O conteúdo das escrituras não é determinado pela sua tipologia notarial, embora presuma sempre a publicitação de algo determinado anteriormente e oralmente, mas que deve ter força pública e jurídica, judicial caso seja necessário apresentar em tribunal. Quer sempre clarificar direitos e obrigações entre partes. Uma escritura de sociedade apresenta vários pontos que todas as outras escrituras de diferentes tipologias abordam pois são nevrálgicos para a constituição da *companhia* e têm de ser citados para o conhecimento e compromisso de cumprimento da parte de todos os elementos, antigos ou ingressantes. A sua extensão pode variar, mas o conteúdo e o propósito das cláusulas mantêm-se de documento para documento.

As diferenças entre documentos prendem-se com a exigência e ocasião que preside à sua escrita. A Escritura de sociedade regista a totalidade de companheiros ingressantes que formam o corpo de companhia. No mesmo documento são elencadas as cláusulas entre outros dados que os companheiros queiram ver referidos como prova do seu ingresso e constituição. O mesmo se pode verificar com a Escritura de Ratificação, como o próprio nome sugere, trata-se de um registo que vem confirmar o que fora registado anteriormente relativamente a uma sociedade, a sua composição humana e as regras de convivência laboral e pessoal que estipula. A Escritura de obrigação (mútua)

¹¹⁴ Anexo K – Reprodução do conteúdo das Escrituras de sociedade/Escrituras de Ratificação de sociedade/ Escrituras de Obrigação mútua de sociedade

de sociedade não apresenta cláusulas e não faz referência ao número de companheiros ingressantes na anterior escritura da mesma companhia. Elenca apenas os sócios novos e os que saem da mesma sociedade, indicando o local de habitação, o parentesco e o estado civil. Nestes registos é feita uma breve referência a uma outra escritura, de sociedade ou de ratificação de sociedade, como forma de remeter os sócios para o conhecimento das cláusulas estipuladas numa primeira escritura de sociedade.

Em suma, todas as escrituras dentro das três tipologias mencionadas apresentam a seguinte informação: local onde é redigida a escritura; os envolvidos: o Procurador, o Escrivão, o Tabelião, o Arrais e sua origem geográfica, os sócios - o parentesco, lugar de habitação, o estado civil, as testemunhas, o lugar de habitação destas - e as respectivas assinaturas de todos os referidos no documento lavrado. Como dados internos e complementares à constituição externa do documento, acima referida, regista-se o nome da companhia, o local onde exerce a sua actividade e o número de companheiros que nela integram.

Dos referidos documentos, do Fundo Notarial do AUC, cinco referem-se à *companha* dos Novos (Velhos), quatro referem-se à *companha* dos Ratos, e dois à *companha* dos Cações. A *companha* que reúne um maior número de entradas surge da cisão de uma outra *companha* (*a dos velhos*) que, por ter muitos elementos, como explica o conteúdo, optou pelo desmembramento¹¹⁵.

Afinal quantos rostos fazem parte de cada sociedade acima referida? Importa conhecer os números que compõem cada uma e acompanhar a sua evolução e/ou estagnação. O seguinte quadro permitirá um maior entendimento das dimensões de cada *companha*, assim como o tipo de sócios que cada *companha* abrange e os locais de exercício da actividade, o que nos atira para a questão da relação de Mira com a praia adjacente, ou não.

¹¹⁵ “...e por que agora tendo elles visto e ponderado maduramente que tendosse augmentado muito de brassos esta sua dita e antiga companhia cujo grande numero custava muito a governar e para maior utilidade de todo sera urgente separararemse, convierão, todos mutuamente entre si, separaremse, e fazer da sua numerosa companhia, duas...” - AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.7, fls.4 a 10v. (fl.11v.) [11/Janeiro/1822]

Tabela nº 7 - Companhas, tipo, número de sócios e locais de pesca

Data	Nome	Tipo de Contrato	Tipo de sócios	Nº de Sócios	Local de pesca
1812	C. dos Novos	Escritura de sociedade	<i>Companheiros, sócios</i>	86	Costa de Mira
1813	C. dos Novos	Escritura de ratificação da sociedade	<i>Companheiros pescadores, verdadeiros quinhoeiros,</i>	(86+)171	Distrito; margens do Tejo, Rios
1813	C. dos Ratos	Escritura de ratificação da sociedade	<i>Companheiros, irmãos e sócios,</i>	105	Praias e rios do distrito/reino
1813	C. dos Cações	Escritura de ratificação da sociedade	<i>Pescadores, companheiros, sócios</i>	162	Mar e rios do distrito
1818	C. dos Ratos	Escritura de obrigação mútua de sociedade	<i>Sócios, companheiros</i>	(105+) 15	Costa de Mira
1822	C. dos Velhos	Escritura de sociedade	<i>Sócios, companheiros, quinhoeiros;</i>	65	Costa do mar, rios do reino
1822	C. dos (Novos) Velhos	Escritura de sociedade	<i>Sócios, quinhoeiros;</i>	67	Costa do mar do distrito, rios
1822	C. dos Ratos	Escritura de obrigação de sociedade	<i>Sócios pescadores; quinhoeiros, companheiros</i>	(105+15+) 15	-----
1822	C. dos Velhos	Escritura de obrigação de sociedade	<i>Sócios pescadores; quinhoeiros</i>	(65+) 13	Costa do mar
1823	C.(velha) dos Cações	Escritura de sociedade	<i>Sócios pescadores,</i>	81	Praia da Costa do mar do distrito
1824	C. dos (Novos) Velhos	Escritura de obrigação de sociedade	<i>Quinhoeiros, sócios pescadores de profissão</i>	(67+) 9	Costa de mar do distrito
1824	C. dos (Novos) Velhos	Escritura de obrigação de sociedade	<i>Sócios, pescadores, companheiros</i>	(67+9+)3	Costa do mar deste termo

O ano de 1813 regista um crescimento do número de sócios de três das cinco sociedades de pesca elencadas¹¹⁶: C. dos Novos, dos Ratos e dos Cações. Note-se o aumento do número de elementos da *companha* dos Novos do ano de 1812 para o de 1813. Três das restantes sociedades apresentam grandes valores precisamente no ano de 1813. Importa igualmente apontar a frequência ou não do registo de cada *companha*. No período indicado, a *companha* dos Novos apresenta apenas dois registos – o primeiro em 1812 e o último em 1813. A *companha* dos Ratos é a que apresenta um maior número de registos, da mesma forma que surge como a sociedade com menos elementos mesmo que tenha registado um aumento significativo, mas lento em comparação às restantes sociedade, durante o mesmo período. A *companha* dos Velhos regista apenas uma escritura num total de doze entradas. Trata-se de um registo que dá conta do nascimento de uma nova *companha*¹¹⁷ – a dos Novos saída da dos Velhos, fruto do desmembramento de uma outra. Surgem algumas dúvidas acerca da última sociedade assinalada, porque parece tratar-se da *Companha* dos (Novos) Velhos, mas denominada de diferente forma. Sem certezas quanto à hipótese levantada, as duas *companhas* são representadas em separado.

¹¹⁶ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. a 60 v. [15/Julho/1823]

Relativamente a um *companha*, a dos Cações no ano de 1823 – “*exigem regimens novos e alterações e ampliações de bom governo..*”; “*tendosse augmentado muito de brassos esta sua dita e antiga companha, cujo numero custava muito a governar*”

¹¹⁷ “*esta companha por ter ja muita gente custava a governar, concordarão entre si devedilla e fazer de huma que era duas*”; “*.ficando huma conservando o seu antigo nome dos Novos, e esta dos Velhos..*”, AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 4 a 10v. [11/Janeiro/1822]

Data	Companha	Procurador geral	Arrais	Prov. do Arrais
23/Julho/1812	(dos) Novos	Joze Domingues	Luís Francisco Capote	Ílhavo
9/Agosto/1813	(dos) Novos	Joze Domingues	Luís Francisco Capote	Ílhavo
20/Agosto/1813	(dos) Ratos	Manoel de Miranda Pimentel	Julião Francisco Redondo	Ilhavo
25/Agosto/1813	(dos) Cações	João da Costa	Euzebio de Deos	Portemar
9/Fevereiro/1818	(dos) Ratos	-	-	---
11/Janeiro/1822	(dos) Velhos	-	Manoel Domingues	Mira
14/Janeiro/1822	(dos) Novos	-	-	---
4/Outubro/1822	(dos) Ratos	Manoel da Cruz	-	---
25/Outubro/1822	(dos) Velhos	Antonio Gonsalves	-	---
15/Julho/1823	(dos) Cações	-	-	---
23/Novembro/1824	(dos) Novos	-	-	---
	Velhos	-	-	
30/Dezembro/1824	(dos) Novos	Manoel Miranda Lagoinha	-	---
	Velhos		-	

Tabela 8 – Companha, Procurador, Arrais, Proveniência do Arrais segundo as Escrituras de sociedade

No que diz respeito ao trabalho, as sociedades que surgem expressas nos contratos analisados não indicam qualquer referência aos horários de trabalho tendo em conta que a incerteza da actividade pode gerar diferentes horários que não são definidos no termo de contrato. Os modos de remuneração diferem: os considerados cabeças de governação – Procurador, Arrais e Escrivão - são remunerados por acerto anual, porém desconhece-se os números e cálculos em que se baseiam para estipular o que cada um auferir por safra. Estes são considerados “assalariados”¹¹⁸ e usufruem de regalias que os distinguem dos restantes membros da sociedade. Os companheiros/*quinhoeiros*/sócios recebem igualmente no fim de cada “colheita”. Contudo e tal como acontece com os dirigentes da sociedade, o cálculo para a sua remuneração não é revelado. Sabe-se que cada companheiro contribui com uma “porção” quando a sociedade é formada e que este quinhão é tido em conta no Auto das partilhas, sobejamente referido nos contratos.¹¹⁹

¹¹⁸ Termo que figura em todas as cláusulas que abordem a categoria do Procurador e do Arrais.

¹¹⁹ Presente nas seguintes escrituras: AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.16 a 22 [23/Julho/1812]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.7, fls.4 a 10v. [11/Janeiro/1822]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.7, fls.10v. a 16v.

Poderemos, no entanto, prever que, tendo em consideração o local de pesca inscrito que varia entre pesca mais longínqua (margens do Tejo) e rios e mares da costa de Mira, parece haver algum ajuste nesta remuneração. O significado de “colheita” envolve-se nalguma imprecisão, porque se do Tejo, só referido no contrato mais antigo, poderia significar uma remuneração mais demorada, enquanto que à medida que se aproximam de Mira a repartição poderia ser mais imediata. Isto são meras suposições mas que não podemos ignorar.

O préstimo laboral de cada elemento difere consoante a função desempenhada na sociedade e definida em escritura. O procurador, o arrais e o escrivão apresentam diferentes ocupações em relação ao resto do corpo de companhia. O procurador é considerado a primeira pessoa da sociedade – “*primeira cabeça de toda a sua geral governança*”¹²⁰. É incumbido da cobrança das multas, arrecada o valor das dívidas, acções, passa recibos e quitações, pode também demandar os devedores, recebe recibos e quitações e outras formas de pagamento da dívida, contrai dívidas de forma a garantir o financiamento necessário para o pagamento dos materiais da sociedade e comercializar e/ou fiar peixe¹²¹. O Arrais é responsável pela regência da pesca, isto é, pela orientação dos trabalhos da pesca desde o tratamento do material, ao desempenho pleno da actividade¹²². O Escrivão é responsável pelos registos de todas as operações feitas no seio da companhia, é constantemente citado quando é feita alguma referência em relação à prática do registo de ocorrências (Livro da Companhia, Livro e Caderno da Receita)¹²³. Nos restantes companheiros recaem todos os trabalhos da pesca, mais leves ou mais pesados, totalmente ligados à prática da actividade. Estamos perante uma divisão social do trabalho em esquema vertical – cada elemento desempenha um papel diferente mediante a sua categoria e função/posição na hierarquia. A sociedade funciona como um organismo fechado sem ter que recorrer à contratação de fora.

[14/Janeiro/1822]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. a 60 v. [15/Julho/1823]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 62 a 70 v. [20/Agosto/1813]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 70 v. a 79v. [25/Agosto/1813]

¹²⁰ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. a 60 v. [15/Julho/1823]

¹²¹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 16 a 22 [23/Julho/1812] - “*e recomendação, o mesmo Procurador, que tenha todo o cuidado, no peixe, e sardinha que vender fiado, que seja sempre a pessoa capáz de a pagar; e que toda, a pescaria que para fora da terra dêr fiada, seja sempre, com fiador deste termo*”

¹²² AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 16 a 22 [23/Julho/1812] – “*tanto no trafico e conserto e boa ordem dos Aparelhos, como em todo o mais trabalho da pesca*”

¹²³ Citados nos seguintes contratos: AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 16 a 22 [23/Julho/1812]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 4 a 10 [11/Janeiro/1822]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 10v. a 16v. [14/Janeiro/1822]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. a 60 v. [15/Julho/1823]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813];

A dimensão da sociedade assume as proporções dos números de companheiros ingressantes na mesma. Trata-se de uma empresa, uma sociedade anónima sem ligação ao Estado que desempenha uma actividade socialmente reconhecida, não maioritariamente familiar e com recrutamento externo. Com efeito, as referências à questão das famílias no seio das companhias são significativas. Existem cláusulas que incidem na questão dos órfãos e viúvas, e os registos de companheiros ingressantes mostram as ligações familiares, mas isso não dota a empresa de um cariz familiar

Em relação à ligação aos mercados, é feita a referência expressa ao interesse das companhias na comercialização dentro e fora do termo da vila quando são enumeradas as competências do Procurador, entre as quais se entende que deverá ter o cuidado na venda de peixe, principalmente quando o der fiado. Subentende-se a existência de um mercado, por vezes a crédito que permita a absorção do produto do trabalho das companhias. Nas escrituras não há referência que permita afirmar que existe um mercado local, interno ou externo, alimentado por este trabalho. O auto-consumo é vagamente referido, ou subentende-se, tendo em conta que a caldeirada era uma prática comum em algumas comunidades marítimas. Se as escrituras não denunciam qualquer prática semelhante, porém dão conta de uma porção que auxilia as viúvas, sem filhos que garantam algum rendimento.

No que concerne os direitos de propriedade, é possível perceber quem são os detentores dos meios de produção ou que os podem controlar, nomeadamente o capital, como é o caso do Procurador, o que está incumbido de garantir empréstimos que permitam o financiamento da sociedade. O Procurador e o Arrais têm nas mãos os meios com os quais garantem a continuidade da actividade, os mencionados - *Barco, Palheiro, Rede, Cordas e mais aparelhos*,¹²⁴ e os companheiros visados nas várias escrituras de sociedade, de ratificação de sociedade e de obrigação mútua de sociedade. A produção está igualmente nas mãos de quem coordena, orienta e ordena respeitando a hierarquia definida em escritura. O procurador recolhe os lucros, recebe as dívidas¹²⁵ e investe naquilo que a sociedade precisa.

Como é possível perceber as sociedades piscatórias ostentam uma hierarquia definida baseada nas relações unilaterais de poder, da mesma forma que se impõe

¹²⁴ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.51 a 58 [9/Agosto/1813] Excerto retirado de uma das cláusulas relativas à penalização e procedimentos em relação ao património da companhia que integra o fundo social da mesma.

¹²⁵ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.51 a 58 [9/Agosto/1813] ”..cujos dinheiros dos lucros de suas pescas reseberá pella carga que no Livro da Reseita..”

obrigações que se aplicam somente a uma parte da equação laboral – meios de produção + modos de produção = produção. Os detentores dos meios de produção e empregadores dos modos de produção recolhem os lucros da produção. O seu poder sob as referidas estruturas dá lugar a relações pouco simétricas. O mesmo acontece com os recursos e o acesso aos mesmos. Os detentores de capital têm capacidade de formar “empresas”, no caso das sociedades em que o Procurador é o gestor do capital. Porém, mesmo nas sociedades piscatórias os companheiros contribuem com uma parte para a formação da “empresa”. O quinhão, com que entra para a sociedade, é o mesmo que tem de pagar enquanto

membro dela, e depois de o deixar de ser¹²⁶ (uma das cláusulas). Nas escrituras o quinhão apenas é referido nas cláusulas punitivas. Aponta-se como forma de penalização a perda do mesmo e a obrigação do pagamento de uma parte da dívida que corresponda a cada um dos elementos. Nas mesmas sociedades o quinhão serve como pagamento de trabalho e forma de amortização de capital.¹²⁷

Em relação ao trabalhador e ao seu nível de qualificação, as escrituras pouco ou nada revelam. As “cabeças de governação” – Procurador e Escrivão – possuem uma qualificação formal, tendo em conta que o primeiro lida com cálculos e acertos e o segundo está encarregue do registo das ocorrências importantes para a sociedade. Desconhece-se a formação do Arrais, mas é possível inferir que alguns sabem escrever ou, na menor das hipóteses, assinar o seu nome como consta de alguns registos contratuais. Da mesma forma, alguns dos sócios, com alguma formação ou nenhuma, assinam o seu nome do final do documento. Num universo de setecentos e noventa e dois pescadores registados (naturalmente que se repetem) somente quarenta e nove assinam com o seu nome, os restantes assinam em cruz. Perante o contraste de formação, é possível constatar que a mesma pode constituir uma exigência do estatuto e das funções que os elementos desempenham se colocarmos a figura do Procurador a par de um dos elementos que tem a instrução mínima que o dota de capacidade para assinar. A ausência de qualificação formal contrasta com a informal. Entende-se por qualificação formal a que engloba um tempo de aprendizagem e um percurso de progressão. É um dado bem presente nas escrituras de sociedade e nas de ratificação, a

¹²⁶ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 16 a 22 [23/Julho/1812] - “... e quando seu filho entrar para ella a trabalhar, pagara, o seu quinhão de divida; que a factura deste Instrumento agora se deve; e igualmente, as melhorias que ouverem nos aparelhos, ao tempo da sua entrada, pro rata..”

¹²⁷ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813] - “Que em todas as partilhas que se fizerem de lucros será prezente a companha, e ahi calculandosse e combinandosse os lucros com a divida existente, se tirará por pluralidade de votos do quinhão de lucro de cada companheiro, o que se asentar para ir matando a divida”

formação de menores que iniciam a sua vida laboral no meio dos trabalhos da pesca. Segundo consta das escrituras, *"Que todos os companheiros solteiros, filhos, de socios, existentes, e dos já defuntos, que novamente entrão para o corpo desta companha, ficarão sугeitos a todos os ___ e precalços da mesma companha, em athe, não terem a idade vigorosa, e capaz de poderem trabalhar, com fortidão, na pesca, ganharão, e reseberão dos lucros, da mesma pesca huma porção igual, ao seu préstimo serviço corporal, e capacidade que tiver, que lhe será talhada em todos as partilhas dos rendimentos da mesma companha, por ella toda congregada na pluridade de votos, ficando, seus Paiz, Mais, viúvas, obrigados, por elles a todas as clausullas retro espressadas, e que ao diante mais se espressarem em the que elles tenham idade prefeita de verdadeiros quinhoeiros por inteiro.."*¹²⁸

No mesmo excerto do Livro 4 do Fundo Notarial do AUC, a companha funciona como um meio que veicula um leque de aprendizagens que incitam ao crescimento e aquisição de conhecimentos tratando os menores ingressantes como futuros produtores contribuintes para a riqueza da sociedade.

Segundo as escrituras contratuais, no seio das companhas existem alguns meios de cooperação social e socorro mútuo, se assim se puder considerar. O auxílio às viúvas e órfãos estipulado nos contratos da seguinte forma – *"Toda a viúva que tiver filho maxo, que inda não seja de idade de trabalhar, ficará de hoje em diante, o quinhão de seu defunto marido, em deposito e ___ na mesma companha , em athe que seu filho seja capaz de trabalhar, na mesma Rede, sem em todo este tempo reseber, lucros, nem delles se lhe fazer quinhão, nem igualmente, pagar condemnações de faltas, nem de dividas da mesma companha.."*¹²⁹;

Nos mesmos registos não existem referências sobre outras formas de cooperação que reúnam o corpo da companha, os meios de cooperação são providenciados pela companha e constituem um auxílio básico às necessidades dos filhos e esposas de antigos companheiros da actividade. Este traço das sociedades piscatórias é referido em grande parte dos contratos, colocando-os a par das repreensões e penalizações que recaem sob os comportamentos que prejudiquem o bom funcionamento da sociedade. Num universo de doze escrituras de três tipologias diferentes, sete das mesmas contêm

¹²⁸ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]

¹²⁹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 16 a 22 [23/Julho/1812]

duas a três cláusulas relativas a possíveis situações de desacato e desordem e forma de as penalizar (como se verá no ponto seguinte).

O meio social e laboral da companhia não favorece a mobilidade de sociedade para sociedade, tendo em conta que as cláusulas são sobejamente castradoras de uma possível mobilidade profissional no que diz respeito à promoção e desempenho de diferentes funções. Os contratos são claros quanto à situação de promoção: “...*não fica obrigado, a cláusulla alguma nesta Escriptura retro estipulado, salvo, se for alguma véz eleito para Arrães, algum dos socios outorgantes retro declarados porque neste cazo, sempre fica obrigado a todo o estipulado neste instrumento como socio outorgante, e não como Arrães, e desta toda ellaoutorgante, inda que assalariado seja, o reconheesse, e reconheçera sempre como cabeça superior della..*”¹³⁰.

Em relação ao Procurador, os diversos sucessores garantem a plenitude dos seus poderes, com um grande alcance, mantendo a categoria de assalariado sem obrigação de cumprir as cláusulas estipuladas em cada contrato. Em termos práticos, os indivíduos que ocupem a função de Procurador colocam-se na categoria de assalariados e, por tal, não estão restringidos pelas inúmeras cláusulas que recaem sob os companheiros.

Na questão das trajectórias profissionais, aponta-se um pormenor no que concerne à mobilidade geográfica tendo em conta que se trata de sociedade de pendor económico, praticante de uma actividade rentável, mas insegura e que obriga ao aproveitamento dos recursos de toda a costa. Os registos dão conta de um leque de companhias que pescam no mar, nos rios (Douro e Tejo), lagoas, como se lê na tabela 6.

A mobilidade geográfica pode assim justificar-se pelo reconhecimento notarial da prática da actividade em paragens distantes do termo da vila. Os mesmos dados podem ser indicadores de uma consciencialização de que o espaço a que estas companhias estão confinadas para o exercício da sua actividade não é suficiente e a convivência pode dar lugar a pequenos desentendimentos que podem ser minorizados ou evitados se se alargar o campo de exploração que cada companhia tem a seu dispor. Contudo, eles parecem, cada vez mais, confinados à costa de Mira.

Foi neste contexto que nos pareceu oportuno fazer um exercício, mesmo que com alguns problemas de clareza de informação que é o do cruzamento do registo dos pescadores a partir dos Livros de Ordenanças em 1831 e os registados nos notários. A ideia era a de perceber se as manchas dominantes de pescadores em 1831 se reflectiam

¹³⁰AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.7,fls.54v.a 60 v. [15/Julho/1823]

na origem dominante dos pescadores das companhias. Assim, socorremo-nos do cruzamento das Ordenanças com alguns dados referidos nas escrituras de sociedade que abarcam os anos de 1813¹³¹, 1818¹³², 1822¹³³, 1823¹³⁴, 1824¹³⁵.

Os contratos apresentam 13 espaços indicados como lugares habitados pelos pescadores sócios das companhias¹³⁶. Os espaços habitados com maior número de pescadores são Mira, Porto(e)mar, Cabeço, Seixo, Preza e Lagoa, por ordem decrescente. Num total de 515 indivíduos elencados, 416 apresentam a localidade expressa na escritura de sociedade (perto de 80%). Portomar não apresenta, nas escrituras de sociedade, números tão elevados como os das Ordenanças, colocando-se porém na segunda posição de lugares habitados por pescadores.

É preciso ter em conta que se trata de uma evolução em alguns lugares entre os anos de 1813 até 1824, o que pode trazer alterações. O lugar de Mira regista o maior número de pescadores da mesma forma que regista a maior queda de 1813 com 162 indivíduos (com uma omissão de 88 indivíduos) para 1822 com 59 indivíduos (omissão de 7), em 1818 e 1823¹³⁷ (com uma omissão de 1) conta-se 39, e em 1824 regista-se 2 habitantes integrados em sociedades de pesca (com uma omissão de 1 indivíduo). Portomar regista um aumento significativo de pescadores do ano de 1813 de um sócio para o de 1823 contabilizando 32 sócios como pescadores e habitantes no lugar. O lugar do Cabeço regista igualmente uma evolução seguida de uma quebra. Nos registos de 1813, 1822 as referências são escassas; em 1823 um parte dos sócios que indicam a sua localidade são do Cabeço (36) e outra parte do Seixo (21) num universo de 63 sócios. A restante fatia pertence ao lugar da Preza, também citado nas Ordenanças (o quatro lugar que reúne mais pescadores tal como nos presentes contratos). As conclusões podem parecer parcas, mas Portomar está a afirmar-se nestes 30 anos e parece que a pesca de mar terá tido algumas responsabilidades.

¹³¹ AUC, Fundo Notarial, Liv. 4, fls. 62 a 70 v.; Livro 4, fls. 70 v. a 79v. [25/Agosto/1813]

¹³² AUC, Fundo Notarial, Liv. 5, fls. 75 a 77v. [9/Fevereiro/1818]

¹³³ AUC, Fundo Notarial, Liv. 7, fls. 4 a 10; Liv. 7, fls. 10 v. a 16 v.; Liv. 7, fls. 31 a 32v. [25/Outubro/1822]

¹³⁴ AUC, Fundo Notarial, Liv. 7, fls. 54 v. a 60 v. [15/Julho/1823]

¹³⁵ AUC, Fundo Notarial, Liv. 8, fls. 5 8 v. a 60v.; AUC, Fundo Notarial, Liv. 9, fls. 5 v. a 7 [30/Dezembro/1824]

¹³⁶ Anexo H

¹³⁷ Os registos de 1818, 1823 e 1824 correspondem a tipologias de contratos diferentes das referidas. Os contratos de obrigação mútua de sociedade não registam o número certo de companheiros pois têm por intuito registar apenas os companheiros ingressantes. É necessário proceder à soma dos já registados companheiros da mesma companhia em outras escrituras.

Em relação ao contingente de homens, sem se reduzir ou esgotar apenas em números, os registos analisados adoptam uma terminologia laboral e societária. Todos os termos são indicadores do papel do pescador como *companheiro* de trabalho, parte integrante de uma sociedade – *sócio*, contribuinte com o quinhão – *quinhoeiro*. Das doze escrituras, apenas uma dá conta do contributo *quinhoeiro* que cabe a cada um dos ingressantes na sociedade.¹³⁸

Mas para lá desta classificação, como sempre desenhamos como objectivo, era o de perceber em que medida as sociedades revelam comunidades marítimas na medida em que se estabeleciam laços familiares e pessoais. Em que medida seriam garantes da continuidade da actividade e de um ganho de todos os membros para a estabilidade económica do agregado. Tal como chama a atenção uma das escrituras “*que de tempos longicimos pesca na costa do Mar deste districto e rios deste reino como verdadeiros pescadores filhos e Netos desta arte pescatoria cuja corporação fora feita; organizada na sua primeira origem por Escriptura publica que de tempos a tempos.*”¹³⁹”, a questão da profissionalização como património familiar transmitido de geração para geração.

O caminho seguido foi o de explorar as relações parentais referidas nas escrituras, dado que o objectivo de reconstituição a partir de registos paroquiais nos parecem, de momento, impossíveis de realizar. A linguagem utilizada atira-nos para a percepção de relações familiares sempre que um elemento é associado a outro pelo seu apelido ou de forma explícita pelo grau de parentesco. Presencia-se com frequência à matrícula de filhos e netos de pescadores, que junto dos seus familiares mais próximos assumem o compromisso patente em cada contrato lavrado. A *companha* surge como um meio de convivência que incita ao estabelecimento de laços e ao reforço dos já existentes, no caso de familiares ou vizinhos. O presente quadro poderá esclarecer a questão familiar no seio das sociedades piscatórias.

Tabela nº 9 - Relações de parentesco assinaladas nos contratos notariais

Relações de Parentesco	C. dos Novos	C. dos Ratos	C. dos Cações	C. dos Velhos	C. dos Novos
Filho	84	66	77	9	4
Neto	2				
Irmão	5				

¹³⁸ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 75 a 77(v.) [9/Fevereiro/1818] Cada elemento ingressante contribui com um quinhão por si e outro pelo filho. O valor do quinhão ou aquilo que materialmente engloba não está expresso no documento. O valor material não está descriminado.

¹³⁹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54 (v.) e 60 (v.) [15/Julho/1823]

Pela síntese apresentada as relações filiais dominam e impõem-se, mas também as fraternais, raramente chega à relação entre 1ª e 3ª geração (apenas 2 netos). Confessamos que se trata mais de uma experiência metodológica, porque as imprecisões e homónimos podem enfraquecer esta contabilização. Contudo, ao analisarem-se as escrituras surgem dois pormenores que nos parecem ainda mais significativos: o primeiro diz respeito à presença do nome de uma mulher na listagem exclusiva de homens companheiros que entram para a sociedade¹⁴⁰. A figura feminina não está de forma alguma matriculada porque nesta comunidade, tal como em outras, a mulher era apenas o auxílio em terra, mas está formalmente responsável pelo ingresso de um filho ficando o seu nome registado da escritura pública. Outro pormenor prende-se com um apontamento, presente no registo do Livro 9 que assinala uma situação única ao longo de doze entradas - a desistência de um elemento, assim como refere no corpo do documento, que o “desistente” tem conhecimento das implicações da sua opção¹⁴¹. Num outro documento do mesmo Fundo a substituição de um pai, companheiro e pescador, pelo seu filho. Assim como se presencia uma listagem de filhos menores autorizados pelos tutores¹⁴², pais (ou mães) que se registam como efectivos sócios ou apenas na qualidade de “autorizante”.¹⁴³

A “contratação” de jovens sócios é sobejamente abordada nas cláusulas ao ponto de estipular o pagamento por acerto¹⁴⁴ e de decretar, sob a forma de cláusula, que os

¹⁴⁰ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 8, fls. 58 v. a 60v. [23/Novembro/1824] – nas listas de sócios figura uma mulher como mãe tutora/autorizante. Presume-me que a mesma autorize um menor a entrar na sociedade e que seja necessária a sua presença na ausência de uma figura masculina. De notar que alguns registos dão conta da entrada de filhos de sócios já defuntos. As companhas dos Ratos, Cações e Novos registam a entrada de 13,7,3, respectivamente, filhos de defuntos.

¹⁴¹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 9, fls. 5v. a 7 [30/Dezembro/1824] Em relação ao sócio desistente - “nada mais quer de lucros nem de privilegios....e se desobriga de hoje em diante a todo o estipulado na escriptura (..)”

¹⁴² AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 4 a 10 v. [11/Janeiro/1822]– “ficando seus Pays, e Mais viuvus, e suas Tutoras Provizionarias obrigados..a todas as clausulas...”

¹⁴³ Num universo de doze Escrituras esta realidade está presente em 5 das mesmas, representada nos seguintes números recolhidos: o ano de 1822 ingressam na Companhia dos Ratos seis menores que apresentam um tutor/pai autorizante; no mesmo ano a C. dos Velhos dá conta da entrada de três menores. Um deles pensa-se ser órfão pois é autorizado pela mãe que se apresente como tutora provisória. No ano de 1823, a C. dos Cações recebe oito menores; e em 1824 regista-se a entrada de quatro menores para a C. dos Novos Velhos. São dados com pouca expressividade, mas provam a importância da cláusula sobre os menores que trabalham para e em nome da sociedade da qual fazem parte.

¹⁴⁴ Segundo as escrituras do Fundo Notarial do AUC, a remuneração dos jovens, ainda menores, empregados na companhia era calculada pelo préstimo laboral e esforço braçal individual. “..todos os compaheiros solteiros, filhos de socios existentes, e dos ja defuntos que novamente entrão para o corpo desta companhia ficarão sujeitos a todos os prejuizos e precalsos da mesma...ganharão e receberão dos lucros da mesma pesca huma porção igual ao seu prestimo serviço corporal..”

órfãos de companheiros defuntos têm lugar na *companha* visto que são o único meio de suporte económico do agregado familiar.¹⁴⁵ O préstimo corporal seria essencial, como as escrituras referem, como suporte da *companha* e garantiam trabalho aos que órfãos, não tinham outra forma de sobrevivência. Verifica-se, em apenas um caso, a prática da cláusula relativa à obrigatoriedade do sócio em falta dar “homem per si” para que a sua ausência seja substituída por outro companheiro, evitando as multas e cláusulas punitivas. Neste caso, o sócio ocupa o lugar do filho.¹⁴⁶

Em suma, poder-se-á, então definir o perfil destas sociedades. A nomenclatura aplicada deixa perceber as duas vertentes da pertença a uma sociedade de cariz marítimo. No caso dos pescadores – explicitamente denominados de *sócios*, *quinhoeiros*, *companheiros*¹⁴⁷, fazem parte da formação interna da *companha*, isto é, estão sujeitos à aplicação de uma série de cláusulas que regulamentam as relações e comportamentos no seio da sociedade; para os elementos externos ao funcionamento da mesma e que contribuem para a sua formação inicial – financiando a constituição e supervisionando os comportamentos e as tarefas marítimas – as suas obrigações não passam pelo cumprimento de cláusulas e a sua remuneração é calculada de diferente forma, tal como a acrescenta uma das cláusulas. A remuneração é calculada por acerto, enquanto que a remuneração dos companheiros é calculada de forma diferente e saldada no fim de cada safra que se inicia em Maio e termina em Dezembro.¹⁴⁸ Os contratos pouco assinalam sobre a fórmula de cálculo à qual a remuneração está submetida. Sabe-se apenas que os chefes da governação recebem salário e os sócios não.

Figuras como as do Procurador, Escrivão e Arrais, “as cabeças de governação” como assim são designados, estão revestidos de vastos poderes tanto na gestão da sociedade como na coordenação dos trabalhos da pesca. O arrais é o responsável máximo pelo desempenho da actividade; “*e a seu cargo a manobra da pesca em cascacao e conserto dos aparelhos a que todos prontamente obdessearao no que lhes ordemnar..*”¹⁴⁹. A condição de arrais resume-se da seguinte forma “*o arais fica sendo*

¹⁴⁵ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 62 a 70v. [20/Agosto/1813] – “*este novo publico Instrumento de concordata e renovação e ratificação de sociedade para elles e seus filhos menores, e ellas viuvias por seus filhos orfaos filhos desta mesma Arte*”

¹⁴⁶ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 70 v. a 79v. [21/Agosto/1813] Relativa à *Companha dos Cações*

¹⁴⁷ Léxico proveniente dos contratos de sociedade piscatória do Fundo Notarial do Arquivo da Universidade de Coimbra

¹⁴⁸ Ideia veiculada na abordagem à categoria dos elementos que compõem a sociedade piscatória.

¹⁴⁹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 70 v. a 79v. [25/Agosto/1813]

igualmente companheiro, socio desta companhia”¹⁵⁰, porém “nem...socio,nem companheiro, mas sim assalariado (..) , escolhido, eleito ou confirmado todos os annos pella mesma companhia este nao ficao obrigado a cláusula alguma retro estipulada”, “..somente aqui entra como cabessa autorizante deste publico instrumento”¹⁵¹.

O Procurador é outra das figuras da direcção da sociedade cabendo-lhe a função de zelador económico e social e representante burocrático da mesma. Segundo uma das cláusulas das escrituras, presente em quase todos os registos, “o Procurador geral da companhia pedir fiado, e todas as dividas que pedir fiado, e construir em nome da companhia para os misteres della tanto de fios, cordas, barcos, vinhos, linhas (...) fica toda ella dita companhia ha obrigada a _ e pagamento das dividas em seu nome (..)”¹⁵²; “tendo me dito o Procurador geral, muito cuidado e dis__nos interesses e arranjo da dita companhia , encomenda do pescado, com diligencia, e asegurar ____quando fiado for vendido pagando sempre com rectidao____sao consciencia os direitos da mesma pesca..”¹⁵³; e mais ainda quando se trata de garantir financiamentos para o funcionamento da sociedade “o Procurador geral da companhia pedir fiado, e todas as dividas que pedir fiado, e construir em nome da companhia para os misteres della tanto de fios, cordas, barcos, vinhos, linhas (...) fica toda ella dita companhia ha obrigada a _____e pagamento das dividas em seu nome (..)”¹⁵⁴

O Escrivão encarrega-se do registo de todos os actos que dissessem respeito ao funcionamento da *companha* – entradas de lucros e despesas, registo de episódios de desobediência e pagamento pecuniário associado, das relações burocráticas estabelecidas pelo Procurador. Os lucros e das despesas são devidamente registados para o conhecimento de todos os elementos da sociedade – “cujos dinheiros dos lucros de suas pescas, receberão pela carga que no Livro e Cadernos da receita da mesma companhia sobre elles farão os Escrivães da mesma...se lhe pedir em contas em acto de companhia congregada e junta..”¹⁵⁵ e para justa divisão dos lucros da actividade.

Representam publicamente a sociedade e certificam-se do seu desempenho. Estão hierarquicamente colocados acima dos sócios tendo em conta que as suas funções são desempenhadas em plena liberdade e sem necessidade de recorrer ao consentimento

¹⁵⁰ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 70 v. a 79v. [25/Agosto/1813]

¹⁵¹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]

¹⁵² AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]

¹⁵³ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]

¹⁵⁴ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]

¹⁵⁵ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. e 60 v. [15/Julho/1823]

do colectivo marítimo¹⁵⁶. Presente nos contratos alega-se por escrito o bem geral da *companha* quando se refere à obediência dos sócios aos elementos externos, postulado da seguinte forma: “..*reine sempre a boa união de paaz, comcordia para interesse e proveito comum de todos, sendo prontos, sobreditos e obdientes no que elles mandarem fazer; sem que socio algum tenha perdido a liberdade de contradizer, de convir, injuriar, ou maltratar os seus superiores nem contas lhe pedir sem ser em Auto de Companha*”.¹⁵⁷

Porém, aos sócios cabe a nomeação anual, em reunião de *companha*, os referidos cargos, em pluralidade de votos¹⁵⁸. Todos os elementos da governação são renovados anualmente. No caso da figura do Procurador, os poderes transitam sem alteração para os seguintes.¹⁵⁹ No caso do Arrais e, caso a função seja tomada por um sócio que componha a força de trabalho da sociedade, este é obrigado ao cumprimento de todas as cláusulas como se de um companheiro se tratasse¹⁶⁰.

Ao Procurador cabe injectar o capital e procurar possíveis créditos para o pagamento das despesas da actividade, “*o Procurador geral da companha pedir fiado, e todas as dividas que pedir fiado, e construir em nome da companha para os misteres della tanto de fios, cordas, barcos, vinhos, linhas (...) fica toda ella dita companha ha obrigada a ____ e pagamento das dividas em seu nome (..)*”¹⁶¹. Este é igualmente responsável por – “*e de mandar judicialmente seus devedores*”¹⁶² e em nome da sociedade “*demandar e poder ser demandado pellos credores da mesma recebendo recibos e quitações em forma de tudo que pagar*”¹⁶³ - cobra as dividas activas e as acções e passa recibos e quitações.

O Arrais desempenha uma tarefa de extrema importância pois pode influenciar o funcionamento da orgânica laboral e determinar o seu rendimento futuro. Os registos contratuais do AUC clarificam a posição das referidas figuras afirmando o seguinte:

¹⁵⁶ “*ao Procurador são cedidos todos os direitos e requesitos da lei de modo a agir em prol da companha para que nada lhe falte e empessa o ____pescatorio de seu trabalho*” - AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, 70 v. a 79v. [25/Agosto/1813]

¹⁵⁷ AUC, Fundo Notarial, Mira, Livro 4, fls. 70 v. a 79v. [25/Agosto/1813]

¹⁵⁸ AUC, Fundo Notarial, Mira, Livro 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813] - “*sera regida e governada como athe agora sempre tem cido, pello procurador geral da mesma companha, cujo cargo, assim como os ____de Arais, Escrivão, e todos os mais da governacom da dita companha terao anualmente feitos e aprovados em corpo de companha congregada pella pluridade de votos..*”

¹⁵⁹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. a 60 v. [9/Agosto/1813]

¹⁶⁰ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. a 60 v. [9/Agosto/1813]

¹⁶¹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]

¹⁶² AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 4 a 10 v. [11/Janeiro/1822]

¹⁶³ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 4 a 10 v. [11/Janeiro/1822]

“...sem descomporem, injuriarem, ou maltratarem seus companheiros...(.) os cabeças de governança, quando na pesca andarem, ou fora della., ou lhes desobedecer”¹⁶⁴.

Ideia e cláusula bem presente em todos os registos analisados, excepto nos registos denominados de *Escritura de Obrigação de sociedade* que indicam apenas os elementos novos na *companha* e anunciam unicamente as obrigações e os direitos dos sócios ingressantes referindo o documento original da matrícula onde estão mencionados os propósitos da sociedade. As presentes figuras detinham os meios de produção – palheiro, redes, cordas, barco - mediante o quinhão com que cada sócio entrava. O quinhão tanto pode ser relativo ao contributo inicial que cada elemento dá à sociedade como a parte da dívida que cabe a cada um dos companheiros e que tem de “se ir matando”¹⁶⁵ Os meios de produção estão nas mãos de quem possui capital para investir e os que são disponibilizados pelos elementos ingressantes das sociedades de pesca são geridos pelas figuras máximas da governação. No momento em que se dá esta transferência os meios não pertencerão jamais a cada contribuinte *quinhoeiro*, mas sim ao colectivo marítimo. No caso de infracção, expulsão e/ou desistência, o quinhão ficará como fundo social da sociedade e o ex-sócio terá que saldar a sua parte da dívida à qual se comprometeu quando ingressou no colectivo.¹⁶⁶ Os materiais que entram como quinhão não são divisíveis. Os modos de produção são definidos pela região onde a actividade é exercida. No caso, a actividade pauta-se por uma sequência de passos encadeados e observáveis: partida para o mar, lançamento das redes, chegada do barco, transporte das redes para terra, chegada das redes, abertura do saco, escolha do peixe, comercialização no espaço devido – por vezes comercializado na areia para evitar a cobrança do imposto.¹⁶⁷

Aos sócios cabia a obediência aos elementos da governação, o ritmo dinâmico do trabalho e o contributo inicial, o qual é denominado de quinhão. Cada elemento interno da *companha* ingressava na sociedade contribuindo para o seu crescimento

¹⁶⁴ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 62 a 70 v. [20/Ago/1813]

¹⁶⁵ Expressão usada nas escrituras de sociedade (contratos) quando se refere ao controlo e pagamento da dívida da parte dos sócios da companha;

¹⁶⁶ Cláusula presente em todos os contratos (escrituras de sociedade) dada a sua importância. Excepto nas escrituras de obrigação de sociedade. Nestas é apenas citada a existência de um documento principal - a Escritura de sociedade - que contém todas as cláusulas às quais os sócios ingressantes elencados nas escrituras de obrigação de sociedade devem ser obedientes e ter conhecimento das mesmas.

¹⁶⁷ Das fontes consultadas, não existe dado algum que possa indicar esta sequência encadeada de operações. Por observação empírica e pessoal é possível traçar a rotina relatada. Como prova da dita rotina marítima existe uma produção/documentário dos anos 50 da alçada da RTP. A descrição baseia-se nesta fonte, ainda que não figure a lista de fontes consultadas, e na observação pessoal.

material, isto é, levava consigo aquilo a que os contratos denominam de apetrechos – barco, redes, cordas, palheiro¹⁶⁸ e outros aparelhos. Os materiais foram mais tarde adicionados à riqueza da *companha* por meio da cláusula¹⁶⁹ que lhe diz respeito a fim de serem integrados no “fundo social” da sociedade. Tal como consta do documento do Livro 4, do fundo notarial do Arquivo da Universidade de Coimbra - “*que isto fique sendo hum fundo social de todo o corpo moral desta sociedade sem devisao por interesse particular de qualquer socio demitido ou expulso desta sociedade...(..) o que so tera logar quando pello correr dos tempos e devenha a desmembrar...serao entao avaliados os aparelhos por todos os socios que a esse passo ouverem repartindo esse o seu produto depois de vendido pro rata...(..) ficando obrigados a pagar a divida a esse tempo existente da mesma companha..*”¹⁷⁰.

As *companhas*, de pendor económico e orientadas para o lucro equilibrado com o prejuízo possível, não se propõem, na sua base, à prática da assistência social, porém definem alguns pressupostos relevantes. O agregado familiar de uma família de pescadores inclui a figura paternal, a maternal e os filhos. No seio da constituição familiar tradicional, o cabeça de casal trabalha empregado numa *companha* e, pelo condicionamento das características das espécies e do seu ecossistema, desloca-se com frequência na companhia dos sócios¹⁷¹. A sazonalidade da actividade define ritmos prolongados de ausência e presença no meio familiar. O cabeça de casal é o garante da sustentabilidade económica dos membros do referido núcleo e, no caso da sua falta¹⁷², a *companha* reconhece o dano psicológico e económico e acciona uma espécie de apoio

¹⁶⁸ Este último é encarado como uma despesa geral da sociedade haliêutica e consta na lista de despesas a par das mulheres e do sal. Vd. Fonte: *Despeza feita na cobrança da dizima do pescado fresco, na costa do mar de Mira em os primeiros seis mezes, deste corrente anno de 1820*. AN/TT,Fundo Casa das Rainhas,1820,Liv.3,Maço 21,Cx.83,fls..7 a 9. Anexo G

¹⁶⁹ A cláusula em causa surge pela primeira vez num documento de 1813 e invoca o bem comum e o usufruto a longo prazo de que os pescadores podem ter acesso enquanto *quinhoeiros* e obrantes fiéis na sua sociedade. Incluída já nas escrituras de 1813 e copiada para os registos camarários. “...*vontade que de hoje em diante para sempre mos senão de vida ___e num seja divisível toda as___de alhos redes barcos e aparelhos necessários para a pesca e arranjo da mesma e que isto fique sendo hum fundo social de todo corpo moral desta sociedade piscatória...*” AMM, Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas Régios/Fls. 64 v.

¹⁷⁰ AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.4,fls.62 a 70v.[20/Agosto/1813]

¹⁷¹ Ideia veiculada pela percepção dos espaços onde as sociedades exercem a actividade que podem ir desde o Douro, onde pagam o imposto à Casa de Bragança, ao Tejo como está referido numa escritura do AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.8,fls.58v. a 60 v. [23/Novembro/1824] “..*como verdadeiros quinhoeiros, e socios pescadores de profição, matriculados, no Juizo da Matricula pescatoria da Serenissima Casa de Bragança*”

¹⁷² por morte ou por ausência (por questões laborais)

social circunstancial à família¹⁷³. Em grande parte dos contratos, consta a denominada *caldeirada* a que todos os membros tinham direito, quando era possível proceder a esta divisão em géneros, incluindo as viúvas. Da mesma forma, os filhos de sócios antigos/defuntos são empregados na *companha* recebendo o equivalente ao seu trabalho, e, no caso da sua menoridade, os pais responsabilizam-se pela sua conduta e préstimo laboral. No caso da menoridade dos filhos, cabe às viúvas uma fatia estipulada por acerto pela *companha*. É necessário ter em conta que aos 14 anos os jovens eram encarados como possíveis fontes de trabalho e rendimento¹⁷⁴. Se se empregassem em idade inferior à considerada maioridade era necessário a presença de uma figura parental/tutorial e o seu préstimo seria canalizado para operações consideradas de “segunda categoria”¹⁷⁵.

É frequente a referência aos sócios defuntos, antigos membros da *companha*, e aos seus filhos que seguem a profissão dos pais tornando-se a trave-mestra de uma micro economia familiar. Esta referência está patente em grande parte dos contratos, do Fundo Notarial do Arquivo da Universidade de Coimbra, tendo em conta que consta da actividade da *companha* e pretende-se que fique registado. É possível considerar a *companha* como uma “empresa” de cariz familiar, constituída por elementos que mantém laços pessoais acima dos profissionais, e que persiste em dar continuidade ao seu trabalho dada a hereditariedade da ocupação.

Esta *perpétua unidade produtiva*, como lhe chama Inês Amorim¹⁷⁶, disponibiliza mão-de-obra e a possibilidade de se aceder aos meios de produção. Esta estrutura entende-se com uma dinâmica familiar patente na divisão do trabalho - a prestação laboral feminina assume aqui uma extrema importância. A documentação analisada pouco ou nada refere o papel do agregado familiar na dura e longa tarefa da actividade. Os contratos, respeitantes de um modelo pré-estipulado, não integram a mulher na equação laboral da *companha* mas associam-na como traço umbilical aos seus filhos, filhos dos pescadores, menores, como um reforço em algumas fases dos trabalhos, acrescentando - “*poderem livremente aprenderem esta Arte piscatória como filhos de*

¹⁷³ Para além da referida caldeirada, as viúvas têm direito a uma parte estipulada em escritura.

¹⁷⁴ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54 v. a 60 v. [15/Julho/1823]

¹⁷⁵ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 10v. a 16v. [11/Janeiro/1822] Os menores ficam sujeitos aos percalços dos trabalhos mais pesados até atingirem a idade de poderem contribuir com prontidão para a sociedade

¹⁷⁶ MADUREIRA, Nuno Luís, coord. - História do Trabalho e das Ocupações, Vol. II As pescas. Org. Inês Amorim. Lisboa: Celta Editora, 2001. 261 p. ISBN: 972-774-127-4, p. 19

legítimos pescadores socios antigos desta mesma Arte de Mar e Rios e poderem gozar todos os privilegios, liberdades, e inzenções concedidas por El-Rey Nosso Senhor aos verdadeiros pescadores...”¹⁷⁷

As tarefas das comunidades marítimas não se pautam somente pela ida ao mar e consequente venda de peixe no mercado. A organização das funções a desempenhar tanto pelos pescadores como pelos membros do núcleo familiar confere um papel importante à mulher considerando-a um elemento que garante a descendência e cuida dos interesses domésticos da família. Importa referir o seu papel da dinamização dos mercados e na criação de circuitos locais. Uma parte do produto é colocado no mercado onde está sujeito à cobrança tributária, e outra parte é distribuída pelos elementos da sociedade para auto-consumo – a denominada caldeirada a que todos os elementos têm direito. Sem explorarmos este filão, poderemos, contudo, assinalar no rol de Despesas da Casa da Rainha, acerca da recolha do dízimo do pescado fresco e seco da Vila de Mira, a par dos géneros e da habitação, a mulher figura como um custo a somar aos restantes que a *companha* reconhece de forma a equilibrar os lucros e os gastos.¹⁷⁸

¹⁷⁷ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54 v. a 60 v. [15/Julho/1823]

¹⁷⁸ AN/TT/Fundo Casa das Rainhas, 1820, Liv. 3, Maço 21, Cx. 83, fls. 7 a 9 - *Despeza feita na cobrança da dizima do pescado fresco, na costa do mar de Mira, em os primeiros seis mezes deste corrente anno de 1820*

4.2 Conflitos ou coalescência?

Em todos os âmbitos laborais nos quais se relacionam os homens, crescem laços fraternais a par das rivalidades circunstanciais ou pessoais, se trazidas de questiúnculas passadas. No mundo do trabalho marítimo essa realidade é diferente? A historiografia conhecida (vide ponto 2.1) aponta-nos para uma omissão ou subentendendo das verdadeiras razões das chamadas “zaragatas”, como os pescadores da costa de Mira, hoje, quando interrogados, ainda lhe chamam mas tendendo minimizá-las.

A reflexão já feita permite-nos inferir das várias razões que podem conduzir a um estado conflituoso num espaço costeiro – competição no mar, competição no mercado para o escoamento do produto, rivalidade pessoal e laboral entre os elementos da mesma *companha* por várias razões – remunerações, desobediência, mau rendimento laboral advindo do mau préstimo individual; entre *companhas* – competição pelos lanços, pelo espaço de mar, pelos mercados, diferença nas remunerações.

É pertinente colocar paralelamente o mundo exterior à actividade como uma realidade a ponderar, tendo em conta as limitações e condicionalismos a que o exercício da actividade está cercado. Tanto da parte da tutela real como das casas senhoriais, nas quais os sucessivos monarcas delegam poderes de administração política e económica, esta última visível nas práticas tributárias, sentem-se restrições que podem interferir no bom desempenho da actividade¹⁷⁹. As tutelas chamam a si os direitos inerentes à posse de determinado espaço, exigindo a contribuição da actividade piscatória (e da prática agrícola) para suportar os gastos da manutenção das casas senhoriais. A exigida tributação, nas anunciadas modalidades, em medidas definidas e/ou estipulada por vidas, dependendo do contrato, é também um símbolo que os que tutelam querem perpetuar perante os que se ocupam da exploração a qualquer nível ou em qualquer domínio, seja agrícola ou piscícola.

Em suma, os conflitos podem advir de uma situação provocada pela confrontação externa e/ou interna. Urge, portanto, entender e elencar as situações, as

¹⁷⁹ As entradas do Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios do Arquivo Municipal de Mira dão conta de uma série de pedidos de reconhecimento de privilégios e de mercês da parte dos pescadores de forma a evitar o seu destacamento para o serviço militar, que é um dos males apontados para o decréscimo da actividade na costa de Mira.

suas razões, os intervenientes, as causas internas e externas na órbita dos conflitos em comunidades de agricultores-pescadores com olhos postos no mar, conhecedores dos ciclos agrícolas e dos ecossistemas marítimos.

Os primeiros conflitos a referir são os externos – os que se iniciam com imposições revestidas por uma roupagem decretal e emitidos pelo poder central ou local – encetados pela falta de cumprimento de uma lei ou decreto que recaia sob as rotinas da actividade marítima e impeça a sua continuidade. É frequente encontrar-se documentos (fontes primárias, de carácter fiscal e militar) que dão conta da pesada cobrança tributária a que os pescadores estão sujeitos e os seus protestos em relação à situação em que se encontram e às várias situações para as quais são chamados. O recrutamento militar é uma realidade ditada pelas circunstâncias políticas internas e/ou externas e as relações diplomáticas e para o fazer é necessário ter conhecimento da número efectivo da população apta. Sabe-se de um grande número de pedidos de reconhecimento dos privilégios e ratificação dos mesmos concedidos pelos monarcas dos pescadores da costa de Mira. Num período como o das Invasões¹⁸⁰, também os pescadores eram recrutados para defender o País da ameaça francesa. Vários eram os motivos dados como justificação para ser agraciado com a dispensa ao serviço militar e posterior recrutamento. Sente-se por todo o País um clima de insegurança, medo e fuga ao destacamento, e os pescadores não são excepção. Invocando antigos privilégios que querem ver ratificados pelos novos monarcas, argumentando o pesado pagamento da dízima do pescado e até de uma nova dízima que os deveria dispensar do recrutamento, os pescadores tentam mostrar que o recrutamento não favorece a economia e, por acréscimo, o País.

Com efeito, num documento datado de Fevereiro de 1791¹⁸¹, a primeira entrada do Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios depositado no Arquivo Municipal de Mira, os pescadores pedem o fim das perseguições movidas contra eles a fim de serem recrutados e conseguem garantir a mercê da parte do Governador das Justiças. Mais pedem que os privilégios que os assistem sejam cumpridos e a sua prática seja posta sob observância. Mostram-se relutantes quanto ao serviço militar e argumentam que a condição exclusiva que lhes reserva a profissão de pescador advém

¹⁸⁰ Realidade retratada acerca das invasões francesas e da instabilidade territorial e económica. Vd. NETO, Margarida Sobral - *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*. Viseu: Palimage Editores, 1997.(IHES, BGUC). p.451. ISBN: 972-97-292-04. Cap.V, p.335

¹⁸¹ AMM, Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios, fls.2 a 8

da verdadeira utilidade que a actividade tem para o país – servindo-o e garantindo a nutrição de todos os seus defensores. Acrescentam também que esta regalia, relativa à dispensa dos serviço militar, estende-se aos seus filhos, sendo eles pescadores também. Não temos informações se houve ou não fugas ou negociações em trono desta isenção. Para a costa de Ovar tal ocorreu¹⁸², o que poderá ter-se repetido noutros lugares.

Num outro documento, relativo a um processo encetado pelos pescadores¹⁸³, dá conta da situação laboral deplorável em que se encontravam os pescadores, relatada pelos contratadores das Rendas do pescado fresco e seco. Segundo estes, os pescadores e lavradores foram destacados para a defesa do país face aos franceses e ficaram a fazer falta ao equilíbrio económico do núcleo familiar. Este destacamento interrompeu as sementeiras e perturbou a malha tributária envolvente da qual os lavradores estão integrados como contribuintes. No que dizia respeito à pesca, os companheiros viram os seus barcos empregues na empresa militar para a defesa do país e as artes paradas pois não tinham linho para o fabrico de redes. As praças onde o pescado era comercializado foram afectadas pelas movimentações militares e pela insegurança populacional. Perante tal prejuízo, decretara-se a obrigatória resposta ao recrutamento durante dois meses para a zona a sul do Vouga, de forma a pacificar a zona em que os intervenientes habitavam, evitando o medo, a fuga e posterior abandono das duas actividades preponderantes no pagamento dos impostos. Os suplicantes, assim declarados e denominados, pedem que seja reconsiderado o valor cobrado na tributação tendo em conta que os rendimentos da actividade foram comandados por factores externos à vontade dos pescadores. O seu esforço, afinal, não tem peso na equação de uma economia tradicional de subsistência, como é o caso, quando esta não provém só da vontade e cumprimento da parte do trabalhador, mas é o resultado da envolvência geográfica, climatérica, política.

Perante a incerteza da actividade, a cobrança do imposto era estipulada sob forma de uma percentagem aplicada aos frutos da actividade de cada ano. As fontes dão

¹⁸² Vd. AMORIM, Inês - Relações de trabalho e Gestão Pesqueira nos sécs. XVIII e XIX - a costa de Aveiro. Revista de História Económica e Social. Lisboa: Âncora editora. ISSN 08706077. 2ª Série, nº 2 (2001) pp. 75-120

¹⁸³ Processo recolhido no AN/TT,UI-NT 419,Cx.268,[s/ indicação dos fólios] – dá conta de um processo datado de 1816, tratado pelo Conselho da Fazenda e Estado a pedido dos pescadores que se sentiam injustiçados pela situação em que se encontram devido às várias consequências das invasões francesas que provocaram um quebra na economia e provocaram o pânico causando a devastação e misérias nas zonas por onde passaram.

conta de um número de imposições tributárias ¹⁸⁴estabelecidas em desfavor dos pescadores¹⁸⁵, mas como forma de os isentar de algumas situações às quais qualquer indivíduo teria de responder em caso de ameaça interna e/ou externa. A isenção como forma de conceder mercê é muito comum nas petições e súplicas encetadas por pescadores. A condição de privilegiado estendia-se aos filhos dos pescadores que seguiam a ocupação profissional dos seus pais.¹⁸⁶ Este chamado privilégio era tributado¹⁸⁷, facto que causava um leve atrito entre os pescadores e os responsáveis pela recolha e arrematação do dízimo do pescado, dada a incerteza de cada safra, como vimos. A relação entre os sócios das *companhas* e o poder local e central era meramente burocrática, gerando por uma tensão silenciosa.

De notar que já neste período, num documento de 1809¹⁸⁸, os pescadores tinham noção do seu contributo no núcleo familiar, comunitário e até nacional, de tal maneira que faziam desta dimensão um argumento para a concessão da mercê que propunham em carta de súplica.

Internamente, não existem conflitos que possam ser denunciados a “olho nu”. O que existe são indícios passíveis de uma análise mais atenta. Pareceu-nos, assim, importante sintetizar informação contida, de forma a suportar as reflexões que se seguirão.

¹⁸⁴ Resumidas no Anexo G, 3ª entrada

¹⁸⁶ AMM, Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios, fls. 2 a 8 [31/Dezembro/1789]

¹⁸⁷ AMM, Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios, fls. 8 a 9 (l.13) – Entrada de uma carta que decreta o pagamento da dízima de todo o pescado do mar e rios, mesmo nos locais onde haja tributação imposta por senhores ou por ordens – a dízima imposta: um quinto do pescado.

¹⁸⁸ AMM, Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios, fl.13. Atendendo à situação económica do país provocada pelas invasões francesas e a necessidade de colocar homens a defender o país, os pescadores argumentam contra o recrutamento forçado e queixam-se da atitude das Milícias das Ordenanças.

Tabela nº10 - Reprodução das cláusulas presentes nas escrituras de sociedade piscatória

<u>Cláusulas</u>	4/16 a	4/51 a 58	4/62 a 70	4/70 a	5/75 a 77	7/4 a 10	7/10 a 16	7/28 a 30	7/31 a 32	7/54 a 60	8/58 a 60	9/5 a 7
1. Conservação do nome e título e governação pelo Procurador, Arrais e Escrivão (categorias)	x	x	x	x	-	x	x	-	-	x	-	-
Sobre a convivência entre os companheiros e os chefes												
2. Obediência e respeito dos sócios em relação às figuras da governação; nomeação destes	x	x	x	x	-	x	x	-	-	x	-	-
Sobre as penas e multas, faltas e partilhas												
2.1 Todo o sócio que descompuser ou injuriar será multado em 500, 1000 réis ou expulso pelo terceiro desacato	x	x	x	x	-	x	x	-	-	x	-	-
2.2 A expulsão compromete igualmente o pagamento de uma parte da dívida da companhia, sem avaliação dos apetrechos da actividade	x	x	x	x	-		x	-	-	x	-	-
2.3 As penas serão apontadas no Livro da Companhia para serem cobradas no Acto das partilhas – (cobradas a 100 reis cada uma)	x	x	-	-	-	x	x	-	-	x	-	-
3. Caso a companhia se desfça, procede-se à venda dos materiais saldando primeiro a dívida da companhia e depois repartindo os lucros	x	x	x	x	-	x	x	-	-	x	-	-
4. O quinhão de cada sócio que se desligue/for expulso da companhia passa a integrar o fundo (social) estável da mesma	-	x	x	x	-	x	x	-	-	x	-	-
5. Todo o que estiver em terra, dentro do termo da vila, e não comparecer à pesca cometendo 15 faltas desde 24/Junho é expulso e paga as condenações de que é acusado (cada uma 100 reis) e é obrigado a pagar a sua parte da dívida	x	x	x	x	-	x	-	-	-	x	-	-
5.1. O mesmo se entende se não der homem por si e faltar durante os seis meses a partir do dia taxado (24/Junho)	x	x	x	x	-	x	x	-	-	x	-	-

[illegible]

12.2. Apesar de a mesma viúva, sem filhos que possam integrar a companhia, fique excluída da sociedade	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. Somente os sócios citados na presente escritura são considerados parte integrante da sociedade	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14. Referência aos privilégios, isenções para “trabalharem livremente”, e percalços	-	-	X	-	X	-	-	X	X	-	-	X
15. Cumprimento de todas as cláusulas	-	-	X	-	-	-	-	X	X	-	X	X

A repetição de cláusulas sobre as coimas que recaiam sob os actos de desobediência e desacato à autoridade dos cabeças de governança é um dado constante e verificado ao longo dos doze documentos contratuais. A desobediência abrange todo o tipo de actos, segundo as escrituras – *sem descomporem, injuriarem, ou maltratarem seus companheiros, (...) os cabeças de governança, quando na pesca andarem, ou fora della., ou lhes desobedecer* ¹⁸⁹; *couzas de abuzos sempre intruduzidos nestas corporaçõens pello desmazello e omissão de alguns cabessas da governança..* ¹⁹⁰.

Por outro lado, as escrituras revelam a possibilidade de pequenos bloqueios pessoais no seio das sociedades – “...*todos os mais socios, cada hum per si, obdesserão, com todo o respeito, prontidão, no que elles lhes mandarem fazer, para governo, e bem comum de todos, e interesse geral da mesma companhia, sem que socio algum tenha ou possa ter vós activa ou passiva contra qualquer do governo, e todo aquele socio que descompozer, ou injuriar de palavras e lhe for dezobediente...*”¹⁹¹, “*Todo aquelle socio, que se desavier ou bulhar com outro companheiro, o primeiro que agredir será logo condemnado, perante a companhia, ou parte della, pello Procurador geral..*”¹⁹².

As duas transcrições transmitem a noção de quebra da harmonia laboral e pessoal entre os companheiros e rebelião, ou pelo menos resistência, à autoridade dos “cabessas da governança”, Arrais, Procurador e Escrivão.

¹⁸⁹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.62 a 70 v. [20/Agosto/1813]

¹⁹⁰ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.70 v. a 79 [25/Agosto/1813]

¹⁹¹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.16 a 22 [23/Julho/1812]

¹⁹² AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.51 a 58 [9/Agosto/1813]

Subentende-se o incumprimento das cláusulas¹⁹³ e/ou o desrespeito pelo Arrais e Procurador. Como pena dissuasora os companheiros comprometiam-se ao pagamento de uma quantia estipulada nos contratos e sujeita a alterações tendo em conta o número de infracções cometidas por cada elemento¹⁹⁴. À primeira infracção a pena lançada é de quinhentos réis, à segunda falta duplica e à terceira dá lugar à expulsão e à perda do interesse/quinhão – barco, palheiro, redes e aparelhos - e de todo o rendimento que tiver amalhado até à data da expulsão.

As penas tanto por desentendimento como por ausência nas lides laborais eram pesadas e controladas pelo Procurador e o Escrivão da mesma sociedade, por meio do seu registo no Livro da *Companha*¹⁹⁵. Nas Escrituras de Sociedade e de Ratificação de Sociedade estão patentes alguns dos comportamentos considerados nocivos e reprimidos pelos “cabeças de governação” – o ócio sem justificação, a atitude conflituosa, a desobediência, a provocação do desacato. As cláusulas abrem a possibilidade de se cometerem faltas – num total de quinze em cada safra¹⁹⁶, a partir de 24 de Junho até ao final do ano corrente. No entanto, ultrapassados os limites impostos¹⁹⁷ e sem propor alguém que o substitua nas lides da sociedade (o que significa ser este um direito adquirido, o da substituição pessoal), é ditada a expulsão a par das condenações e multas associadas¹⁹⁸ e o pagamento da parte da dívida que cabe a cada companheiro.

As cláusulas explicitam em quem recai a culpa em caso de desentendimento, *“socio, que se __a bulhar com outro companheiro, o primeiro que agredir sera logo*

¹⁹³ Todas as que digam respeito ao controlo de comportamentos, posturas, préstimo laboral, respeito pelos responsáveis da sociedade, contributos de cada elementos para a companha, pagamento das despesas da sociedade contraídas pelo Procurador, cumprimento das ordens dos chefes da governação, ausência justificada e substituição atempada de um companheiro por outro, a rectidão e justiça praticada nos negócios.

¹⁹⁴ Em cada um dos doze contratos estão enumeradas as quantias a pagar por cada infracção, a primeira é cotada com 500 réis, a segunda com o dobro, e à terceira infracção o companheiro é expulso da sociedade perdendo os valores, AUC,Liv.4,Mira, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]

¹⁹⁵ AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.4, fls.16 a 22 [23/Julho/1812] C. dos Novos; AUC, Fundo Notarial, Mira,Liv.7, fls. 4 a 10 v. [11/Janeiro/1822] – C. dos Velhos; AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.7, fls. 10v. a 16v.[14/Janeiro/1822] - C. dos Novos; AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.7, fls.54v.a 60 v. [15/Julho/1823] – C. dos Cações; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls.51 a 58 [9/Agosto/1813] - C. dos Novos; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.4, fls.62 a 70 v. [20/Agosto/1813] - C. dos Ratos; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 70 v. a 79v.[25/Agosto/1813]- C. dos Cações;

¹⁹⁶ “dentro desta vila e termo e fizer quinze faltas sussisivas...”-AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.7, fls. 10v. a 16 v. [14/Janeiro/1822]

¹⁹⁷ Seis meses estipulados como limite - AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv.7, fls.10v. a 16v. [14/Janeiro/1822]

¹⁹⁸ Cada infracção é cobrada em cem réis - AUC, Fundo Notarial,Mira,Liv.7, fls.10v. a 16v. [14/Janeiro/1822]

*condenado perante a companha ou parte della pello Procurador geral da mesma...” data?*¹⁹⁹

Ao fundamentar a necessidade de bom ambiente e paz no âmbito da sociedade, argumenta-se que “*entre esta sociedade pescatória reine huma perfeita páz e boa armonia social como verdadeiros irmãos sociaes, que exige dos bons Portugueses...*”²⁰⁰

O registo no *Livro da Companha*²⁰¹ serve os intuitos burocráticos orientados pelo Procurador e o Escrivão, contando que quando for a altura de realizar o *Acto das partilhas*, em caso de decomposição da sociedade, a multa pelos desacatos é debitada do quinhão de interesse do companheiro multado.

A ausência laboral é superada a breve prazo se o companheiro indicar alguém que o substitua. No caso de desistência, o companheiro comunica a sua opção e deixa de constar das escrituras, assim como se compromete a pagar a sua parte da dívida da sociedade.

Ao longo das sucessivas entradas a ideia da obediência e respeito pelos companheiros e pelas cabeças de governança é constante, desde o início de cada escritura e mesmo depois da enunciação de uma grande parte das cláusulas. “*e se obrigação todos elles outorgantes obdeser lhe em todos os seus mandados em todo o trabalho, e arranjo da pesca e todo aquelle companheiro que lhe faltar ao respeito e desobedesser e não for pronto a fazer o que elle lhe ordenar (...)ficará sujeito ás mesmas pennas, e multa...*”²⁰²

As escrituras não mencionam as causas da má harmonia, da tensão e do conflito, apenas “decretam” as penas aplicadas em caso de conflito. Não abrangem os conflitos externos à companha, pois tudo o que diga respeito aos assuntos externos à companha não são sequer mencionados nas referidas escrituras. Como já foi referido, a competição pelo espaço de mar e pelos mercados para o escoamento do produto pode dar lugar a acesos desentendimentos, no exterior da sociedade, que se repercutem na relação

¹⁹⁹ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 10v. a 16v. [14/Janeiro/1822] O companheiro considerado culpado paga – “*quinhentos réis, e todas as condenações que se fizerem serao logo escriptos no Livro da Companha pello Escrivão da mesma de baixo do socio multado..*”

²⁰⁰ AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 10 v. a 16 v. [14/Janeiro/1822]

²⁰¹ Referido nas seguintes Escrituras de Sociedade e Ratificação de Sociedade: AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 16 a 22 [23/Julho/1812]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 51 a 58 [9/Agosto/1813]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 62 a 70 v. [20/Agosto/1813]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 4, fls. 70 v. a 79 [25/Agosto/1813]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 4 a 10v. [11/Janeiro/1822]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 10v. a 16v. [14/Janeiro/1822]; AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 54v. a 60 v. [15/Julho/1823].

²⁰² AUC, Fundo Notarial, Mira, Liv. 7, fls. 10 v. a 16 v. (fl. 15) [15/Julho/1823]

peçoal dos companheiros de diferentes sociedades. Porém, nos mesmos “Instrumentos públicos” são inúmeras as referências à boa harmonia, paz e boa relação entre os sócios da companhia. Em todos os documentos não há uma única referência à transposição destas práticas de boa convivência para o exterior da sociedade.

Na prática, o lançamento das redes à hora estipulada, por acordo oral, ao nascer do sol, pode ser motivo de conflito se uma companhia de adiantar em relação a outra e antes do nascer do sol estiver já no mar. Para além de não ser uma atitude honesta, pode afastar o peixe que rapidamente se desloca para outras paragens. A atitude de cada companhia em relação à prática da actividade e a forma como age no mundo do trabalho determina o clima das relações laborais e até pessoais. O mesmo acontece quando duas companhias partem para o mar. Trata-se de um meio de constante aprendizagem num mundo de trabalho que pode não surtir os lucros esperados. A actividade está sujeita às condições climatéricas, aos comportamentos das marés, ao crescimento das espécies e ao espaço disponível para o exercício da actividade. E a vontade humana anda ao sabor destes condicionalismos.

Mas se estas práticas foram detectadas para a costa de Ovar, nesta nada transparece. Inês Amorim reflectiu, com base nos dados que encontrou para a costa do Furadouro, acerca destas mesmas questões. A autora concluiu que a regulamentação produzida incidia sob a organização das *companhas* tendo em conta a função e autoridade conferidas ao arrais que era responsável pela gestão da sociedade e fidelização dos pescadores à *companha* em que estão inscritos; a partilha dos recursos marítimos partindo da administração da costa discutindo algumas “recomendações” e “restringindo”²⁰³ certas práticas. Mais adianta que os documentos normativos são apontados como bons indicadores do aumento das dimensões das artes ou do reforço do número de elementos das *companhas*. Este último dado pode justificar-se pela autoridade e bom desempenho do arrais, tal como fora dito, ou pela regulamentação promulgada durante os primeiros anos do século XIX e que culminará na lei de 1830²⁰⁴. No caso em estudo a figura do Arrais assume alguma importância, mas não se sobrepõe à do Procurador que é responsável pelo funcionamento financeiro e orgânico da

²⁰³ Expressões usadas por Inês Amorim quando se refere à regulamentação de 1755 que discutia a delimitação dos espaços de pesca e a definição das horas de apropriação dos mesmos espaços de forma a evitar o conflito. In AMORIM, Inês -*Relações de Trabalho e Gestão pesqueira nos séculos XVIII e XIX- A pesca da xávega na praia do Furadouro - Costa de Aveiro*. o.c. p. 103

²⁰⁴ A lei de 6 de Novembro de 1830 institui a matrícula dos pescadores numa sociedade de pesca, corporações de trabalho que se auto regulam e os elementos que a integram para elas contribuem com uma quota

companha. Os documentos normativos não dão indicações acerca das artes usadas ficando-se apenas pela enumeração dos apetrechos de que a companhia precisava para o exercício da sua actividade. Permite sim, a leitura do aumento do número de sócios inscritos na companhia para o período proposto apontando tal como resposta ao forçado recrutamento militar ao qual só os pescadores inscritos se ilibavam ou o cumprimento exaustivo da lei de 6 de Novembro de 1802 com todas as regalias características da liberdade económica decretada. Sabe-se que para a mesma costa as fontes “falam” de confrontos nas expressões “levantar madeira” e na cláusula que remete para a seguinte prática – “*não ponhão barcos a fatixa de hum dia para oitro no mar para Ter preferencia no lanço das redes*”.²⁰⁵ A referida situação não se verifica na costa de Mira, e, para o caso de ocorrer, não consta das escrituras de sociedade como exemplo de uma causa que pode dar origem a um conflito.

Enfim, deduz-se que a ocorrência de desacatos no seio da *companha* tenha levado ao estabelecimento de regras de comportamento, assim como às pesadas penalizações presentes nos contratos.

Deste modo, é possível afirmar que existem conflitos e que estes podem conduzir à expulsão de elementos, ao pagamento de indemnizações à direcção da *companha* e ao estabelecimento de regras de convivência laboral ou, na sua existência, ao fortalecimento das prerrogativas já existentes. É pela linguagem repetida e repetida que nos parece haver um sentido constante de vigilância, num espaço de pesca que nos parece estar em construção. Efectivamente, sublinhe-se, no seio das companhias, por escritura, exortava-se à coexistência, ao respeito, à obediência e à harmonia entre companheiros e destes com os “cabeças da governação”. É provável que as medidas e penas assinaladas nas mesmas escrituras sirvam apenas de medida dissuasora perante possíveis momentos de tensão perante determinada situação que podiam prejudicar a sociedade ou o desempenho de um ou mais elementos, de forma directa ou indirecta.

Evidencia-se, aos nossos olhos, que quer o zelo quer a severidade com que a questão das relações pessoais e profissionais é tratada revela sempre uma outra preocupação – a do rendimento da sociedade. As escrituras de sociedade dão ênfase às questões da convivialidade e da equação lucro/gasto tendo em conta que se trata de

²⁰⁵ IP, Correspondência, maço 250, Cx. 416 [1815, ponto 2]. Vd. AMORIM, Inês - Relações de trabalho e Gestão Pesqueira nos sécs. XVIII e XIX - a costa de Aveiro. Revista de História Económica e Social. Lisboa: Âncora editora. ISSN 08706077. 2ª Série, nº 2 (2001) pp. 75-120

constelações de pendor económico, uma parte integrante de um alargado cosmos laboral.

5. Conclusão final – as questões em aberto

No término da investigação é imprescindível rever os passos ditados pela pesquisa e os resultados obtidos de forma a perceber as lacunas, as “conquistas” e as portas que a investigação permitiu abrir.

As leituras realizadas, tanto de teor geral como particular, permitiram a aproximação e um possível aprofundamento de conhecimentos em relação à actividade aqui retratada. A abordagem macro: o estudo do litoral, as transformações morfológicas da costa, as condições geradas pela posição nacional em termos geográficos, as características e comportamento da flora em regiões junto à costa, o aproveitamento dos recursos e a domesticação do inóspito e árido, foi uma meta conseguida através das abordagens historiográficas e literárias. O segundo ponto para a aproximação à realidade em estudo prende-se ainda com a análise abrangente dos aspectos económicos e sociais dos espaços litorâneos. Estes aspectos focam-se na constituição social e a questão da empregabilidade em comunidades marítimas, as principais actividades económicas, a adaptação do exercício da actividade aos espaços, a exploração e rentabilização de outros recursos.

Contudo, o tema debatido, ao longo de toda a pesquisa, não colhe grandes vantagens por se propor a tratar uma realidade difícil de verificar dada a “fuga” voluntária de parte destas comunidades às práticas burocráticas da escrita. Trata-se de um espaço e de uma comunidade que se rege pela oralidade e a ausência da escrita estende-se ao meio profissional. O registo é uma prática verificável no caso da formação de sociedades, da cobrança de impostos e outros actos relacionados com o movimento de capitais. A tradição oral é uma peculiaridade que se verifica na ausência de fontes. As que foram devidamente localizadas e analisadas são lavradas pelo poder local/central e por exigência do meio laboral.

Transposta a barreira da (quase) ausência de fontes, e cruzando as existentes com dados recolhidos, é possível alcançar algumas conclusões e levantar muitas hipóteses que abrem a oportunidade para novos estudos. É um tema aberto, em constante e possível reformulação perante a informação disponível.

Na abertura do presente trabalho colocaram-se algumas problemáticas como fio condutor da pesquisa. No presente ponto é possível responder às mesmas com o auxílio da documentação compulsada no Arquivo da Universidade de Coimbra, as questões em

torno da constituição da companhia – funcionamento, ritmos de trabalho, elementos e funções, a definição da hierarquia laboral pelo poder económico dos elementos que compõem as companhias, a influência das relações pessoais no desempenho profissional. As mesmas sociedades “vão ao notário” num período de tempo estipulado ou mesmo quando têm necessidade de registar um novo evento que tenha ocorrido no seio da *companha*. Os contratos de sociedades de pesca estendem-se ao longo dos anos e acompanham os ritmos das alterações/disposições legais em relação à actividade. No mesmo arquivo (AUC), no período cronológico abordado, não existem cartas de perdão entre pescadores com o objectivo de sanar desentendimentos. O que estranha, dadas as ocorrências noutros pontos da costa portuguesa, mais a norte. Estamos perante uma actividade em organização e crescimento, fortemente controlada, antecipando conflitos. É verdade que, no que diz respeito às escrituras, não se regista alguma evolução de decisões e regulamentações, tendo em conta a época do ano em que são lavradas nem a longo prazo. Quando comparadas, as escrituras de 1812 com as de 1824, a estrutura e conteúdos não são alterados. Mas poderemos colocar algumas hipóteses: a quantidade de pescadores é significativa, de pesca de rio como de mar. Os lugares de maior fixação foram localizados, mas as hierarquias estão a alterar-se, o que poderá supor essa aproximação ao mar, pelo menos nestes primeiros 30 anos. Parece-nos ser de afirmar, respondendo a uma das questões iniciais, que a legislação, a lei de 1802, permitiu o crescimento do número de pescadores, reflectindo o crescimento substancial das sociedades de pesca. Mas não será despropósito associar ao contexto da altura, como uma estratégia de fuga ao recrutamento militar vivido nos anos que se seguem à primeira invasão francesa, porque os privilégios de isenção foram, repetidamente, invocados.

A estrutura de cada sociedade foi reconhecida. A hierarquia laboral é definida pelos trabalhos que cada elemento desenvolve no seio da sociedade. O Procurador, o Escrivão e Arrais são eleitos pelo corpo da companhia e quando nela ingressam as suas capacidades são postas à prova na gestão financeira e dos trabalhos do mar. Contudo não foi permitido perceber se existe algum pré-requisito para desempenhar tais funções. Apurou-se ainda que o contributo (quinhão) não define a hierarquia pois esta está definida *a priori*. As escrituras permitiram saber que existe mobilidade profissional, mas a mesma está limitada por diferentes cláusulas.

Neste particular parece-nos possível detectar um indicador de que a pesca seria um factor de agregação e criação de redes comunitárias. Efectivamente, as relações de parentesco parecem vigorar, como quantificámos, mas igualmente foram estabelecidas cláusulas que permitem os filhos de viúvas de pescadores assegurarem a sua sobrevivência, dando o seu corpo, tendo assegurado a integração. Também a ausência dum pescador poderia ser substituída por alguém que ele nomeasse, da sua confiança. Este princípio seria tão importante que as penas e as infracções acenam com a perda deste direito sempre que uma falta fosse cometida.

A problemática que explora a resolução dos conflitos e os seus meios não obtém uma resposta directa e concisa visto que não existem dados nem fontes que permitam entender os mecanismos de resolução mesmo que esta não passe por uma instância judicial. No entanto, apurou-se que no seio da companhia a resolução formula-se da seguinte forma - todos os percalços causados por um sócio ao outro são custeados pelo primeiro que provoca o desacato. A cooperação é “trabalhada” por esta via, o conflito é neutralizado à partida. Desta forma, não é possível concluir que existam outras instâncias às quais as sociedades de pesca recorram em caso de conflito. Os conflitos dentro das companhias são registados para fins exclusivamente económicos como forma de saldar os quinhões de dívida que competem a cada companheiro. O facto de haver “livro”, que não chegou aos nossos dias, onde se registavam, de forma tolerante, até 15 faltas, reflecte como se elasticavam as relações laborais e pessoais.

Em relação à questão da convivência e entreajuda entre pescadores, as cláusulas relativas ao apoio social, dado pelas sociedades, a órfãos e viúvas permitem traçar um retrato dos mecanismos de apoio gerados que se materializam na empregabilidade dos menores, filhos de companheiros já defuntos e, para as viúvas, no contributo de um quinhão correspondente ao que cabia aos respectivos sócios. Mas, como se viu, não é apenas este o propósito, mas o de criar dependência, o que traz coesão e cooperação.

A documentação compulsada no Arquivo Nacional permitiu perceber a relação entre os companheiros das sociedades piscatórias e seus contratadores, com o poder central/real, através de súplicas ligadas à cobrança de impostos num período de carestia, dada a instabilidade provocada pelas invasões francesas. Permitem também conceber um leque de motivos que podem dar origem ao/s conflito/s, alguns destes já subentendidos nas escrituras de sociedade quando se abordam a questão da obediência e préstimo laboral. A necessidade de manter uma constante convivência saudável e a

notória represália a todos os actos que possam interferir com essa estabilidade, são indícios de que poderia haver conflitos para os quais são aplicadas penas dissuasoras.

Uma outra problemática para a qual não foi encontrada resposta nas referidas fontes refere-se à relação entre companhas. Desconhece-se se existe disputa e competição ou se a convivência é harmoniosa e de cooperação, para além do apoio social acima descrito. Porém, ao longo das diversas entradas das escrituras de sociedade piscatória, a advertência repete-se em relação à convivência entre companheiros. Todas as escrituras, mesmo as de ratificação, alertam para a quebra das práticas por descuido das cabeças de governança, o que conduz aos abusos que se pretendem evitar com a imposição das referidas multas/penas.

Sabe-se, através do Registo de Fogos e Moradores, que os pescadores partilhavam os meios habitacionais com outros pescadores, assim como partilhariam a mesma costa. Sabe-se também que a algumas companhas, tal como se refere em algumas Escrituras, era permitido o desempenho da actividade fora da costa de Mira. Este facto pode ter reduzido os possíveis conflitos entre sociedades de pesca alargando o campo de exploração e, de certa forma, alterando os instrumentos de exploração marítima. Não sabemos o que virá depois, porque as escrituras da década de 20 do século XIX já repetem a costa de Mira, embora possa ser apenas um estereótipo.

Podem, contudo, os constrangimentos externos estar na origem de conflitos entre as sociedades piscatórias. A fonte “Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios” analisa, desde 1791 até 1813, uma série de documentos - súplicas, pedidos e decretos relativos à prática haliêutica, à promulgação de novos impostos, à dispensa do serviço militar pelo pagamento de mais encargos e pela necessidade do contínuo exercício da actividade para o bem comum escapando assim à imposição do recrutamento para servir o país no período de invasões. Em termos práticos, a instabilidade económica, política e social pode dar origens a desentendimentos entre as sociedades que ocupam e exploram o mesmo espaço, bem como a conflitos silenciosos com o poder central/autoridade real como a fonte supracitada. Isto é manifestado nas várias súplicas que exortam à ratificação dos privilégios pelos quais são abrangidos os profissionais da actividade haliêutica.

A relação entre pescadores e lavradores/trabalhadores é questionada, mas sem fontes para poder dar uma resposta concreta. Questões como a do matrimónio como forma de perpetuar e estreitar os laços entre pescadores ou até destes com outras

categorias profissionais, não se colocam por falta de fontes que permitam uma reflexão e conclusão. Porém, a questão permanece como possível indicador das relações entre as duas categorias.

Neste estudo não é possível provar esta relação. Ambas, as ocupações profissionais, constam de uma fonte de 1809, na qual lavradores e pescadores – os suplicantes - invocam o decreto de 2/Novembro de 1808 no contexto da segunda Invasão Francesa. Contudo não é possível provar o estreitamento de relações entre as duas categorias, tendo em conta que não existem indicadores que o permitam.

As questões que abordam o comportamento do mercado de escoamento do produto, assim como a proveniência do capital, para sustentar os meios exigidos pela actividade, ficaram em aberto tendo em conta que as fontes não permitem “ler” mais do que aquilo que fora dito e analisado. O mercado abordado não passa as fronteiras das praias e o capital investido inicialmente é angariado pelo Procurador.

Terminamos como começamos, pelas nossas memórias e evocações, mas, sobretudo, com o convívio. Num registo pouco usado, para quem faz investigação na Época Moderna, colocou-se o rumo da investigação nas praias e nas artes ainda existentes e activas na costa de Mira. A observação da pesca e o diálogo com os pescadores – activos e reformados - que ainda pescam e ajudam nos trabalhos em terra, não auxiliaram à formulação de algumas conclusões mas permitiram uma aproximação prudente e rica.

Negociações e negociações, entre cooperação e conflito, as relações ditadas pela proximidade ou pela relativa distância alimentam as rotinas dos grupos de trabalho que polvilham cada pedaço de areia da costa de Mira. Os que fora dela habitam conseguem entender, com relativa dificuldade, a dimensão do imaginário laboral no qual o mar e a incerteza fazem parte e caminham lado a lado.

²¹⁰ Tal como verificou o Registo de Fogos e Moradores de 1831, anteriormente citado

6. Fontes e Bibliografia

Fontes primárias

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo Casa das Rainhas, U.I/N.T.419,Cx.268

Fundo Casa das Rainhas,1820, Livro 3, Maço 21, cx. 83, Fólios 6 a 9

Fundo Casa das Rainhas, 1805, Livro 8, Maço 19, cx.82, Fólios 32v. a 38v.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Fundo Notarial, Mira, Livro 4, Fólios 16 a 22

Fundo Notarial, Mira, Livro 4, Fólios 51 a 58

Fundo Notarial, Mira, Livro 4, Fólios 62 a 70v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 4, Fólios 70v. a 79v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 5, Fólios 75 a 77v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 7, Fólios 4 a 10v.

Fundo Notarial, Mira, Livro7, Fólios 10v. a 16v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 7, Fólios 28v. a 30v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 7, Fólios 31 e 32v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 7, Fólios 54v. a 60v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 8, Fólios 58v. a 60v.

Fundo Notarial, Mira, Livro 9, Fólios 5v. a 7

Arquivo Municipal de Mira

Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios, 1790-1813

Registo de Fogos e Moradores (2 volumes), 1831

Fontes orais

Entrevista informal aos pescadores Domingos Damas, Luís Milheiro e João Baptista,

23 e 24 de Agosto de 2011, Praia de Mira e Poço da Cruz.

Bibliografia

ALBERTONI, Ettone A. – Pacto. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984-2001. Vol. 14 – Estado - Guerra.

AMORIM, Inês - Mulher no sector das pescas na viragem do século XIX: formas de participação na organização do trabalho. Arquipélago História. Revista da Universidade dos Açores. Ponta Delgada. ISSN 0871-7664. 2ª série, vols. 9-10 (2005-2006): 661-683

AMORIM, Inês - Relações de trabalho e Gestão Pesqueira nos sécs. XVIII e XIX - a costa de Aveiro. Revista de História Económica e Social. Lisboa: Âncora editora. ISSN 08706077. 2ª Série, nº 2 (2001) pp. 75-120

AMORIM, Inês - Homens da terra ou homens do mar - um percurso historiográfico. In Culturas Marítimas em Portugal. Coord. Francisco Oneto Nunes. Lisboa: Âncora Editora. 2008. ISBN 978-972-780-215-9. pp.27 a 70.

AMORIM, Inês - A organização pesqueira portuguesa no quadro das relações fronteiriças com a Espanha – a procura de um espaço económico na segunda metade do século XIX. In VII Congresso Asociacion Española de Historia Economica: actas, 2005

BAPTISTA, João Augusto; LIMA, Maria Adelaide -As Ordenações como Fonte para a construção de classificações ocupacionais – estudo de casos: - A mão-de-obra (não qualificada na Freguesia de S. Mamede de Valongo) - A transmissão profissional entre gerações (na freguesia de S. Salvador de Bouças de Matosinhos), pp.259 a 269. In Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho. Estudos 32. IEPF/Estudos, 2002. ISBN 972-732-751-6

BOURDIEU, Pierre - O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989, pp. 10 e 15.

BRANDÃO, Maria de Fátima; ROWLAND, Robert – História da propriedade e comunidade rural: questão de método. In O século XIX em Portugal. Lisboa: Presença/GIS, 1979, pp.173-207

BRANDÃO, Raul – Os pescadores. Lisboa: Alliaud e Bertrand, 1923

BUSINO, Giovanni – Comunidade. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984-2001. Vol. 38 – Sociedade e Civilização. ISBN ?

BUSINO, Giovanni - Conflito. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984-2002. Vol. 14. Estado-Guerra.

Colecções de Leis sobre a pesca desde Março de 1552 até Janeiro de 1891. Ministério da Marinha e Ultramar. Direcção Geral da Marinha – 1ª Repartição. Pescarias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. pp. 5 a 223.

CONDOMINAS, Georges – Espaço Social. In Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984-2001. Vol.14 – Sociedade e Civilização.

CRAVIDÃO, Fernanda - A população e o povoamento da Gândara: génese e evolução. Coimbra: Comissão e Coordenação da Região Centro, 1992. 556 p. ISBN 972-569-024-9

LOURENÇO, Maria Paula Marçal - Mira, a vila da casa das Rainhas na Época Moderna (séculos XVII-XVIII).

HATTENDORF, John B. (ed.) – Travelers and Travelling, in The Oxford Encyclopedia of Maritime History. Oxford: Oxford University Press, 2007. (vol.2). pp.16-18.

Inquérito Industrial de 1890. As pescas. Lisboa: Imp. Nacional, 1890. (5 vols.)

MADUREIRA, Nuno Luís, coord. - História do Trabalho e das Ocupações, Vol. II: As pescas. Org. Inês Amorim. Lisboa: Celta Editora, 2001. 261 p. ISBN 972-774-127-4

MOREIRA, Carlos Diogo – População Marítima em Portugal: Incerteza, competição e flexibilidade na organização social e nas estratégias adaptativas das populações de pescadores da orla marítima continental portuguesa. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987. 558 p.

NETO, Margarida Sobral – A população de Mira e a desamortização dos baldios na segunda metade do séc. XIX, in Revista Portuguesa de História. Tomo XIX. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1981. pp. 15-58

NETO, Margarida Sobral - O ordenamento de recursos nas áreas litorâneas e fluviais: a problemática do regime de propriedade. in O Litoral em Perspectiva Histórica (Sécs. XVI-XVIII): actas. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro Leonardo Coimbra, 2002. 307 p. ISBN 972-8444-06-0

NETO, Margarida Sobral – Práticas do poder concelhio. Mira (séculos XVIII-XIX).

NETO, Margarida Sobral – Terra e conflito: região de Coimbra (1700-1834). Viseu: Palimage Editores, 1997. 451 p. ISBN 972-97292-0-4

NUNES, Francisco Oneto (org) – Culturas Marítimas de Portugal. Lisboa: Âncora, 2008. 215 p. ISBN 978-972-780-215-9

O'NEILL, Brian J. - Entre a Sociologia e a Antropologia: Repensando a 'Comunidade' Camponesa (Recensão extensa de livro de Prof. José Madureira Pinto, Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica). Porto: Edições Afrontamento, 1985). *Análise Social*, vol. XXIV, 103-104 (1988 4º, 5º) pp. 1331 – 1355

SILVA, A. A. Baldaque da - Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do reino. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891

VARETA, Nicole Devy - Fomento e ordenamento florestal nas regiões litorais durante a Época Moderna. in *Litoral em Perspectiva Histórica sécs.XVI a XVIII: actas*. Porto: Universidade do Porto. Instituto de História Moderna/Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2002. pp. 165-176.

Local

ALVES, Manuel – Subsídio para a história de Mira. Ensaio. Coimbra: Ed. Paróquia de Mira, 1990. 88 p.

BRITO, Raquel Soeiro de - Palheiros de Mira. Formação e declínio de um aglomerado de pescadores. 2ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1981. 109 p.

CUPIDO, Mário - Em busca de identidades. Aspectos Etnográficos-Históricos de Mira. Mira: Centro de Estudo do mar, 2006

MARQUES, Maria Alegria - As terras de Mira. Perspectiva histórica. Mira: Câmara Municipal de Mira, 1993. 184 p. ISBN 972-8117-02-7

MIRANDA, Manuel – Mira no século XX. Mira: Câmara Municipal, 2005. 317 p.

REI, Manuel Alberto – Pinhais e Dunas de Mira. Figueira da Foz: [s.n], 1924.

REIGOTA, João Maria – Uma caminhada na história. Mira: Câmara Municipal, 1992. 277 p.

Documentos electrónicos

SILVA, Antonio Moraes - Dicionario da lingua portuguesa. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Vol.I e II. [on line]

Consulta a 20/5/2011. Disponível em www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2

BLUDEN, Andy (ed.) - Encyclopedia of Marxism. Maxists Internet Archive [on line]

Consultada a 27/06/2011. Disponível em www.marxists.org

Anexos

Anexo A

1. [Extracto do] Mapa “Mappa da Ria...1813 [Igc, nº319] – Mappa da Ria de Aveiro para intelligencia do Plano de Abertura da Nova Barra por Luiz Gomes de Carvalho Qroz. Sculp. 1813, nº9. in AMORIM, Inês – Aveiro e sua Porvedoria no séc.XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico.Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. Vol.2 – Apêndice Cartográfico. 7 pp., 10 cartas.
2. Mapa dos lugares citados, do concelho de Mira, segundo o Registo de Fogos e Moradores, 1831. Em <http://gfpocodacruz.com.sapo.pt/Mapa%20Concelho%20Mira3.JPG>
3. Mapa da Vila de Mira. Edição ROTEP – Organização de Camacho Pereira. Publ. nº 47, Março de 1954

Anexo B

Alvará – 3 de Maio de 1802, pp.64-65. In Coleções de Leis sobre a pesca desde Março de 1552 até Janeiro de 1891. Ministério da Marinha e Ultramar. Direcção Geral da Marinha – 1ª Repartição. Pescarias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. pp. 5 a 223

Anexo C

Decreto – 6 de Novembro de 1830, p.75-81. In Coleções de Leis sobre a pesca desde Março de 1552 até Janeiro de 1891. Ministério da Marinha e Ultramar. Direcção Geral da Marinha – 1ª Repartição. Pescarias. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. pp. 5 a 223.

Anexo D

Descrição do conteúdo do Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios - 1790 a 1813 - do Arquivo Municipal de Mira

Anexo E

Registo das *companhas* segundo a frequência das escrituras em notário no período de 1812-24

Gráfico do registo das *companhas* segundo a frequência das escrituras em notário no período de 1812-24

Anexo F

Gráfico de dados com base no capítulo “Manifestações de Associativismo – A Pesca”, da obra Em busca de identidades. Aspectos etnográficos-históricos de Mira. de Mário Cupido

Anexo G

Reprodução dos documentos do fundo da Casa das Rainhas - Mira, do Arquivo Nacional/Torre do Tombo.

Anexo H

Distribuição de pescadores pelos lugares segundo as Escrituras de sociedade piscatória

Anexo I

Distribuição da população por lugar e Profissão, segundo o Registo de Fogos e Moradores, 1831

Distribuição da População por Lugares, segundo do Registo de Fogos e Moradores, 1831

Distribuição da população por profissão, segundo o Registo de Fogos e Moradores, 1831

Anexo J

Reprodução da entrevista [informal]

Anexo K

Reprodução do conteúdo das Escrituras de sociedade/Escrituras de Ratificação de sociedade/ Escrituras de Obrigação mútua de sociedade

Anexo L

Tipologias de Escrituras de sociedade piscatória do Arquivo da Universidade de Coimbra [1812-1824];

Duas entradas dos documentos do Livro de Leis, Decretos, Alvarás e Diplomas régios [1790-1813], do Arquivo Municipal de Mira

Anexo M

Reprodução dos dados das Escrituras de sociedade piscatória do Fundo notarial, do Arquivo da Universidade de Coimbra

Anexo N

Fotografias – Praia de Mira e Poço da Cruz, a 23 e 24 de Agosto de 2011, da autoria de Diego Veríssimo